



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

CAIO DE LUCAS OLIVEIRA SOUZA

**AS “FACES” DO SINDICALISMO CUTISTA NO PARÁ: a trajetória e os embates
internos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1980-1990)**

BELÉM

2024

CAIO DE LUCAS OLIVEIRA SOUZA

AS “FACES” DO SINDICALISMO CUTISTA NO PARÁ: a trajetória e os embates internos
da Central Única dos Trabalhadores (1980-1990)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia PPHIST da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder

Orientador: Pere Petit Peñarrocha

BELÉM

2024

CAIO DE LUCAS OLIVEIRA SOUZA

**AS “FACES” DO SINDICALISMO CUTISTA NO PARÁ: a trajetória e os embates
internos da Central Única dos Trabalhadores**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

DATA DA AVALIAÇÃO: 12/04/2024

CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pere Petit
(Orientador)

Prof.^a. Dr.^a. Leila Mourão

Prof. Dr. Fábio Tadeu de Melo Pessoa

BELÉM

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O48f Oliveira Souza, Caio de Lucas.
As faces do sindicalismo cutista no Pará : a trajetória e os embates internos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1980-1990) / Caio de Lucas Oliveira Souza. — 2024.
121 f. : il.
- Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em História, Belém, 2024.
1. CUT. 2. Novo Sindicalismo . 3. Amazônia . 4. Pará. I. Título.

CDD 981.15

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial ao meu pai,
Carlos e à minha mãe Adrine e Cleyslla
Conde, minha companheira de vida.

AGRADECIMENTOS

Dedico aqui meus sinceros agradecimentos aos meus pais Carlos Wilson Silva de Souza e Adrine Kerley Oliveira Barbosa pelo apoio e pela oportunidade que me deram quando o “sim” pela minha escolha de seguir nos estudos foi-me dado; deram-me forças, conselhos e a ajuda necessária durante esta jornada iniciada em março de 2022.

Meus sinceros e especiais agradecimentos a Cleyslla Conde Botelho, minha companheira nesta jornada de vida que há sete longos anos me dá apoio, conselhos, me incentiva todos os dias a continuar nesta longa jornada, me traz segurança e paz nesta vida cheia de atribuições e problemas.

Agradeço igualmente a minha tia Ana Maria Almeida Oliveira Madeira, pela imensa e necessária ajuda em diversos aspectos.

Agradeço a Turma de História (2017) / UEPA, Campus XI - São Miguel, que com toda certeza foi fundamental durante minha graduação e não estado distante, celebraram comigo a aprovação e estada no mestrado. Sou grato a todos, em especialmente à Ana Caroline, Bruna Lima, Denise Pinheiro, Fernanda Souza, Geovana Braga, Lucas Almeida, Olinto Carvalho e Laíse de Miranda, sendo igualmente grato por todos os momentos compartilhados.

Também compartilho agradecimentos sinceros a Breno Santana por nossa caminhada fraternal no PPHIST. Direto da graduação, seguimos no mestrado.

Oportunos agradecimentos às amizades construídas na capital paraense, Belém, que surgiram para além do mundo acadêmico, mas em função do mesmo; entre elas: Neydson Guilherme o “Ney”, um grande amigo e Historiador, a Msc. Adrya Cordeiro e o Dr. Gislayllson Dias, dois grandes Amigos e Físicos do Programa de pós-graduação em Física (PPGF/UFPA).

Faço, aqui, especial agradecimento ao meu orientador Pere Petit, que há dois anos aceitou estar ao meu lado durante o processo de construção deste trabalho; mesmo com todos os desafios apresentados pelo importante tema desta dissertação, conseguimos chegar ao fim da jornada.

Gostaria de agradecer ainda aos meus professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, pelo excelente trabalho realizado no curso de mestrado do PPHIST/UFPA. Entre eles, Ipojucan Dias Campos, Décio Guzman, Antônio Otaviano Vieira

Junior e Magda Ricci, excepcionais historiadores os quais tive a honra de receber importantes observações sobre minha pesquisa, ao longo das disciplinas que cursei. Grato a todos.

E por fim, sou grato aos companheiros que ajudaram a construir este trabalho com seus relatos e/ou prolongadas conversas, e (igualmente) auxiliaram quando a construção da Central Única dos Trabalhadores através de sua militância. São eles: Alberdan Batista, Venize Nazaré Ramos Rodrigues, Leila Mourão, Cacilda Pinto, Antônio Carlos Melo e José de Ribamar Castro.

RESUMO

Esta dissertação discute aspectos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Pará e sua trajetória, bem como analisa a atuação dos diferentes seguimentos sindicais, através da pesquisa documental no periódico que circulava na capital paraense, o *Resistência*, através da documentação institucional da própria Central e de relatos de sindicalistas que atuaram concomitante ao seu processo de construção no estado. Entende-se que o momento ao qual a CUT foi ensejada, se caracterizou como um dos propulsores de sua formação em vista das “efervescências” políticas que emergiam à época, além da formulação de novas ideias, como o advento do novo sindicalismo, que foi igualmente singular, neste contexto. O período estudado concentra-se ao final dos anos 70, perpassa os anos 80 e chega aos anos 90. Portanto, em consonância com as discussões sobre o tema, buscou-se analisar a ação, atuação e estratégias das distintas correntes políticas sindicais existentes antes e após a fundação da CUT, dando ênfase aos embates destas na Central.

PALAVRAS-CHAVE: CUT; Novo sindicalismo; Amazônia; Pará.

ABSTRACT

This dissertation discusses aspects of the Central Única dos Trabalhadores (CUT) in Pará and its trajectory. Additionally, it analyzes the actions of different union segments through documentary research in periodicals such as *Resistência*, as well as institutional documentation from the CUT itself and accounts from unionists which were involved during its state-building process. The moment when the CUT was founded was characterized as one of the driving forces behind its formation, given the political “ardent” that emerged at the time, along with the formulation of new ideas, such as the advent of the new unionism, which was equally unique in this context. The period studied has been targeted from the late 1970s, through the 1980s until the 1990s. Thus, the dissertation has looked for analyzing the action, performance, and strategies from different political union which existed before and after the foundation of the CUT, giving emphasis on the clashes of it in the central.

KEYWORDS: CUT; New unionism; Amazon; Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Marcha Pela Educação convocada pela APEPA no início dos anos 80	54
Figura 2 - Venize Rodrigues e Avelino Ganzer - membros da Comissão Pró-CUT Pará.	55
Figura 3 - Mesa de Abertura do I ENCLAT: 17, 18 e 19 de junho de 1981)	60
Figura 4 - Plenária final do II ENCLAT no Pará.....	61
Figura 5 - Alberdan Batista em votação no I CONCLAT/1980	66
Figura 6 – Cartaz do I CECLAT - 1984	66
Figura 7 - Carlos Levy: fascista nacional-socialista	77
Figura 8 - Carlos Levy, diretor do Sindicato dos Bancários do Pará (1979-1992).....	78
Figura 9 - Ofício enviado ao Secretário de Segurança do Estado do Pará por Taumaturgo de Oliveira Pontes em 26 de outubro de 1979	82
Figura 10 - Luiz Evangelista, Presidente do Sindicato dos Motoristas	84
Figura 11 - Assembleia geral dos motoristas	85
Figura 12 - Propaganda da chapa 2 de Oposição ao Sindicato da Construção Civil.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de sindicatos por central sindical – 1988 e 1992	17
Tabela 2 - Trabalhadores e Trabalhadoras Sindicalizados no Brasil, distribuídos por central sindical – atualizado em 30/09/2023	18
Tabela 3 - Estado do Pará: população total, urbana e rural (1950-1991) *	43
Tabela 4 - Sindicatos, Sindicalistas e orientação sindical (Pelega, Unidade Sindical).	89
Tabela 5 - Sindicatos, Sindicalistas e orientação sindical (Oposição Sindical, Autênticos).	89
Tabela 6 - Lista de Entidades vinculadas à CUT Pará/1989*	90
Tabela 7 - Lista de Sindicatos vinculados à CUT/Pa por região/1989*	90

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

AP - Ação Popular

APEPA – Associação dos Professores do Estado do Pará

CBB - Comissão dos Bairros de Belém

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONCLAT – Conferência das Classes Trabalhadoras

CONCLAT – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

ENCLAT – Encontro das Classes Trabalhadoras

ENOS – Encontro Nacional das Oposições Sindicais

ENTOES – Encontro Nacional em Oposição à Estrutura Sindical

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAR – Instituto Pastoral Regional

MEB – Movimento de Educação de Base

MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado

MEP – Movimento Pela Emancipação do Proletariado

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PRC – Partido Revolucionário Comunista

PRC - Partido Revolucionário Comunista

PT - Partido dos Trabalhadores

SPDDH – Sociedade Paraense dos Direitos Humanos

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – AS “FACES” DO SINDICALISMO BRASILEIRO (1930-1983).....	32
Apresentação.....	32
1.1 – O sindicalismo brasileiro pós 1930 e o surgimento do “Novo Sindicalismo”	33
1.2 – A agência do sujeito histórico: o trabalhador.....	38
Amazônia, transformações e o capital	42
Das eleições de 1982 ao Movimento pelas Diretas Já no Pará.....	47
1.3 – A emergência de uma Central Sindical no Pará: nasce a CUT.....	50
Uma Central Sindical?	52
Da Conclat (1981) ao Cecut-Pará (1984)	54
Enclat’s	58
CAPÍTULO II – A CUT NO PARÁ: IDEOLOGIA, AÇÃO E EXPERIÊNCIA	69
2.1 – Unidade Sindical, Autênticos e as Oposições.	70
Os Bancários	72
Os Rodoviários.....	80
A Construção Civil	86
2.2 – As tendências.....	92
2.3 – A consolidação da Artsind: da direção nacional ao Pará	95
Formação da corrente	96
CONCLUSÃO.....	109
APÊNDICES	112
FONTES ORAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

Em meados do ano de 2016, ocorreram volumosas manifestações a favor e contra o processo de impeachment instaurado contra Dilma Rousseff, então presidente do Brasil. A partir desse evento e de outros como as ocupações nas escolas públicas brasileiras e as manifestações de ruas neste mesmo ano, era perceptível a reação negativa de muitos trabalhadores, ao observarem a manifestação daqueles que defendiam a tese de um golpe parlamentar disfarçado de Impeachment em andamento sobre a presidente Dilma e pelo Fora Temer¹. Eram comuns os insultos e ofensas ao movimento dos estudantes e às representações sindicais que ali estavam. Dessa forma, ao refletir sobre tal situação, surgiram as seguintes indagações: Os Sindicatos não representam os trabalhadores? Qual o sentido da oposição às representações sindicais que estavam presentes nas manifestações?

Diante de tais problemas, mesmo que amplos, engajamo-nos nos estudos sobre o movimento sindical no Brasil. No transcorrer da pesquisa, nos deparamos com diversos episódios de nosso passado não muito distante, onde o movimento dos trabalhadores foi vigoroso e obteve, inclusive, apoio de grande parte dos brasileiros.

Referimo-nos ao final dos anos 70 e aos anos 80, momento em que diversos sindicatos encontraram engajamento, alguns protagonizaram memoráveis greves e uma representação intersindical foi criada, a CUT.² Logo percebemos, através desta pesquisa, que as representações sindicais e a ação de sindicalistas de outrora, eram distintas do engajamento e atuação no presente.

Para a compreensão desta situação, onde os trabalhadores no presente não reconhecem, em sua maioria, a importância das representações sindicais, lembremo-nos dos escritos do sociólogo Ricardo Antunes (2009), em *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. A partir das reflexões deste texto de Antunes, pode-se encontrar esforços para se entender o motivo de tal asco, oriundo de muitos trabalhadores, às representações sindicais no presente. Neste estudo, o autor busca entender quais os meios de

¹O movimento pelo Fora Temer se intensificou com a conclusão do processo de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 31 de agosto de 2016. Doravante, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu o cargo da presidência e se inicia um dos governos mais instáveis da história mais recente do Brasil. Além disso, o governo Temer foi marcado pelo processo de defasagem de direitos trabalhistas, outrora conquistados, e pelas reformas liberais como a da previdência.

²Autores como Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: os militantes e a ideologia* (2009); e Ricardo Antunes & Jair Batista, *Para onde foram os Sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial* (2015), discutem sobre a relevância da CUT e das suas dificuldades ao longo dos anos para se consolidar como uma das mais importantes centrais sindicais do país.

controle sobre a classe trabalhadora no presente e com estes se diferenciam dos meios pelos quais o capitalismo das décadas de 1980 e 1990 se valiam.

Percebe-se que os trabalhadores se inserem no século XXI em uma nova ótica e lógica laboral, submetendo-se paulatinamente a um processo produtivo escasso em legislação e proteção ligadas ao mundo do trabalho. Logo esse trabalhador é, em geral, desprovido de direitos e o discurso para tal situação é sustentado sob uma maior “independência” deste trabalhador; Antunes (2009) os classifica de “*classe-que-vive-do-trabalho*”. Esse grupo é formado por homens e mulheres, não donos dos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho em busca de um salário.

Na atualidade, esse grupo pode ser formado pelo proletariado industrial e rural, trabalhadores terceirizados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de telemarketing e *call centers*, além dos desempregados. Antunes (2009) destaca que essa massa de trabalhadores é polissêmico e multifacetado, ou seja, possui inúmeras formas de pensar e agir. Ele surge em oposição ao trabalhador fabril industrial que se desenvolveu no auge dos modelos taylorista-fordista, sendo eles, em sua maioria, atuantes – sindicalmente falando – e especializados.

Essa contradição, na análise de Antunes, urge a partir das novas metodologias de gestão e organização do trabalho, como: a) as células de produção, b) trabalho em grupo, c) trabalho semiautônomo e d) trabalho funcional.

O objetivo, segundo o autor, dessa autonomia, é controlar sobretudo através do discurso do mérito, os trabalhadores e empenhar-se para que o “*trabalho [se encontre], em sua essência, preservado*” (ANTUNES, 2009, p. 130).

O trabalho, ou melhor, a exploração do trabalhador nestes casos, em sua essência, é preservada; nestes, existem mecanismos para mascarar tal exploração, adotando “novas” metodologia de administração, como as de *gratificação/reconhecimento do “funcionário do mês”, bônus por “meta de vendas alcançadas”* - muitas vezes irrisórios -, entre outras medidas. A isto Antunes conceitua de “fetichização do trabalho”. Por conseguinte, essas “novas” metodologias geram dentro do ambiente de trabalho, diversas reações, a mais corriqueira é a do individualismo. Dessa maneira, a organização coletiva é deixada de lado.

Sabe-se que um dos baluartes da organização coletiva seria o Sindicato e nestes casos por vezes são esquecidos ou deixados de lado. Geralmente, percebe-se certa repulsa pela representação sindical. Portanto, a “fetichização” do trabalho, como tal, deve ser, segundo Antunes, abolida para que haja uma criação de trabalhadores, ou melhor, indivíduos livres associados. Para tanto:

Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital. E esse mesmo trabalho autodeterminado que tornou sem sentido o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho (ANTUNES, 2009, p. 180).

Ou seja, é somente com a superação do capital e de seus mecanismos preponderantes de controle e exploração, que o trabalhador – enquanto grupo ou um conjunto de trabalhadores – poderá se considerar emancipado e livre, frente à exploração, a ausência de consciência de classe e fora das regras do jogo de dominação capitalista.

Assim, apesar de muito recentemente termos observado, no Brasil, a repulsa ao movimento dos trabalhadores, aos movimentos populares em geral, em um passado não muito distante, tais fatos não transcorreram de modo análogo. Há aproximadamente 45 anos atrás, o movimento operário no Brasil foi precursor de um dos episódios mais significativos de nossa história recente, liderou com sua força e ação o aceleramento do fim da Ditadura Militar e seu processor de rearticulação.

Destaca-se, nesse sentido, que os episódios que ocorreram nos últimos anos da década de 70, no Brasil, permitiu esta importante tentativa de emancipar-se dentro dos movimentos populares, em especial na rearticulação do movimento sindical pelas suas diferentes “faces”³. Foi neste clima de intensa mobilização, criado pelas greves do ABC – movimento que ocupou singularidade na história recente do país – que as primeiras pretensões sobre a organização de uma representação máxima de trabalhadores, foi articulada.

Esta representação, foi cunhada sob o título de CUT, a Central Única dos Trabalhadores. A criação deste instrumento de luta, bem como sua trajetória, é alvo de intensos debates no campo acadêmico, sobretudo nas linhas de História do Tempo Presente, além de representar importante debate nos campos da Memória. É válido ressaltar, que as mobilizações que geraram a CUT, se deram após um momento conturbado de nossa História Recente, onde as representações sindicais, sofreram com as violentas intervenções emplacadas pela Ditadura Militar brasileira, instalada em 1964.

A ação Sindical no ABC paulista, contrariando as diretivas do governo ditatorial, representou importante ruptura com as antigas bases do sindicalismo estabelecidas pelo

³ Sobre a palavra “face” / “faces” utilizada no título e ao decorrer deste trabalho, traçou-se breve definição no contexto deste trabalho. Sabe-se que a palavra “Face” se origina do latim *facieses*, que significa face, rosto, semblante. No caso deste trabalho, valemo-nos desta com aspectos políticos ideológicos, onde por “face” leia-se “lados”, sejam estes, políticos ou ideológicos. Como o mundo do trabalho é composto, indubitavelmente, por diversidade política ideológica, entendemos que a CUT, de sua gênese até a atualidade, segue este corolário. Portanto, o termo “face” utilizado no texto compreende-se no sentido de “lado”; caracteriza a diversidade de grupos políticos ideológicos sindicais existentes no mundo dos trabalhos em Belém, no transcorrer dos anos 80 e 90.

regime. Como fruto dessa ação, destacam-se os chamados sindicalistas “autênticos”, “independentes” e as “Oposições”. Deste grupo, surge os novos sindicalistas em composição ao “Novo Sindicalismo” (ANTUNES, 2015).

Este movimento, contrário ao modelo “paternalista” de organização sindical, liderado por militantes de organizações partidárias como o PTB e o PCB, compreendia-se como mais expressivo, necessários e organizado através da “base,” ou seja, era constituído por trabalhadores.

Este “Novo Sindicalismo” é o nome dado a um movimento que representou a gênese de uma nova força, estratégia e práticas de luta no movimento sindical brasileiro, que catalisou uma série de ações por parte dos trabalhadores brasileiros e acarretou, em regras gerais, em um processo de construção de Sindicatos que eram constituídos pela base, independente de partido político, padrão ou organização (NUNES, 1999).

Dessa forma, esta pesquisa estima contribuir para com os estudos sobre este movimento novo, especialmente este movimento que nasce a age no Pará, ligado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dando destaque aos embates que ocorreram internamente quando a organização da central, no Pará e em Belém, chegando às disputas após sua fundação. De certo modo, ao buscar como agia a CUT, mediante suas múltiplas “faces”, conseguimos compreender a relevância social do movimento sindical nesse momento histórico em dois aspectos:

- 1º) como um movimento a favor do fim da Ditadura Militar e;
- 2º) como relevante instrumento de luta dos trabalhadores, naquele momento e doravante;

Assim, nos propomos a constituir este trabalho sob uma ótica local, ainda que a maioria dos estudos sobre a Central Única dos Trabalhadores se concentre na região sudeste do país⁴.

Pela possibilidade de ser inquirido sobre o “por que a CUT?”, a resposta é objetiva: decorre de sua expressividade tanto numérica, quanto qualitativa, visto que ela configura uma das mais antigas e bem consolidadas centrais do Brasil. Para tanto, foi pertinente aprofundar os estudos, dando destaque à atuação da mesma no Pará, em especial na capital paraense, Belém, nas décadas de 1980 e 1990.

⁴ PETIT, Pere. em *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós 1964*, afirma que são “escassos [...] os trabalhos que destinaram sua atenção à análise das práticas políticas das elites locais, partidos políticos, movimentos sociais e sindicais. Menos numerosos ainda, são aqueles que se preocuparam em indagar sobre a maior ou menor participação, nesse processo de mudanças socioeconômicas, dos governos estaduais e municipais da Região Norte e, portanto, sobre as práticas dos diferentes atores políticos que assumiram os cargos de prefeito e governador” (2003, p. 24).

Sobre a expressividade da CUT, podemos observar, através da análise de dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas, 2016), que no ano de 1988, cinco anos após sua fundação, a central possuía 730 sindicatos associados em todo o Brasil. Um salto exponencial é observado apenas quatro anos depois e a associação a ela mais que dobrou durante este período.

Tabela 1 - Número de sindicatos por central sindical – 1988 e 1992

ANO	CUT	CGT	USI	Força Sindical	CGT*	CGT**
1988	730	327	60	-		
1992	1.668	-	35	294	163	102

Fonte: FGV CPDOC. 2016. Governo José Sarney (1985-1990). Número de sindicatos por central sindical – 1988-1992/Onda de greve e origem das centrais sindicais. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-jose-sarney-1985-1990/mapas/numero-de-sindicatos-por-central-sindical-1988-1992onda>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

* Central Geral dos Trabalhadores

** Confederação Geral dos Trabalhadores

A CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), segunda maior representação sindical nacional, possuía 327 entidades vinculadas e a USI (União dos Sindicatos Independentes), um total de 60. A diferença, numericamente falando, entre as três principais centrais brasileiras de maior representatividade de então era de: 430 sindicatos, em relação a CUT e a CGT (até 1988). Em relação a CUT e USI (até 1992), esse número sobe para 670 entidades associadas. Essa expressividade da CUT se intensificou nos anos seguintes.

Em 1992, em consonância com os dados, percebe-se que a CUT já se tornara a maior Central Sindical do país. Confirma-se tais levantamentos, quando o número de entidades vinculadas à mesma, segundo os mesmos dados da FGV, era de 1.668. Uma diferença em números reais de sindicatos vinculados a mesma de 1.505 em comparação à Central Geral do Trabalhadores; observamos a mesma situação em relação a Confederação Geral do Trabalhadores, sendo a diferença numérica de 1.566, sindicatos. A tabela 1 (acima) materializa melhor visualização da situação sindical (em números) nos anos finais da década de 80 e início dos anos 90, no Brasil.

Em números mais recentes podemos observar que a CUT ainda ocupa o primeiro lugar com o maior número de sindicatos a ela vinculados e trabalhadores representados. Observemos a tabela abaixo.

Tabela 2 - Trabalhadores e Trabalhadoras Sindicalizados no Brasil, distribuídos por central sindical – atualizado em 30/09/2023

CENTRAL	SINDICATOS	SINDICALIZADOS	% DE SINDICALIZADOS
CUT	2488	5.701.915	30,02%
CTB	964	1.650.159	8,69%
UGT	1272	1.531.387	8,06%
FS	1641	1.280.721	6,74%
CSB	906	1.151.833	6,06%
NCST	1193	929.860	4,90%
UST	4	750.371	3,95%
CESP	40	467.637	2,46%
CONLUTAS	91	221.482	1,17%
CBDT	84	151.444	0,80%
CGTB	149	98.098	0,52%
PÚBLICA	89	68.106	0,36%
INTER – CENTRAL	12	33.491	0,18%
CGT	2	52	0,00%
INTER PORT.	1	15	0,00%
CENASP	1	15	0,00%
Sem filiação	3604	4.956.971	26.10%
TOTAL	12.541	18.993.557	100,00%

Fonte: Secretaria Geral da CTB com base nos dados do Cadastro Nacional da Entidades Sindicais do MTE – CNES/TEM.

Em comparação às demais centrais sindicais, a CUT aparece, segundos os números levantados pela Secretaria Geral da CTB, com base nos dados do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como a mais expressiva central sindical do Brasil. Em segundo lugar, está a CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, fundada em 2007. Segue, em terceiro lugar, a UGT União Geral do Trabalhadores, também fundada em 2007, a partir da unificação das centrais sindicais: Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social-Democracia Sindical – (SDS), a Central Autônoma de Trabalhadores - (CAT) e um grupo de sindicatos independentes.

Destarte, os dados estatísticos nos revelam que a Central Única dos trabalhadores posa entre as maiores centrais do Brasil; isto é inegável. No entanto, como explicar tamanha desenvoltura, visto que a CUT, bem como as demais centrais sindicais, pelo menos em tese, luta e defende os direitos dos trabalhadores? A resposta para tal questionamento, talvez esteja ligada ao seu passado e às forças as quais geraram e endossaram a Central no cenário trabalhista, social, econômico e político do país.

Aqui, nos propomos a dizer, mesmo concorrendo ao risco de ser alvo de críticas, que a CUT, ainda que pregue certa independência em relação a partido político, possui fortes vínculos – sobretudo o grupo majoritário que a compõe – com um dos mais notáveis partidos

políticos brasileiro, o PT. Existem outros grupos dentro desta central que estiveram, outrora, e fazem no presente, parte de outros aglomerados políticos que corroboram a destacável posição da CUT como a maior central sindical do Brasil.

Entretanto, apesar de tudo o que elencamos, concorremos o risco de incompletude de análises, visto que historiar sobre o movimento sindical brasileiro, sobretudo o das últimas décadas do século passado, se constitui em um desafio, pois grande parte das fontes referentes ao tema não estão disponíveis em arquivos públicos ou mesmo em arquivos de sindicatos e associações brasileiras. Em geral, esses documentos estão sob a posse dos trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram para com a história desses movimentos. Além disso, o baixo índice de produção historiográfica local sobre o tema, se demonstra como outra dificuldade encontrada para quem se aventura nele. Em relação à produção historiográfica local sobre o tema, confirmou-se tal adversidade quando em análise às produções do Programa de Pós-graduação em História (PPHIST/UFPA), dentre as dissertações e teses defendidas de 2013 a 2023, que contemplam especificamente a História do Sindicalismo no Pará, somente um total de 15 trabalhos dissertam ou demonstram referência explícita a esse tema⁵.

Vale ressaltar, ainda, que mesmo o déficit produtivo no campo da História sobre o movimento dos trabalhadores no Pará, destacam-se produções de outros programas de pós-graduação, como o trabalho de Andrade (2006), das Ciências Sociais, um dos mais interessantes estudos a respeito do movimento sindical no Pará; neste estudo, o autor busca compreender o impacto das 1ª reforma bancária, ocorrida durante a Ditadura Militar, como consequência disto, o estudo busca entender a organização de apenas uma entidade sindical urbana, o Sindicatos dos Bancários, em Belém. Dessa forma, nele, podemos compreender melhor como os mecanismos de atuação, sobretudo das direções tuteladas ao estado militar burocrático, interventor e autoritário, funcionavam. Ainda assim, é baixo o número de produções acerca do movimento dos trabalhadores locais e ainda menos o quantitativo de estudos sobre os sindicatos de Belém nas décadas de 80 e 90.

A partir da pesquisa, pode-se observar que os principais centros de produção historiográfica referente aos movimentos sindicais, localizam-se na região sudeste do Brasil. Em contrapartida a este fato, a História deste movimento no Pará, torna-se suprimida bem

⁵ Para maiores observações disponibilizamos o link do site do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da Universidade Federal do Pará. Seção de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://www.pphist.prosp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

como em conjunto aos “*Novos Personagens*”⁶ e aos “*Sujeitos históricos*”⁷ que atuavam aqui, na mesma luta, mas a nível local – dado sua importância – dentro do contexto histórico que nos propomos a estudar.

Este fato gera lacunas em relação a ação e as experiências cotidianas dos sujeitos históricos locais que passam despercebidos, nesse caso, pela historiografia. Os indivíduos locais têm papel ativo na formação de suas próprias histórias. Destacamos ainda, que estes indivíduos, os trabalhadores, os sindicalistas e os sindicatos urbanos de Belém, moldaram este contexto bem como foram moldados por ele, portanto, constituem a História.

Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a atuação a partir dos sindicatos urbanos, sobretudo da capital paraense, das principais correntes políticas sindicais existentes antes e após a fundação da CUT, dando ênfase aos seus embates internos, ocasionados pela ação, atuação e estratégias dessas distintas correntes, representadas por indivíduos que experimentavam a ação sindical de modo singular. Nesse percurso, a problemática que norteou esta dissertação se constitui, para além de narrar a trajetória da CUT, em compreender: como se deu a atuação das diferentes “faces” do sindicalismo paraense no interior da CUT, no Pará, sobretudo a partir do final dos anos 70, chegando aos anos 90, através deste fenômeno histórico, a classe trabalhadora e suas ações? Tal questionamento se constituiu (e é válido frisar que sua formulação ocorreu em demasiado lento), a partir de outras questões, tais como: quais eram as “faces” do sindicalismo que existiam no Brasil e no Pará nos anos 70? Como se encontrava o movimento sindical no Pará naqueles anos? Quais estratégias eram adotadas pelas distintas correntes sindicais que se aglutinaram na CUT em Belém? Como a CUT foi capaz de reunir diferentes forças políticas, ideológicas e sindicais em seu processo de constituição?

É importante entender, que o contexto histórico o qual se insere a constituição da CUT, no Pará, é de extrema relevância, pois as ideias, do ponto de vista sindical, que emergiram ao final dos anos 70 e o momento político que vivia o país, fora propulsor para o movimento sindical, visto que, durante o período ditatorial, este encontrava-se sob vigilância e/ou intervenção do estado (SANTANA, 2008). Não somente eles, mas todos os seguimentos de oposição à Ditadura Militar.

Além disso, este momento ficou caracterizado por uma luta conjunta, uma unidade de luta pelo fim da ditadura. Então, em diversas situações, apesar de discordâncias políticas e

⁶ Ver mais em: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paul: 1970-1980* (1988).

⁷ Ver mais em: THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da Classe Operário Inglesa* (1987).

ideológicas, o movimento dos trabalhadores, se viu unido pelo fim do regime militar. O final dos anos 70, possibilitou que o movimento sindical procurasse unir forças tanto pelo fim da Ditadura, bem como pela organização de mecanismos de luta e defesa de seus interesses, neste caso, a CUT.

Destaca-se que, após a redemocratização, cada grupo político ideológico buscou agrupar-se, a agir ao seu modo e a defender seus posicionamentos. Agir tal como indicava seu arcabouço ideológico, teórico ou mesmo empírico – no sentido da experiência.

Dentre esses movimentos, dar-se-á, nesta dissertação, mais destaque ao *Novo Sindicalismo* e aos grupos que eram ligados a ele. Foi dentro das propostas desse movimento, que surgiram as bases da CUT. Ele se constitui ao final dos anos 1970 e conta com a adesão de inúmeros trabalhadores. Antunes (1995) e Rodrigues (2009), especialistas no assunto, reafirmam a ideia de que houve, nestes idos da década de 70, o despertar de um “*Novo Sindicalismo*”, cuja ação constitui-se em oposição a antiga estrutura sindical, que em certos aspectos assemelhava-se até mesmo a estrutura varguista. Ricardo Antunes (1980, p.39), revisita discussões que possibilitam entender o que é o *Novo Sindicalismo* e o que ele representou nas décadas de 1970 e 1980. Assim, ele o define como um

[...] sindicalismo mais combativo que se constituiu a partir de meados da década de 70 e [aglutinou] sindicalistas independentes (isto é, sem militância anterior), setores da esquerda católica, tendências socialistas e comunistas desvinculadas dos partidos da esquerda tradicional, entre outras tendências.

Percebe-se, que as distintas origens daqueles que se identificaram com as novas propostas sindicais, corroborou para que, anos mais tarde, o leque de propostas de organização da Central se materializasse. O grupo sindical mais expressivo era composto pelos “autênticos”, onde grandes nomes se constituem; dentre eles *Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar, dentre tantos outros*) e que praticavam um sindicalismo que, de fato, se diferenciava do velho sindicalismo oficial (ANTUNES, 2015, p. 513). Ainda sobre esse fenômeno, Nunes (1999), afirma que este surgiu quando o movimento dos trabalhadores, no Brasil, parecia estar “adormecido”. Todavia, apesar da repressão, a partir do regime militar, havia no âmago das fábricas e dos locais de trabalho, pelos trabalhadores, pequenas mobilizações por melhores condições salariais e de emprego. Nasce, assim, um movimento combativo e menos “conciliador.”⁸

O *Novo Sindicalismo*, se constitui, assim, como uma força antagonista aos métodos de outrora de ser sindicalismo. Sua proposta visava ampliar a representatividade do sindicato,

⁸ A este termo “conciliador, destacamos que era forte característica das representações sindicais de então.

através da força e da ação da massa de trabalhadores, a partir dos seus locais de trabalho. Entre outros aspectos também, destacamos: a) a abolição da ingerência do estado no mundo do trabalho, b) a negociação coletiva entre patrões e empregados sem mediação dos mecanismos estatais, c) o direito à greve; e a sua maior “bandeira”, d) a liberdade e autonomia sindical. Venize Rodrigues, liderança que fazia parte do grupo que defendia o *Novo sindicalismo* no Pará, fala sobre a ação deste.

No início de 80, muitas categorias iniciam movimentos em torno de reivindicações trabalhistas e democracia. Especialmente as formidáveis mobilizações de São Bernardo liderados pelo metalúrgico Lula; enfrenta a ditadura e inspira movimentos de trabalhadores por todo o país. Aqui no Pará, na cidade e no campo, já se fazia perceber as mobilizações das categorias, a retomada de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as oposições sindicais, os sociólogos, os professores, os motoristas, os comerciários, bancários etc. A este movimento de lutas chamamos “*Novo Sindicalismo*”, que reunia trabalhadores em oposição à estrutura sindical (RODRIGUES, 2023, p.5).

Leôncio Martins Rodrigues (2009, p. 1) afirma ainda que o “*reaparecimento do movimento sindical, em fins da década dos 70, quando se iniciou o processo de abertura política, permitiu, muito rapidamente, que várias tendências do movimento sindical procurassem unir*” assim constituindo representações sindicais que realmente os representasse. Com a distensão política “lenta e gradual”, singulares oportunidades configuraram uma realidade pelo movimento dos trabalhadores, que sem dúvida, fora de suma importância no processo de abertura política que viveu o Brasil ainda ao final dos anos 70 e nos anos 80. Certamente, o final dos anos 70, representa um contexto de reorganização dos movimentos populares, sociais e sindicais. Além disso, como aponta Amilson Pinheiro (2015, p. 18), é ao final dos anos 1970 que observamos o

[...] abrandamento da legislação de exceção do regime militar brasileiro [...] o que na mesma direção possibilitou significativas transformações no conjunto da sociedade civil e do Estado brasileiro a partir de 1977, 1978 e 1979, momentos [em que irão] recomeçar a emergir novos agentes da história social brasileira, principalmente em relação aos movimentos grevistas, que se iniciam em São Paulo e passam a se estender a vários lugares do Brasil.

O momento que se constitui era único e as oportunidades gestadas pelas mudanças ocorridas ao final da década de 70 foram catalizadores de importantes rupturas. Dentre elas, a oportunidade de movimentar-se em direção a greve, mesmo considerada ilegal.

No campo historiográfico, a considerar aspectos teóricos, tais acontecimentos podem ser considerados amplamente da “alçada” das Ciências Sociais. E válido frisar, portanto, que o domínio deste tema está nas mãos das Ciências Sociais, mas não somente dela. É inegável

que autores como Eder Sader⁹, Ricardo Antunes¹⁰, Alain Touraine¹¹, entre outros, nos oferecem importantes contribuições acerca dos movimentos sociais, sobretudo o movimento dos trabalhadores, na perspectiva da emergência de “*novos atores*”, no contexto histórico no qual se insere esta dissertação. No entanto, a partir da renovação teórico-metodológica de tradição marxistas de autores e estudos tais como os de Edward Palmer Thompson e seus colegas de mesma linha e tradição teórica, importantes contribuições no campo da História foram observadas. Em Thompson (1987) essas reflexões se dão acerca dos conceitos de “*experiência*”, da “*agência histórica*”, da “*classe*” e acerca de “*sujeitos subalternos*” e esquecidos (em geral propositalmente pela história determinista, oficial). Este trabalho, portanto, se insere nesses debates.

Destaca-se, nesse sentido, que no momento histórico ao qual o estudo desta dissertação se insere, a classe trabalhadora brasileira tornou-se a artífice da construção de si própria, tornou-se “*fenômeno histórico*”, através de sua(s) experiência(s); como lembra E. P. Thompson (1987), a Classe trabalhadora deve ser encarada no sentido do “*Fazer-se*” e não observada como um grupo, como algo ou como um conceito fechado, pronto e acabado; ela está partícipe do e nos acontecimentos históricos, por isso ela se constitui. Além disso, ela é um fenômeno histórico. Ainda em Thompson (1987, p.10), frisamos que: “*A classe acontece quando homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus*”.

Eric Hobsbawm, em *Mundos do Trabalho* (2000), também realiza importantes apontamentos no sentido do “*fazer-se*” da classe operária. Ele afirma, em consonância a Thompson que “*as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam mudando.*” Ao afirmar tal composição, Hobsbawm confronta, em partes, certos aspectos da proposição de E.P. Thompson, quando escreve “*A formação da classe operária inglesa*”, pois considera que o movimento operário nem sempre esteve categorizado com o “*fazer-se*” e que movimentos anteriores aos estudados pelo autor citado não compunham, provavelmente, tal suposição. No entanto, estas posições são discursões para um outro momento.

Assim, nesse sentido do “*fazer-se*”, no Brasil, a classe trabalhadora, a partir do final da década de 1970, assim o fez. Começou a ser forjado no seio das diversas categorias de

⁹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980** (1988).

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil** (1995).

¹¹ TOURAINE, Alain. **O retorno do ator** – Ensaio sobre sociologia (1984).

trabalhadores brasileiros, a partir de experiências, estratégias e da busca de objetivos em comum, - como a luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e o fim da Ditadura Militar - um movimento combativo, de contestação e de luta contra as más condições trabalhistas, as más condições econômicas, políticas e sociais que viviam. Surgia aí a oportunidade de unidade das lutas naquele momento. A CUT enquanto instrumento de luta, é fruto de parte dessas experiências.

Além dos apontamentos de cunho teórico, ressaltamos também as questões de ordem metodológica deste trabalho. Em primeiro lugar, destaca-se a análise da produção historiografia pertinente para com os objetivos e o recorte do tempo histórico¹² estudado neste trabalho. Em segundo lugar, destacamos os principais recursos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa. São eles: o estudo de fontes hemerográficas — sobretudo o jornal *Resistência* —, a análise da documentação nacional e estadual da Central Única dos Trabalhadores e a História Oral.

Destarte, realizada a pesquisa documental, destaca-se um dentre os documentos analisados, o jornal alternativo *Resistência*¹³; ainda, as atas e as resoluções dos congressos e plenárias estaduais da CUT Pará, documentos internos da Articulação Sindical¹⁴ e relatos de alguns atores que foram singulares para o desenvolvimento da Central outrora, e que, da mesma forma, são para a construção deste trabalho, dentre outros. Sobre a documentação disponível para a pesquisa, além do jornal *Resistência*, disponível para consulta em modo digital, através do setor de Obras Raras do CENTUR e já citado acima, foi utilizado um número considerável de documentos tais como:

- a) *Relatórios de Encontros Estaduais da CUT Pará*;
- b) *Informativos Estaduais e Nacionais da CUT*, sobretudo dos primeiros anos da década de 1980;

¹² Sobre a historiografia nacional acerca de temas como Ditadura Militar, questões sobre o trabalho, trabalhadores e sindicalismo no Brasil nesse contexto, destacamos nomes como: Carlos Fico, Daniel Aarão Reis Filho, Marcos Napolitano, Francisco Carlos Teixeira da Silva, entre outros; sobre a historiografia regional/local, com trabalhos bem consolidados com os mesmos temas, destacamos os autores que se consagraram como baluartes e pioneiros desse tema, entre eles: Pere Petit, Edilza Fontes, Edir Veiga, Jaime Cuéllar, Amilson Pinheiro, entre outros.

¹³ Sobre o jornal *Resistência*, vale dizer que ele foi o veículo de comunicação da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH), com o intuito de veicular e expor a ação de resistência dos movimentos sociais e sindicais que atuavam contra a ditadura militar no Pará e foi fundado em 1977 sob a direção do advogado Luiz Maklouf Carvalho e posteriormente editado pelo jornalista Paulo Roberto Ferreira. O *Resistência* estava presente no processo de construção e ação dos “sem voz e sem vez”. Nesse sentido, opta-se pela utilização dele, levando em consideração as possibilidades e informações que ele contém.

¹⁴ A Articulação Sindical nasce de uma corrente política dentro do Partido dos Trabalhadores, a Articulação. Após a fundação da CUT, ocorrida em agosto de 1983, a divergência entre os setores do sindicalismo brasileiro se acirra e ocorre a identificação de distintas correntes políticas sindicais dentro da Central. Destacamos que a Articulação se configura como a “*corrente majoritárias*” da CUT até os dias atuais.

Obtivemos, ainda, o acesso a documentos de cunho particular acerca da *Articulação Pará*, corrente política interna do Partido dos Trabalhadores (PT) que formava, aqui no Estado, a *Articulação Sindical*; estes documentos pertencem a Alberdan Batista, que no período estudado, militou como sindicalista da categoria dos Gráficos do Pará, sendo um dos fundadores do PT e da CUT em Belém. Dentre esses registros destacam-se:

- a) *Relatórios de Encontros da Articulação Sindical*;
- b) *Cartas Pessoais e Coletivas* desta corrente;
- c) *Documentos para discussão sobre a Situação Interna da Tendência e da Conjuntura social e política Nacional e do Pará*, especialmente do final dos anos 80 e início dos anos 90.

Destacamos, porém, que há carência de fontes relacionadas a outras correntes sindicais, o que impossibilitou visão multifacetada da realidade interna da CUT no Pará. Entretanto, perpetuou-se a buscar, na documentação disponível, dos embates entrelaçados nos discursos da “corrente majoritária”, em cujos documentos já obtivemos acesso.

Buscamos, nesse percurso, através da História Oral, informações sobre acerca da atuação das demais correntes sindicais no interior da CUT. Sindicalistas de diversas tendências que atuavam na CUT vinculadas ao PCB, ao PCdoB, ao PT, aos movimentos eclesiais de base da Igreja católica, sejam os denominados “independentes”.

Além dos sindicalistas ligados à Articulação Sindical como Alberdan Batista, Venize Rodrigues, Avelino Ganzer, Paulo Rocha, conversamos com representantes de outras tendências, como Cacilda Pinto e Antônio Carlos da Convergência Socialista, Leila Mourão do PCdoB e José Ribamar do MR-8¹⁵.

Acarretou-se, no processo de escrita deste trabalho, a dificuldade em encontrar fontes em arquivos públicos e até mesmo nos Sindicatos de Belém. Entretanto, é relevante frisar que, considerável número de documentos ainda se encontra, em posse de sindicalistas que participaram desse momento histórico. Como foi destacado, temos os documentos de cunho particular que pertencem a Alberdan Batista.

Outras fontes utilizadas no transcorrer desta dissertação, consideradas pertinentes, são as *Atas e Resoluções das plenárias* e dos *Congressos Nacionais e Estaduais da CUT*, utilizadas com o intuito de analisar os temas e discussões abordadas nos encontros em que as distintas correntes políticas e ideológicas da CUT se reuniam. Podemos analisar, portanto, como se apresentara as ideias e posicionamentos nas instâncias da CUT, com ênfase para o Pará e, sobretudo, Belém. Vale ressaltar que as atas e as resoluções dos congressos e plenárias

¹⁵ Atualmente este grupo não mais existe. Segundo Ribamar Castro (2023), a agremiação desintegrou-se e formara um partido político intitulado “Pátria Livre”; mais recente, parte dos militantes associaram-se ao Pcdob.

nacionais estão disponíveis no arquivo digital do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)¹⁶.

Outros materiais utilizados na construção deste trabalho, são os documentos do Serviço de Informação da Aeronáutica (CISA) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) que apontaram informações a respeito da conjuntura social, e sobretudo política no período anterior a fundação da CUT. Neles observamos relevantes temas abordados, dentre eles: os movimentos sociais e as ligações entre o político, o sindical e o partidário.

Acerca das fontes hemerográficas – pela ocorrência e utilização do alternativo *Resistência*, que posa entre as principais fontes deste trabalho – é importante frisar que o uso dos jornais é propositivo nas pesquisas históricas da atualidade. Luca (2008), referência nacional quanto ao manuseio deste recurso, aponta-nos que o uso da imprensa jornalística era relativamente pequeno nos anos 1970 no Brasil. No entanto, reconheceu-se a importância de se estabelecer estudos sobre a *História da Imprensa no Brasil* dado o grande número de periódicos, jornalistas e outros profissionais à época. Assim, não “*era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se [ainda] em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa*” (LUCA, 2008, p.111).

Apesar do processo de renovação do saber e fazer histórico, a partir dos *Annales*, quanto a aplicabilidade de novos métodos, objetos e com o estabelecimento de uma ligação interdisciplinar entre as Ciências Humanas, o uso do recurso jornalístico não foi encarado à condição *sine qua non* nas primeiras gerações deste movimento. Esse tipo de fonte, entretanto, encontrou grande destaque entre os anos 70 e 90, especialmente em estudos sobre a História do Movimento Operário do início do século XX. Sobre isso Luca (2008) afirma que a “*História do movimento operário [...] especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas*”. Ademais, a partir do final do século XX, a terceira geração dos *Annales* buscou:

[Realizar] deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha novos objetos, problemas e abordagens (LUCA, 2008, p. 112).

Jaques Le Goff e Pierre Nora (1978, p. 11-12, *apud* LUCA, 2008, p. 113), em comunhão com as transformações no campo dos saberes e fazeres epistemológicos da História, afirmaram em trabalho conjunto que sua então obra:

¹⁶ Centro de Documentação e Memorial Sindical da CUT. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/>.

[..] coletiva e diversificada, [pretendia] [...] ilustrar e promover um novo tipo de história [...]. A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.

Esta nova ótica, abordada no campo dos saberes e fazeres da História, a partir das gerações mais contemporâneas dos *Annales*, trouxeram para análise diversificadas possibilidades e alterou, inclusive, a “*própria concepção de documento*”¹⁷. À título de exemplo, observa-se que nos anos 1960 e 1970, no Brasil, um pequeno número de historiadores deu início a pesquisas que se dedicavam ao estudo da imprensa, como os trabalhos de Nelson Werneck Sodré¹⁸. Tânia Regina de Luca (2008, p. 118) aponta: “*O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica*” e a partir de então foi, ainda que frívolo e desconfiável, utilizado como base para estudos centrados na História¹⁹, sobretudo na História mais recente.

Quanto à edição de jornais e periódicos organizados por militantes das organizações de esquerda e dos movimentos sociais e sindicais, como o jornal *Resistência*, Luca (2008, p.119) afirma: “*Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados*”. Dessa forma, destacamos o papel *idem*, ao apontado por Luca (2008), do alternativo *Resistência*, apesar do mesmo possui certa organização do ponto de vista editorial, serial etc. (SOUZA, 2021).

Outro importante parecer com aspecto de ordem teórica, necessário para a compreensão da forma pela qual este trabalho foi construído, seria o modo como pensamos o *documento*. Essa compreensão possui referências nos estudos de Georges Duby (1993), onde para ele o documento apresenta-nos uma finita ideia de materiais, que materializam espectros de um dado acontecimento histórico (DUBY, 1993). Ainda, segundo Le Goff (2003), o documento nada mais é que o produto da sociedade que o fabricou; em vista disso, devemos

¹⁷ *Idem*, p. 113.

¹⁸ Em especial este: SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil* (1966).

¹⁹ LUCCA (2008) afirma que autores como Arnaldo Contier, em *Imprensa e ideologia em São Paulo (1973)* já indicava o uso de outras áreas do saber, como a linguística e a semântica, para analisar, pelos jornais o *vocabulário político-social presente num conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827 e 1835) e identificar os matizes da ideologia dominante*. Além deles, outros nomes de grande produção historiográfica no Brasil, se valeram apenas da imprensa para constituir trabalhos, entre eles: Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado e Vavy Pacheco Borges. Sobre isto, ver mais em: LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos* (2008).

criticamente, analisá-lo; não só o documento escrito, mas tudo o que, a partir daquilo que José D'Assunção Barros chamou de “a revolução documental”, é considerado documento histórico. Para Barros (2019, p.), são fontes históricas

[...] tanto os já tradicionais documentos textuais [...] como também quaisquer outros registros ou materiais que possam [...] fornece um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente dos historiadores.

Os documentos, meios necessários para o ofício do Historiador, constituem-se indispensáveis. Em conformidade com isso, o presente trabalho buscou firmar-se neles e nas análises de seus conteúdos. No entanto, afirmamos que na atualidade, o historiador passou a valer-se de outros mecanismos, fontes e metodologias em seu *métier*. Além disso, a História, enquanto ciência e o historiador contemporâneo, deixaram, desde o início do século XX, de apenas conceber o “documento escrito” como fonte histórica, bem como de “fetichiza-lo”.

Nesse viés, destacamos, portanto, que será utilizada para a construção deste trabalho, do ponto de vista metodológico, a História Oral. É de interesse destacar que, dentro do processo de pesquisa e escrita da História, podemos obter distintos olhares sobre o fato histórico, assim como existem atores e não somente um “ator”; os atores relatam de diferentes maneiras um evento ou eventos históricos. Destaca-se, que a História Oral se constituiu como importante metodologia para a escrita desta dissertação, pois pôde-se, através da mesma, reconhecer, analisar e perceber a atuação dentro dos sindicatos, das diferentes lideranças do movimento sindical, além do seu discurso e posição sobre a CUT. Debruçamo-nos, em olhares atentos, aos debates das “faces”/correntes sindicais que atuavam nos sindicatos urbanos, na Central Única dos Trabalhadores no Pará, sobretudo em Belém entre os anos 1970 e 1990. Sobre este método Sônia Maria Freitas (2002, p. 3) afirma que “[...] *é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana*”. No Brasil, essa metodologia é, na atualidade, bastante utilizada em produções acadêmicas; ela faz-se importante para o historiador, tal como para todas as Ciências Humanas, em especial a Antropologia.

Desde a década de 1990, a História Oral se difundiu pelo Brasil, oferecendo espaços para debates que favoreceram o uso, aplicabilidade, possibilidades e explicação do método. Essa “nova metodologia” constitui-se como importante meio, em torno do debate teórico e epistemológico da História – principalmente a partir da segunda metade do século XX – e foi viabilizada, do ponto de vista historiográfico pela “*Nova História*”, sobretudo pela geração

mais recente dos *Annales*, escola francesa que revolucionou o fazer e o saber histórico e trouxe para nós, historiadores, maior leque de objetos, métodos e fazeres do estudo histórico.

Como aponta Amilson Pinheiro (2015, p. 22):

Apesar da vanguarda desta abertura pertencer à chamada Escola dos *Annales*, em suas quatro gerações, é na renovação do marxismo e da História Social que iremos encontrar as mais variadas possibilidades de abordagens com os movimentos sociais, principalmente a partir das obras de E. P. Thompson, que deixou importantes contribuições e suas reflexões acerca dos conceitos de classe social e experiência.

Vale ressaltar, como já citado, que a sociologia se destaca no desenvolvimento de trabalhos que englobam as temáticas passíveis de estudo nesta dissertação, tais como os movimentos sindicais e sociais como “novos atores” dentro do recorte histórico – anos 80 e 90. Apesar disso, este trabalho, pairando sobre o debate historiográfico herdado dos *Annales*, e a partir das contribuições da História Social, se propõe, do ponto de vista interdisciplinar, a entender o movimento sindical paraense, dando ênfase, a teoria, aos métodos, fazeres e saberes Historiográficos.

Ademais, junto à História Oral, outro debate teórico-metodológico existe; chama-se História do Tempo Presente; esse campo de estudo da História, no século XIX, foi considerado um problema e sofreu recusa quanto ao estudo de seus objetos como tema de pesquisa (FERREIRA, 2002). Vale dizer, no entanto, que a tradição oral e o estudo do imediato, desde a Antiguidade, como no caso grego do desenvolvimento da História, valeu-se da oralidade e o estudo dos acontecimentos mais próximos ao indivíduo. Amilson Pinheiro (2015, p.37) aponta que:

... por mais paradoxal que possa parecer em relação à postura conservadora de alguns em recusar o presente, os historiadores clássicos gregos, Tucídides e Heródoto, pensavam a história enquanto a ‘vividez’ (a *enargeia*),²⁰ em que a história estava ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade, na qual a ‘vividez’ do relato comunicaria a presença do passado e que, portanto, o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhas diretas.

Ou seja, se até o grande mestre, como Heródoto, considerado o “pai da História”, valia-se dos testemunhos orais e a *enargeia*, (retórica representação viva do objeto), por que os historiadores do presente também não o podem? Atualmente os debates sobre este tema é calorosa nas academias. Porém, diversos historiadores dedicam-se a historiografar fatos históricos nesse recorte.

Marieta de Moraes Ferreira (2002, p. 319), afirma que somente a partir da década de 1980 que “registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa

²⁰ Como na tradição grega a *enargeia* significa uma representação tão viva de um dado objeto que ao leitor e àquele que ouve, este objeto está vivo.

histórica” nesse sentido, passou a ser valorizado o uso analítico qualitativo e “*resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares*”.

Destaca-se, ainda, que com o advento da era da informação total, há tentativa, do ponto de vista dos “revisonismos”, de transformação e releitura das experiências e memórias pessoais e coletivas de pessoas ligadas aos movimentos populares e sindicais do século XX. Isso gera apagamentos ou esquecimentos dessas memórias cuja desculpa consiste em que o século passado foi marcado somente por grandes horrores, guerras, conflitos, entre outros²¹. Segundo Portelli (2000), essa prática deve ser combatida através da História Oral, que, por sua vez, escuta a narrativa pessoal dos muitos sujeitos que estiveram, ainda no século passado, protagonizando suas experiências pessoais e até mesmo coletivas, nos processos históricos de outrora não tão distante. Vale dizer que apesar da relevância indiscutível desses relatos, ressalta-se que todo o cuidado teórico-metodológico, em relação à análise dessas fontes, foi tomado. Como aponta Bourdieu (1986), a armadilha apresentada pela “*ilusão biográfica*” deve ser observada com cautela. Assim, valemo-nos do termo *trajetória*, apontado por ele como um caminho a ser trilhado, quando a análise de relatos orais, visto que podemos, a partir disso, cruzar as *trajetórias individuais* dos atores, e muito possivelmente analisá-las no âmago de nosso objeto de pesquisa, neste caso, a Central Única dos Trabalhadores.

Quanto a organização, este trabalho dispõe-se da seguinte maneira. No primeiro capítulo, apresenta-se breve histórico do movimento dos trabalhadores brasileiros num tempo histórico diferente do qual se insere esta dissertação. No segundo momento, discorre-se acerca da formação da CUT no Pará, e em Belém, dando destaque aos ação dos Sindicatos Urbanos que estavam vinculados à Central durante as décadas de 70, 80 e 90. Fala-se acerca da movimentação que ensejou a CUT no Pará e no Brasil; destacam-se momentos como a CONCLAT (a conferência que deu origem as comissões Pró-CUT), os ENCLAT’S (encontros estaduais em preparação para a fundação da CUT) e o CONCLAT (congresso de fundação da CUT). Em conformidade com movimentação citada, estes momentos

²¹ O termo que procuramos para descrever essa descrença no presente/futuro foi o *Presentismo*. Esse conceito foi desenvolvido por François Hartog sobre os Regimes de Historicidade, em especial o *Presentismo*. Este termo cunhado por Hartog, grosso modo, nos faz refletir sobre um pensamento pessimista que a sociedade na atualidade tem frente a História e a atuação de agentes que a compõem, tendo como base o século passado que para muitos autores é encarado como a era das guerras, da autodestruição humana e isso acompanhado do rápido desenvolvimento tecnológico (como aponta Hobsbawm em *A Era dos Extremos*), o século XXI, portanto, é fruto de um processo de “descrédito” dos feitos históricos de agentes do passado recente. Ver mais em: HARTOG, François. *Crer em História* (2017).

configuram-se como singulares no processo de formação da CUT, tanto no Brasil como no Pará.

No segundo capítulo destacamos as principais direções sindicais formada por sindicalistas ditos “tradicionais”, “pelegos” e o quadro dos sindicatos conquistados pelas Oposições Sindicais/Autênticos, que lutaram pela conquista da direção sindical. Estes representavam o “novo sindicalismo”. Como ápice e objetivo principal do presente texto, foi abordado neste segundo capítulo a ação das distintas correntes sindicais que se apresentavam no interior das Pró-CUT e pós fundação da Central e as diferentes correntes sindicais que atuavam no Pará antes e após a formação da CUT (em abril de 1984). Destacam-se entre essas correntes:

a) *Unidade Sindical*, composta por sindicalistas, que, ao longo da ditadura militar, souberam articular-se com as lideranças militares e perpetuando-se no controle dos Sindicatos, em alguns casos, até mesmo após o fim da Ditadura Militar²²; eram chamados de “pelegos”²³. Vale ressaltar que neste conglomerado, havia também diferentes visões acerca da organização sindical de então.

b) *Oposições Sindicais/Independentes/Autênticos*; a partir do final de 1970, no Brasil, e aqui, no estado do Pará, rearticularam-se com intuito de tomar as direções sindicais dos ditos “pelegos”; exemplos, destaca-se a categoria gráfica do Pará, os rodoviários, a construção civil, os bancários, entre outras. Neste grupo, tal como nas organizações apontados por este texto como “Unidade Sindical”, configurou-se diferentes pontos de vista.

Concomitante a isto, tratou-se, ainda neste segundo capítulo, da existência de vínculo entre as organizações sindicais e dos partidos políticos, visto a influência destes no interior dos Sindicatos. Portanto, este texto foi destinado a analisar da organização sindical cutista em Belém, antes e após a fundação da CUT, chegando aos anos de 90, ano em que a Central apresenta nova estratégia de ação em virtude da ordem social, econômica e política que, nacionalmente, o Brasil vivenciava.

²² Um caso muito conhecido é o de Carlos Levy, da direção sindical dos Bancários do Pará. Os sindicalistas Bancários só conseguiram pôr fim a direção sindical de Levy no começo na década de 1990.

²³ Pelego: um pano que é posto entre a cela e o cavaleiro, para “amaciar” ou tornar a montagem do cavaleiro ao cavalo mais confortável; o termo no contexto sindical tinha, por sua vez, uma comparação. O sindicalista “pelego” era aquele que fazia o jogo do patronato e da burguesia, estava na direção sindical, mas não atendia aos interesses dos trabalhadores.

CAPÍTULO I – AS “FACES” DO SINDICALISMO BRASILEIRO (1930-1983)

Apresentação

O presente capítulo objetiva entender a ação das forças que geram a CUT e como elas se configuraram ao longo do tempo. Porém, para alçarmos propriamente a Central Única dos Trabalhadores, deve-se retroceder alguns anos e chegar até a gênese do movimento operário no Brasil e no Pará. Assim, a primeira parte deste capítulo, apresentará este panorama a partir da leitura atenta da historiografia pertinente à temática. Além disso, o presente capítulo visa explicar ao leitor que, o movimento de trabalhadores no Brasil, desde as suas primeiras organizações, possuía distintas “faces” e quando ocorre a CUT, esta característica não é alterada.

Ainda neste capítulo, explicaremos quais fatores (do ponto de vista político, sobretudo) foram preponderantes para o desenvolvimento da Central. Outros fatores serão analisados, tais como o econômico, fundamental, segundo Karl Marx, para que uma mobilização política posterior à econômica ou mesmo cultural ocorra. Essa visão está ligada aos aspectos teóricos aportados em Gramsci, onde a cultura é compreendida como a “ceteia” que liga os processos sociais, estruturas de poder e lutas por hegemonia (VIEIRA, 1999).

Nesse aspecto, ainda como aporte teórico pertinente ao processo de construção deste texto inicial, deu-se destaque aos teóricos da escola marxista inglesa; autores como E.P Thompson e Eric Hobsbawm, nos auxiliaram no entendimento de termos ligados às ações individuais e coletivas dos trabalhadores aos quais iremos nos deter neste estudo; termos como a *experiência*, a *classe* e até mesmo *consciência de classe*.

A *experiência*, em Thompson, garante o *fazer-se*, visto que esta é a causadora do fenômeno que é a *Classe* em si. Ela mesma pressupõe um importante pilar no processo do fazer-se. A classe acontece pela experiência. Já a *consciência de classe* é, segundo Thompson (1987, p. 10), “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encaradas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, ou seja, a *consciência de classe* surge naturalmente em lugares e tempos distintos, mas nunca da mesma forma.

Ainda sobre a *consciência de classe* podemos citar em Hobsbawm certa análise diferenciada, onde em “*Notas sobre a consciência da classe*”, capítulo 02 do clássico livro “*Mundos do Trabalho*”, o historiador marxista revela a nós que esta é um elemento subjetivo dentro do conceito de classe e que estes (classe e consciência de classe) são termos inesperáveis. Ao se debruçar nos estudos destes termos, Hobsbawm mostra que é esta

consciência que une a classe, independente de credo, de raça, de origem etc., permitindo que os interesses particulares ou grupais sejam postos de lado. No entanto, apesar de existir de forma concreta e não de maneira subjetiva ou ideológica, como pressupõe os cientistas sociais, o que impera dentro do Mundo do Trabalho são os interesses, segundo Hobsbawm, de caráter nacional, regional, religioso ou corporativo, que acabam por dividir a classe.

Noutro aspecto, para a continuidade deste capítulo, utilizou-se um diversificado “leque” de fontes, tais como as edições do jornal alternativo “*Resistência*”, depoimentos de sindicalistas que estiveram presentes nesse momento ímpar da história dos trabalhadores e do trabalho no Pará, documentos de cunho institucional da própria CUT, além de documentos de do Serviço Nacional de Informações. Destacamos, nesse viés, que a documentação institucional disponível para consulta, acerca da CUT, foi encontrada sob posse de alguns sindicalistas que militaram naquele momento e que porventura, ou não, organizaram partes destas fontes.

1.1 – O sindicalismo brasileiro pós 1930 e o surgimento do “Novo Sindicalismo”

A História do Movimento Sindical no Brasil, inicia nas últimas décadas do século XIX e se intensifica no início do século XX. A primeira legislação que possui relação com movimento sindical no país, se revela através do Decreto nº 979, de 6/01/1903²⁴. Sancionado pelo presidente Rodrigues Alves, permitia-se a organização e associação de profissionais da agricultura e indústrias rurais, permitindo que se converterem em sindicatos. Ligado ao ambiente rural, o Decreto nº 979/03 abarcava somente aos trabalhadores desse espaço geográfico. Alguns anos depois esta situação muda.

Através do Decreto nº 1.637, de 06 de janeiro de 1907²⁵, a legislação passou a abarcar a classe trabalhadora (os trabalhadores) de maneira mais geral. Este decreto disciplinava e previa a organização de sindicatos e cooperativas. Vale dizer que apesar da palavra “liberdade” estar inserida na legislação citada, afirmamos que esta liberdade era demagógica, ou seja, relativa. Na realidade havia forte controle sobre as ações do movimento brasileiro. Vale ressaltar que a mobilização se mostrou extraordinária. Houve, no início do século XX, um acelerado crescimento das classes trabalhadoras no Brasil e uma forte influência das

²⁴ Câmara dos Deputados. **Decreto nº 979, de 6/01/1903** Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-979-6-janeiro-1903-584238-publicacaooriginal-107004-pl.html>

²⁵ Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.637, de 06 de janeiro de 1907**. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html#:~:text=Art.,interesses%20profissionais%20de%20seus%20membros>.

tendências ideológicas dos trabalhadores imigrantes adeptos ao comunismo, anarquismo e anarco-sindicalismo. Esses movimentos eram intensamente reprimidos pelas forças de segurança pública brasileira.

Everaldo Dias (1962,) afirma em *A História das Lutas Sociais no Brasil* que se pode dizer, sem receio de desmentido, que de 1903 a 1930, não houve um sindicato que tivesse vida regular e livre de intervenções policiais. Isso demonstra, pelo estado brasileiro de então, certo receio ou mesmo temor de um movimento sindical atuante e combativo. Havia, portanto, controle sobre as ações sindicais de outrora, muito relativo à atuação destes por direitos e por mudanças.

Além da certeza de que deveria haver forte controle sobre as organizações sindicais, tinha-se, pelas classes dominantes brasileiras, relativo medo do “bolchevismo,” sobretudo a partir de 1917. Este ano, 1917, marca a vitória do movimento que visava a instalação da ditadura do operariado na Rússia. Este movimento, liderado por Lenin, defendia a aliança entre o camponês e o operário, a nacionalização das indústrias, além de lutar pela Paz, pão e terra. Ademais, após esse momento, em 1930, com a “revolução” liderada por Vargas, encerra-se esse período de grandes efervescências do movimento sindical “*heroico, de resistências*” e observamos chegar o tempo da “tutela do estado” e do “controle” (PINTO, 2020). Nos primeiros anos de seu governo, Getúlio Vargas buscou o apoio das classes populares no Brasil e ele se consolidou, ou pelo menos a máquina de promoção da sua imagem o tentou fazer, como um grande “defensor” dos trabalhadores, do “trabalho” e da “nação”, em meio aos novos ares políticos que se estabeleceram no Brasil a partir de 1930, além disso, ao dismantelar as oposições, Vargas tomou os executivos estaduais, colocando aliados que igualmente realizavam promoção de sua pessoa.

Cássio Andrade (2006, p. 91) afirma que *A conjuntura político-econômica do país nos anos 30 alterou a relação entre os sindicatos e o Estado e isso se comprovou com a criação do Ministério do Trabalho, tendo como titular Lindolfo Collor, iniciando as práticas de intervenções do Estado nas organizações sindicais*. Com o processo de institucionalização dos mecanismos de defesa do movimento dos trabalhadores, havia por parte do Estado forte controle sob eles. Essa característica durou toda a Era Vargas, passando por momentos de maior intervenção, sobretudo a partir de 1937, com o Estado Novo.

Getúlio foi implacável quando questões como o Trabalho, Sindicatos, Sindicalismo, Trabalhadores ou o Movimento dos Trabalhadores se pautou. A eles conferiu um caráter intervencionista e centralizador, caráter este que perdurou por anos. Mesmo após o período varguista, os espectros desse modelo foram relativamente preservados. Tendo sido combatido

ao longo das décadas que sucederam seu governo, esse modelo intervencionista foi fortemente abalado com o advento do *Novo Sindicalismo* ao final da década de 1970.

Nesse ínterim, já passados os anos do governo provisório de Vargas (1930-1934), foi estabelecida uma nova constituição em 1934. Ela, dentre outros aspectos, contribuiu para com a definição do Decreto-Lei nº 3.229, de 30 de abril de 1941, onde se previa a institucionalização da Justiça do Trabalho. Anos mais tarde, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, unificou toda a legislação trabalhista que existia até então e que beneficiava, em grande medida, os trabalhadores ligados aos sindicatos oficiais. A institucionalização dos sindicatos como representação oficial dos trabalhadores tutelados pelo Estado brasileiro havia ocorrido e o controle destes foram passados ao Ministério do Trabalho. É importante ressaltar que os trabalhadores reagiram e parte considerável dos sindicatos não buscaram a oficialização junto ao Ministério do Trabalho, pelo menos não inicialmente (ANTUNES, 1995).

A partir de 1935, Vargas observou grande desenvoltura do Movimento Operário e iniciou a repressão desvelada aos trabalhadores, aumentando-a progressivamente com o estabelecimento da ditadura do Estado Novo (1937). Andrade (2006, p. 93) afirma que “*em 1937, desfechava-se o golpe final: o estabelecimento da ditadura do Estado Novo que vigorou até 1945*”.²⁶

Aqui no Pará, segundo Alves (2002 apud ANDRADE, 2006), o governo local, então representado por Magalhães Barata, buscou tomar as mesmas medidas de Vargas, nacionalmente. Andrade (2006, p. 118) aponta que, “*das medidas tomadas no governo de Magalhães Barata, interessam aqui sua intervenção trabalhista, pautada na prática populista e assistencialista, procurando transformar as conquistas dos trabalhadores em concessões do Estado*”, portanto ao congelar os aluguéis, ao conceder gratuitamente auxílio jurídico, bem como conceder medicamento e alimentos aos mais pobres, contribuiu para se forjar a imagem de Magalhães Barata como um grande “líder” e defensor das causas dos mais pobre e trabalhistas, tal como Getúlio.

Com o fim da Era Vargas, movimentos antes controlados, como o dos trabalhadores, foram protagonistas de significativas experiências no Brasil. É importante lembrar que durante as décadas de 40 e 50 até 64, o movimento sindical no Brasil passou por um momento

²⁶ Com a instituição do regime ditatorial, uma nova ordem política e institucional e “uma nova relação entre o Estado e as organizações sindicais, pautadas na Polaca, e na CLT, [consolidaram] o corporativismo sindical e as práticas de intervenções diretas nos sindicatos”. A situação sindical no Pará entre os anos do governo de Getúlio Vargas seguiu os desdobramentos nacionais.

de grande mobilização e organização, mas quase sempre submetidos à legislação. Segundo Santana (2008, p. 279):

Os anos de 1950 marcam um período de extrema importância para os trabalhadores brasileiros. O movimento sindical, liderado pela aliança das militâncias comunista e trabalhista, conseguiu grande avanço organizativo e mobilizatório, o que resultou em uma forte participação dos trabalhadores no seio da sociedade e na vida política nacional.

Após a Era Vargas, grande mobilização por parte da Classe Operária brasileira se constituiu. No Pará, a realidade sindical pós-Vargas continuou seguindo a lógica nesse aspecto sob as bases do baratismo.

O PCB, que começou a ser organizado em Belém entre 1930 e 1945, passou a ter certa influência sob a ação sindical no Pará, intensificada após 1945. Por sua vez, o Estado buscava melhores opções para lidar com a questão sindical no Pará, mas, nesse preâmbulo, a luta e a resistência por melhores salários e condições de trabalho se configuram. A ação sindical existia por diversos motivos, mas o principal deles decorria em detrimento da situação econômica e social Paraense, especialmente em Belém. Segundo Edilza Fontes (1998, p. 93-94):

Belém, em 1945, vivia em decadência econômica; dado o declínio do consumo da borracha, tinha em torno de 206.866 habitantes e uma das situações urbanas mais precárias[...]. Os bairros periféricos como o Reduto (de concentração operária), covões de São Brás, Cremação, Matinha [atual bairro de Fátima] e Pedreira não contavam com fornecimento de água potável e saneamento [...]. Toda a movimentação dos trabalhadores urbanos na defesa de uma melhoria alimentar, por moradia e transporte, desde período, deixava transparecer suas condições de vida [...]. No que diz respeito à saúde observamos, pela leitura dos jornais da época, a citação de doenças endêmicas, principalmente a tuberculose, nos discursos reivindicatórios dos trabalhadores [...]. Em levantamentos feitos até o momento, em arquivos de alguns sindicatos de Belém, observamos que era alto o índice de solicitação para tratamentos médicos e odontológicos que os sindicatos promoviam.

A situação era confusa e nesse caso, em específico, fala-se da capital do Estado; a conjuntura em outros municípios e outras regiões era ainda mais precária. Assim, a realidade dos trabalhadores da capital paraense, nesse momento, era de dependência em relação às políticas assistencialistas dos sindicatos, uma forte característica da época.

Edilza Fontes (1998, p. 95) ao apontar ainda a busca por serviços odontológicos e médicos mostra-nos em números tal dependência e mesmo carência; só no ano de 1947, cerca de 500 pessoas, foram atendidas no Sindicato dos Gráficos, já no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, no mesmo ano, foram 700. Logo, percebe-se a dependência em relação ao sindicato assistencialista tutelado ao Estado. Podemos observar que o sindicato ganhava, nesse momento, a característica do assistencialismo. Um sindicato assistencial, em

geral, não visa a mobilização e isso desmede e mascara o real motivo pelo qual a entidade foi criada.

Nos anos 1950 e 1960, as tendências sindicais de maior expressão no Pará estavam ligadas aos partidos e grupos políticos. O PCB, como já dito, foi forte influenciador de assuntos ligados ao movimento dos trabalhadores. No meio rural brasileiro, em 1954, formaram um grupo majoritário no processo de criação da União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). No Pará a seção da Ultab foi fundada em 1955, quando da realização da I Conferência Camponesa do Pará (PETIT, 1996).

Além do PCB, grupos ligados a Igreja católica também possuía certa influência sobre os trabalhadores. Destacam-se também as agremiações como a Ação Popular (AP), organização fundada em 1962 por partícipes da Juventude Universitária Católica; grupos ligados a União Acadêmica Paraense (UAP), também sob influência do PCB e destaca-se ainda o Movimento de Educação de Base (MEB), que a partir de 1961 passou a ser fortemente influenciado pela Igreja.

Em 1964, quando se abate sobre o Brasil o Golpe Militar, diversos os setores reagiram à Ditadura imposta. Os grupos citados acima são exemplos. Ainda, segundo Marcos Napolitano (2011), existiam também resistências vindas de diversos setores, entre eles, a classe política, aglutinados na “Frente Ampla”, tendo como representantes personalidades como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart nos primeiros anos da Ditadura.

Posteriormente, parte dos setores liberais (que apoiaram outrora o golpe militar), o setor progressista da Igreja Católica que se tornará a Teologia da Libertação, o movimento dos trabalhadores, as organizações estudantis como a União Nacional dos Estudante (UNE), movimentos intelectuais e culturais, entre outros, iniciaram também importante oposição ao regime.

No entanto, gradativamente, os movimentos sociais, os sindicatos, as associações profissionais, os partidos políticos de esquerda e os movimentos culturais/artísticos sofrem com a perseguição, prisão, tortura, tendo alguns, inclusive, chegado até a morte por oporem-se a Ditadura Militar. Desse modo, se observa a recorrente tentativa de desmobilização das oposições. Nos primeiros anos, o cotidiano destas oposições não era fácil, entretanto, a partir do final da década de 1970, os horizontes desses movimentos observaram ares de mudança.

É importante destacar que os trabalhadores e as representações sindicais, desde o início da Ditadura Militar, sofreram com intervenções constantes pelo Estado brasileiro, que enxergava no movimento, um instrumento de luta que, se articulado, poderia concorrer para o fim da então imposta ditadura. Nesse sentido, quando ainda nos primeiros anos da ditadura o

Ministro do Trabalho de Castelo Branco, Arnaldo Lopes Sussekind, autorizou novos pleitos dentro de muitos sindicatos no Brasil e elaborou junto ao ministério a Portaria n.º 40 de 1965, que visava, grosso modo, limitar a direção dos órgãos sindicais a indivíduos coniventes à vontade do governo, que é importante destacar, foi preservada até ao final dos anos 1970. Observa-se assim a ação interventora, outra vez, sob os Sindicatos.

Destacaram-se, na luta contra a ditadura no Pará, aqueles ligados à Teologia da Libertação (ala progressista da Igreja católica)²⁷, a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH), o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Revolucionário Comunista (PRC), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre outras agremiações (PETIT, 1996).

Por conseguinte, dentre estes movimentos citados, destacamos a ação particular do movimento dos trabalhadores, sendo este fundamental para o processo de reconquista da democracia brasileira, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, bem como para a retomada ao seu caráter mais combativo.

1.2 – A agência do sujeito histórico: o trabalhador.

Ao longo do século XX, a História passou por inúmeras transformações, algumas delas ligadas ao objeto de pesquisa do Historiador, outras ligadas à sua temporalidade, outras ainda ligadas às metodologias abordadas para fazê-la. Como já apontamos na introdução deste trabalho, a Nova História, e a historiografia francesa da primeira metade do século XX foi fundamental para que esta “revolução” da escrita da História se concretizasse.

Marc Bloch, Lucien Febvre, por exemplo, e diversos autores, passaram a preocupar-se com outras abordagens que não a política e não somente com os considerados pelos historiadores “profissionais” do positivismo como os “grandes sujeitos” políticos. A partir desse momento, a História Econômica e Social também passou a integrar o *métier* do Historiador e ao longo do XX foi aprimorado e expandiu-se cada vez mais.

Essa revolução historiográfica foi fundamental para que o estabelecimento da História Social, e sobretudo, a “*History From Below*”, ou a “História Vista de Baixo”, se tornasse cada vez mais aceita e estabelecida nos campos da História. O fato é que ela ganhou grandes proporções e foi amplamente estabelecida e aceita nas academias e escolas superiores

²⁷ A Teologia da Libertação foi um movimento que nasceu dentro da Igreja católica nos anos 1970, e conseguiu, durante os anos 1980, se imiscuir e tomar frente dentre as lutas populares nas cidades e no campo na Amazônia.

de História. E.P Thompson, foi o grande expoente dessa inovadora maneira de escrever e perceber a História.

Dentre os escritos de Thompson, os que mais nos influenciaram, quando a escrita deste texto, foi *“The Making of the English Working Class”* (ou *A Formação da Classe Operária Inglesa*) que em seus três volumes traz-nos novas e peculiares perspectivas para a análise dos sujeitos históricos, (neste caso os trabalhadores) e suas experiências tanto individuais, quanto coletivas. Sua história, apesar de retratar o movimento dos trabalhadores britânicos, apresenta-nos novas categorias de análise, além de representar expertise na crítica às fontes que podem ajudar a *“resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão [...]”* (THOMPSON, 1987, p. 13) e não somente os “grandes nomes” no (e do) passado.

Nesse sentido, ao trazer a atuação, ações e experiências do movimento operário brasileiro, especialmente o movimento dos trabalhadores paraenses entre os anos 1980 e 1990, nos balizamos, teoricamente, nos escritos de Thompson, Hobsbawm, entre outros que praticavam a escrita de uma *“História Vista de Baixo”* (como afirma o primeiro) e uma *“História das pessoas comuns”*, (como afirma o segundo).

* * * *

Nos anos de 1970, sobretudo a partir de 1975, observamos *“inúmeras transformações na correlação de forças na sociedade brasileira [...] e o desmonte da estrutura política estabelecida a partir de 1964”* pautados a partir de mudanças internacionais e nacionais; essas mudanças se encontram elencadas pelo Historiador Amilson Pinheiro (2015, p. 43) em três principais.

Em primeiro lugar, tem-se a *“eleição nos Estados Unidos do presidente Jimmy Carter em 1976” [...]*; isso acabou provocando *“uma mudança na política externa, associando-se a políticas de defesa e valorização dos direitos humanos, éticos e morais”*. Como segunda mudança, destaca-se *“o projeto Geisel-Golbery, herdeiros de uma linha mais moderada dentre os militares brasileiros [...] estes interessavam-se numa reconstitucionalização do regime militar, postura que teve momentos de avanços e retrocessos ao longo do regime”* e por fim, como terceira mudança, destacaram-se as *“forças políticas de oposição”²⁸, organizadas em torno do MDB* (PINHEIRO, 2015, p. 43).

²⁸Essa oposição era formada por um mosaico heterogêneo, que nas palavras de IANNI tinha a seguinte constituição: “proletariado urbano e rural; e camadas sociais das classes médias (intelectualidade científica e cultural, microempresários urbanos, assalariados de serviços públicos e privados, profissionais liberais e

De todo modo, o último ponto destacado acima é encarado como o fator determinante para o fim do processo ditatorial que o Brasil viveu entre 1964 e 1985. Além disso, a conjuntura em si foi fator preponderante para o mesmo fim. O que se observa, no entanto, é que a ação protagonizada pelas oposições, pautadas na luta pelo direito de lutar e ter direitos²⁹, pelo fim da política do arrocho salarial, por melhores salários e condições de trabalho, na luta contra a legislação punitiva e autoritária e na luta contra a política sindical intervencionista, acabaram constituindo estes movimentos de oposição em uma ação econômica de clara significação política (ANTUNES, 2009).

Observamos, assim, que a pauta econômica, a partir dessas mudanças, sempre esteve dentro dos debates sindicais. Isso definiu os rumos pelos quais o sindicalismo local traçou sua ação a partir do final dos anos 1970. Ainda nesse viés, entende-se que a luta econômica, de acordo com Marx e Engels, sempre foi o “ponto de partida” das lutas operárias e seria, segundo eles, a precursora da luta política.

No campo sindical, apesar das diferenças, “*existia um conceito fundamental que unificava todo mundo que era: contra a ditadura, [...] por que era algo muito violento você não ter o que dar de comer aos teus filhos, você não poder ir para a sua aula porque seu pai não tinha dinheiro; era algo muito drástico*”, conta Leila Mourão. Esta situação, assim, “*de um norte*” ao movimento que se aglutinava na luta contra a Ditadura Militar de 1964 (MOURÃO, 2023).

Ademais, ainda sobre a processualidade da luta econômica como precedente da luta política, Antunes (1995, p. 41-42) aponta, baseado nos estudos teóricos de Marx, que o Sindicalismo possui limites e o Partido político é um meio pelo qual a luta dos trabalhadores se firmam. Ele diz-nos que:

Marx apontou com lucidez a relação entre a *luta econômica* e a *luta política*. A primeira restringe-se ao terreno econômico, não rompendo com as raízes do modo de produção capitalista. A classe é ainda uma *classe em si*, pois que não se constitui ainda como uma força política eficaz contra o capitalismo. O segundo momento, mais avançado, é quando a classe formula um projeto político que visa extinguir o capitalismo, o que implica destruir os antagonismos existentes através da supressão das classes. Esse momento, o da *classe para si*, é um momento nitidamente político e que carece da atuação do partido revolucionário da classe operária, cuja missão e tarefa é dar direção ao processo revolucionário.

Dito isto, enfatizamos que o momento pelo qual o movimento dos trabalhadores passou ao final dos anos 1970, no Brasil e em nosso caso, Belém, perpassou este caminho. Os

estudantes universitários”. IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. In: O’DONNEL, Guilherme & SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões* (1988).

²⁹ PINHEIRO, 2015. Op. Cit., p. 44

trabalhadores foram ativos na busca pelo fim do regime de exceção que se vivia desde meados dos anos 1970 e como mecanismo de luta política, como forma de ingressar no meio político, criaram o partido dos trabalhadores, o PT, e anos mais tarde, deram prosseguimento na composição sindical, criando a CUT, que representava, naquele momento, a vitória do movimento Autêntico, Independente e das Oposições Sindicais.

Dessa maneira, segundo Zanetti (1993, p.13) *O “processo de desgaste do regime e a luta de uma “ampla frente democrática brasileira”, para apressar o fim do regime de exceção, criaram condições mais favoráveis à retomada da luta sindical”* que se firmou nas reconquista dos sindicatos por sindicalistas atrelados a CUT. Aqui no Pará, sindicatos como os Gráficos, os Motoristas, e algumas associações como a Associação dos Professores do Estado do Pará, foram pioneiros da proposta do Novo Sindicalismo no estado.

Dessa forma, após anos de repressão sobre o movimento dos trabalhadores, sobre os movimentos estudantis e sobre os movimentos populares em geral, ao final dos anos 70 e nos anos 80 representarão, um “*despertar*” de “*novos personagens*” antes silenciados (SADER, 1988), bem como ambientará a atuação e formação de experiências por estes sujeitos. A classe em si, é exemplo disso.

A experiência, seja individual ou coletiva, também foi fator relevante nesse processo. Ao discordar de Marx, quanto a conceitualização desta (a classe), Thompson revela-nos que a formação da classe (como sujeito histórico) dentre suas inúmeras experiências ou no caso deste trabalho, “*faces*”, associou-se às variadas formas e modos da resistência popular.

As palavras “*vivências*” e “*experiências*”, ainda que ofereça significado similar, possui, nas observações de Walter Benjamin, diferenças conceituais. Para Walter Benjamin (1987), a experiência é a vivência trazida do passado para o presente. Já a vivência não guarda tradição, fica apenas isolada na memória do indivíduo, contemplando, portanto, a particularidade ou o individual, apesar de que muitas vivências ao se tornarem experiências, podem refletir lampejos de um passado coletivo.

Além do olhar acerca das “*experiências*”, dentre as inúmeras que houve, sem dúvidas, nesse período, a forma como agiam, ou seja, as estratégias dos distintos segmentos da classe trabalhadora de então, no Brasil, se transforma em mais um termo que interessa a este estudo. Cada agrupamento sindical, baseado por sua vivência, sua leitura, sua influência teórica e sua experiência, agira de modo distinto. Os objetivos eram múltiplos, bem como enxergavam político e economicamente aquele momento. Formava-se, desta maneira, um prisma de ideias.

Amazônia, transformações e o capital

É importante dizer, que em uma perspectiva econômica, o final dos anos 1970 e década de 80 para a Amazônia, em especial o Pará, foram anos de grandes mudanças econômico-sociais com a instalação dos grandes projetos minero- metalúrgicos, concentração fundiária, mudança na dinâmica no mundo do trabalho e migração de indivíduos do mundo rural para os grandes centros urbanos. O estabelecimento desse modelo econômico foi favorecido no início dos anos 1960 com a abertura de grandes rodovias, tendo como referência principal a BR 010, Belém-Brasília. Desse modo, sob uma ótica do “progresso”, a *“marca fundamental da ação do governo federal, com o objetivo de integrar a Amazônia ao projeto nacional desenvolvimentista, foi a construção da Belém-Brasília”* (PETIT, 2003, p. 73). É fato que isto alterou diversificados aspectos da região, seja ele cultural, econômico e social.

Além disso, destaca-se que a partir de meados da década de 60, que se observa, com a Criação da SUDAM em 1966, um período de mudanças e transformações socioeconômicas não benéficas para as populações locais da região amazônica; ainda, observa-se o “fausto” da preocupação pelos governos militares com as regiões de fronteiras, principalmente da Amazônia Legal. Acredita-se, portanto, que o objetivo seria o estabelecimento dos planos nacionais de desenvolvimento que visavam a exploração dos recursos da floresta.

André Carvalho (2021, p. 100) aponta que as décadas de 1960 e 1970, com a institucionalização da “Operação Amazônia” e a criação da SUDAM (órgão responsável por gestar e desenvolver os projetos destinados à região) e do Banco da Amazônia (BASA) e o INCRA, *“uma forma de ação governamental para a ocupação da Amazônia, vista como uma fronteira agrícola, desta vez com base na economia da pecuária de corte, vulgarmente chamada de ocupação pela “pata do boi”* (CARVALHO, 2021, p. 100).

O avanço desta “fronteira agrícola” gerou e ainda gera diversos problemas sociais, sobretudo na Amazônia Oriental. Segundo dados da CPT (a Comissão Pastoral da Terra) o maior número de conflitos em decorrência de questões agrárias, se concentra justamente na região onde essa “fronteira” atual. A Amazônia Oriental concentra grande parte dos conflitos ligados à terra na região Norte.

Ainda sobre o desenvolvimento econômico pensado pelos militares para a região, segundo Roberto Santos (1978, p. 141-2 *apud* PETIT, 1996, p. 36) existiram dois períodos de desenvolvimento destes agentes; o primeiro é denominado de *“pioneiro”* que vai do início da Ditadura Militar até o início dos anos 1970 e a *“fase de consolidação”* que se estabeleceu nos idos da mesma década. Durante a primeira fase, os principais beneficiados pelas políticas para

o desenvolvimento da região foram os empresários locais, no entanto, em decorrência das “*dificuldades técnicas graves, ou problemas de mercado ou a penúria de recursos de crédito*”, ocorre o processo de *desregionalização*” de parte das indústrias locais (SANTOS, 1978, p. 141-2 *apud* PETIT, 1996, p. 36).

Durante a Ditadura, a Amazônia foi exemplo dessa relação. O governo federal a elegeu como o centro de convergência para a ocupação por atores sociais oriundos de outras regiões do país, como o Sul, o Sudeste e o Nordeste, para ocupar aqui um pedaço de terra. Posteriormente, a política de ocupação pela colonização foi substituída através da ocupação pelo grande capital, e pelos interesses das multinacionais às potencialidades de recursos; a criação da SUDAM, a alteração/concessão de incentivos fiscais, a construção de rodovias, auxiliavam o processo de integração e de transporte de produtos oriundos da atividade extrativa, sendo que estas estratégias sustentaram essas e outras medidas.

Outro dado relevante é o meio físico onde essa força externa, então atuou. É principalmente no campo, que o capital, mediante investimentos, vai se fazer presente; historicamente, no Pará, por exemplo, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de paraenses que estavam até a segunda metade dos anos 1980, na Zona Urbana³⁰ era inferior àqueles que estavam vivendo na Zona Rural.

Tabela 3 - Estado do Pará: população total, urbana e rural (1950-1991) *

ANO	TOTAL	RURAL	URBANO
1950	1.123.273	734.262	389.011
1960	1.329.293	914.320	614.973
1970	2.167.018	1.145.052	1.021.966
1980	3.411.868	1.742.206	1.669.662
1991	5.181.570	2.571.793	2.609.777

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil – 1981. IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 (*apud* PETIT, 2003, p. 89) *.

Como podemos observar, a tabela acima materializa a realidade da ocupação do espaço Urbano/rural no Pará, antes e depois da Ditadura. Observamos, assim, um maior índice demográfico nos espaços rurais até os anos 80. No entanto, em decorrência da ação do grande capital nestes durante a Ditadura, tem-se o início de uma transição demográfica já no fim do regime que se consolida em 1991, onde a população paraense que vivia nos centros urbanos

³⁰ É sabido, no entanto, que no presente, segundo dados do IBGE, 2010, o número de paraenses que estão vivendo nas Cidades é superior aos que vivem no Campo. De acordo com os dados oficiais, 5.191.599 milhões de paraenses vivem nas Cidades e apenas 2.389.492 milhões de paraenses vivem no campo. **População residente por situação domiciliar (urbana/rural).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama> acessado em 11/03/2023. (Provavelmente há agora dados atualizados)

superava, portanto, e mesmo que pouco expressivo, o número de pessoas que viviam no campo.

É válido ressaltar, ainda, que o estímulo de migrações para a Amazônia vai ser freado a partir de 1973 onde a prioridade do governo seria, doravante este momento, a de fomento para a aquisição de grandes extensões de terra, ou seja, a contração ao latifúndio por poucos. Anterior a esse período, a política de concessão de terras era distinta; o que mudava a partir disso, seria os agentes socioeconômicos envolvidos nesse processo.

Após o início da Ditadura Militar, essa política foi incrementada, sobretudo a partir dos anos 1970, contribuindo assim para com o agravamento de diversos problemas sociais como a violência agrária, a exploração mineral e vegetal não baseada em diretrizes ecológicas, a ocupação de espaços como reservas ambientais e indígenas por grileiros e garimpeiros, entre outros problemas. Esses e outros motivos, como a ausência de uma política voltada para o mundo do trabalho, junto à política do arrocho salarial com o desenrolar do regime militar, ainda com o enrijecimento da perseguição política, da tortura e cassação das oposições, irão gestar dentro de parte da sociedade belenense, certo desconforto para com a situação socioeconômica em que se encontravam. Belém, uma das capitais mais importantes da Amazônia Legal, também vivenciou essas permanências e rupturas; se observa isto nas desigualdades ligadas ao modo de viver, à condição econômica, à condição salarial e de trabalho, à própria lógica do trabalho e ao tipo de sistema produtivo; isso acarretou mudanças, sobretudo aos mais pobres.

Essas mudanças cotidianas sempre foram questionadas, porém, é somente a partir dos ocorridos ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que a situação de fato a tomar prumo. Certamente, o início da década de 1980 significou muito para as oposições à então estabelecida Ditadura. A Manchete do jornal Alternativo *Resistência* de nº 20 (1980, ano III, p. 3), veículo de comunicação que era editado em Belém pela Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, como um prenúncio, destacou, “... 80 foi um ano muito intenso no que diz respeito às lutas populares, no campo e na cidade, em todo o país; foi um ano decisivo para o avanço das lutas políticas e econômicas, com diversas classes e categorias sociais”. Certamente a reorganização do movimento e trabalhadores foi importante; as lutas avançavam paulatinamente e as dificuldades pelas quais os trabalhadores passavam eram propulsoras dessas lutas.

Os anos 1980 concorreram para serem considerados os anos de grande efervescência político social na História recente brasileira. É neste contexto que se vivencia significantes rupturas, apesar de pontuais permanências em relação ao passado autoritário. Nesta década,

urge no Brasil movimentos combativos e comprometidos com as mudanças que se encontravam sufocados durante a Ditadura. Venize Rodrigues, fundadora da Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA), conta que a situação de efervescência era sentida por diversas categorias de trabalhadores, aqui no Pará e a militância encontrava-se articulada na cidade e no campo. Diz-nos que [...] *alguns STR, s (Sindicatos de Trabalhadores Rurais), as oposições sindicais, os sociólogos, os professores, os motoristas, os comerciários, bancários etc.* estiveram envolvidos na luta pelo fim da Ditadura e por autonomia e liberdade sindical.

Venize, ao citar determinadas categorias urbanas que estavam envolvidas na luta em Belém, ocasiona a seguinte observação: obviamente estas categorias citadas não contemplam todas as que configuraram singulares atuações em Belém. É importante dizer também, que algumas categorias, quando os encontros, plenárias e congressos que ocorriam, estavam representadas pelas suas Oposições Sindicais e que em alguns casos não compunham a direção efetiva dos seus sindicatos. Desta forma, nos encontros, algumas categorias eram representadas por não dirigentes sindicais, mas por componentes das Oposições.

Além disso, algumas, dentre as diversas Oposições que havia em Belém, passaram a dirigir seus sindicatos, como é o caso do Sindicato dos Gráficos, o Sindicato dos Motoristas, o Sindicato da Construção Civil, diversos STR's etc. Sindicatos, como o dos Bancários, somente foram liderados pelas Oposições anos depois da fundação da CUT, e mesmo após o fim da Ditadura. Com relação aos Gráficos, o caso é singular, uma vez que a Oposição Sindical alcançou o primeiro lugar nas eleições da categoria por duas vezes, para poder presidir, de modo efetivo, o mesmo³¹.

Outra situação interessante, é que economicamente, naqueles anos, Belém vivia uma situação delicada. Os bairros periféricos como a Sacramenta, Pedreira, Terra Firme, Tapanã, Jurunas e Guamá, entre outros, careciam de saneamento básico, saúde, educação pública de qualidade, transporte digno e espaços minimamente apropriados para a edificação das moradias para os trabalhadores, que em geral eram pobres.³²

Além da situação estrutural pouco favorável, fica evidente a partir da leitura dos jornais da época, que o processo inflacionário chegou a superar 100% – sendo este o índice nacional. Logo, observa-se o alto custo de produtos. Isto representava um empecilho para que

³¹ A Oposição dos Gráfico venceu por três vezes as eleições para a direção do Sindicato. Nas duas primeiras, a direção de então conseguiu anular a votação e somente na terceira vez a Oposição conseguiu, efetiva e legalmente, vencer. Cf. “Gráficos – Mais um Sindicato na Oposição”, *Resistência*, nº 41 – Ano V, outubro de 1982, p. 9; e “Gráficos – Mais uma vez a Oposição tenta a vitória”, *Resistência*, nº 47 – Ano V, janeiro de 1983, p. 7; e “A Oposição gráfica vence as eleições pela terceira vez”, *Resistência*, nº 51 – Ano VI, março de 1983, p. 5.

³² Cf. “Falta de Água na Sacramenta”, *Resistência*, nº 14 - Ano III, julho de 1980, p. 02. e “Guamá: COSANPA explora moradores”, *Resistência*, nº19, Ano III, dezembro de 1980, p. 03.

os trabalhadores mais pobres pudessem adquirir alimentos básicos como a carne, feijão, arroz, leite etc. Isto provocou inúmeras tensões, o que levou a maior mobilização e organização dos movimentos de bairro³³ em Belém, movimentos pelos direitos humanos e a própria reorganização do movimento dos trabalhadores, uma vez que em diferentes frentes de atuação, estava nela um mesmo indivíduo, este imiscuído na luta.

Além dos problemas de ordem diretamente econômica, temos nesse período as questões ligadas à especulação imobiliária. Dessa forma, destaca-se que com a chegada de um quantitativo expressivo de imigrantes no município de Belém, ao final dos anos 1970, vindos do interior do estado, a ocupação de espaços periféricos foi se ocorrendo e muitas terras ocupadas “pertenciam” a grandes proprietários e em alguns casos aos órgãos oficiais do governo³⁴. Na década de 1970 começaram a surgir conflitos e em 1977 estes agravam-se.³⁵

A partir dos conflitos, os moradores dos bairros de Belém passaram a reorganizar-se. Sobre este movimento, sabe-se que no dia 26 de janeiro de 1979, foi realizada a primeira assembleia de moradores de bairro na Igreja Nossa Senhora da Aparecida, onde ficou decidido a organização de uma passeata em prol da causa dos bairros no dia 28 de maio de 1979. Esta ação tinha como objetivo, exigir do governo uma providência para a situação de moradia do município. Neste encontro foi eleita a comissão que ficou conhecida como “Comissão de Terra”, sendo intitulado posteriormente de “Comissão dos Bairros de Belém” (CBB).

Doravante essa organização, inúmeras ações pela CBB foram importantes dentro dos processos de reorganização dos movimentos populares em Belém. As pautas principais giravam em torno da luta pela terra e moradia, mas alcançava debates tais como a educação, a saúde, o saneamento, a economia, entre outros. Em março de 1979, por exemplo, a CBB organizou a campanha “*Escola para todos*” com a intenção de denunciar e pedir ao governo do estado uma educação de qualidade. De fato, a CBB foi importante movimento em oposição à situação imposta pela ditadura e seus representantes. Nos diferentes bairros de Belém, as lideranças se destacavam e muitos militavam em outras frentes de luta. Sobre isso, Alberdan Batista, então militante do Sindicato dos Gráficos do Pará, diz.

Essas lutas todas faziam uma discussão geral da sociedade e que também traz a questão do trabalho. Nas comunidades de base, as lideranças também

³³ Na capital paraense, a história e a trajetória de alguns bairros, como o da Sacramento, Terra Firme, Jurunas e Guamá, tomaram forma quando a luta por moradia, proferida nesse momento histórico - final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Como consequência da nova lógica econômica do Governo federal, muitos trabalhadores migraram do campo para os centros urbanos, dentre eles Belém.

³⁴ Aqui citamos o caso do Bairro da Sacramento, espaço antes pertencente à Aeronáutica.

³⁵ Cf. O que é e como nasceu a COMISSÃO DOS BAIRROS DE BELÉM?”. Resistência, n.º 15, ano III, 1980, p. 17.

eram trabalhadores, que atuavam no sindicato, mas que também tinham compromisso com essas lutas do bairro.³⁶

Observa-se, assim, importante articulação. Dessa forma, e apesar das experiências individuais dos trabalhadores, em geral, esta relação se tornava corriqueira. Um trabalhador poderia participar de vários movimentos – do Sindicato às Comunidades Eclesiais de Base, dos Partidos de Esquerda mais antigos como o PCB, PCdoB, do então recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) aos movimentos dos Bairros.

Das eleições de 1982 ao Movimento pelas Diretas Já no Pará

Dentro do processo de abertura política que o Brasil sofre nesse contexto, e a partir da atuação dos movimentos populares, alguns momentos foram decisivos durante a redemocratização do país. Assim, destacam-se as eleições que ocorreram no Brasil em 1982, eleições que no Pará configuraram novas alianças entre pessoas política e ideologicamente distintas, porém em busca do mesmo objetivo: o fim da ditadura.

Ainda, destaca-se que as disputas que ocorreram entre Jarbas Passarinho e Alacid Nunes,³⁷ dois importantes nomes do regime no Pará, são razões primordiais pelas quais o principal partido onde se aglutinou a oposição à Ditadura Militar no estado, o PMDB, logrou vencer as eleições para o governo estadual sendo eleito governador Jader Fonteles Barbalho, um advogado e político que compôs sua carreira através em oposição à ditadura³⁸. Sobre o modo como a figura de Jader Barbalho galgou o governo do estado, o próprio Serviço Nacional de Informações (SNI) aponta, em avaliação acerca da situação político-partidária no Pará, na virada de 1981 para 1982 tal situação, que:

[...] o principal evento ocorrido no Estado, foi o acordo efetuado entre o Governador ALACID DA SILVA NUNES e o Deputado Federal JÁDER FONTENELE BARBALHO, candidato do PMDB ao Governo do Estado. Esse acordo, que se oficializou com a filiação, no PMDB, de Deputados, Prefeitos, Vereadores e outros elementos do grupo "alacidista", vem fortalecendo, cada vez mais, a candidatura de JÁDER BARBALHO, pois o Governador tem colocado a "máquina" administrativa estadual a inteira disposição do candidato opositorista.³⁹

Nas entrelinhas desta aproximação entre Jader e Alacid, José Ribamar Castro fala sobre a influência de sua agremiação política, o MR-8, sobre essa situação. Diz.

³⁶ Alberdan Batista, em depoimento ao autor em 03 de junho de 2020.

³⁷ Eram as duas principais lideranças da Ditadura no Pará. Essas disputas também serão propulsoras dessa conjuntura política que marcou as eleições de 1982.

³⁸ Apesar dos posicionamentos ligados aos movimentos menos simpatizantes às Oposições Sindicais, aos Autênticos e Independentes, Jader Barbalho encontrou importante apoio aos sindicalistas ligados a Unidade Sindical. Cf. *A Esquerda e o governo de Jader Barbalho*. Resistência, ano VI, nº58, julho de 1983, p.2.

³⁹ Informação Nº 0786/115/ABE/81, p.1. Do Serviço Nacional de Informações, Agência Belém. ACE Nº 1738/81.

Jader Barbalho era deputado federal, era um dos caras da ala reconhecidamente, lá no MDB, que lutava, que combatia a ditadura [...]. Era novo, jovem. [...] e o pessoal do MDB, chegou e disse na eleição de 82: “Oh bicho, é tu que tem que ser o candidato a governador”. Ele tinha 30 anos. Aí ele pegou, ficou (ele estava morrendo de medo) “como é que eu vou ser candidato aqui?” Ele era um dos caras que também tinha uma relação muito estreita com a gente [...] tinha relação com todo mundo, PCB, Pcdob. Mas com a gente ele tinha uma relação mais estreita. Aí, por exemplo, ele chegou lá e ele estava com medo de sair. Na época, o governador do Estado, chamava-se Alacid Nunes, era coronel do Exército, reformado, evidentemente, que virou político. E era um dos caras da ditadura. Mas ele, também, era daquela ala, por exemplo, que nunca concordou com tortura.

Através da fala de Ribamar, se pode compreender que as oposições ao regime militar, enxergavam em Jader Barbalho, uma opção que garantiria a transição política, onde o executivo estadual seria ocupado por um civil. Através da leitura do Jornal Resistência, em algumas manchetes, percebe-se as disputas entre os partidos mais à esquerda tradicional em defesa da candidatura de Jader, e de partidos como o recém-criado PT, que defendeu candidatura própria.

Apesar das disputas entre a oposição, Edir Veiga Siqueira (2010, p.6) ressalta que “*em 1982 o PMDB ainda era uma organização partidária que congregava amplos setores ligados aos movimentos populares que se opunham à ditadura militar, assim partidos [...] como PCB e PC do B ainda atuavam por dentro do PMDB*”, muitas das destacáveis lideranças do PCB ou do PC do B atuavam através dele, entre eles o Advogado Paulo Fonteles, Humberto Cunha e Romero Ximenes, reconhecidos nomes da esquerda paraense.

A estratégia de atuação no interior do PMDB, pela oposição, não passava despercebida pela Ditadura e suas agências de informação. Dentro desse contexto, salienta-se que havia observação do regime acerca dos movimentos de alianças entre alguns partidos de esquerda e a sua atuação no interior do PMDB, bem como sua participação nas eleições de 1982. Como o PCB e o PCdoB foram postos na ilegalidade, a candidatura dos membros destes partidos era inviável e como já constatado por Veiga (2010) o PMDB aglutinou essas forças políticas, no entanto toda esta articulação era observada pela Ditadura.

Em consonância com os ditames da ditadura, o Serviço Nacional de Informações, Agência Belém, em informação de Nº 20005/16/ABE/83, realizou um criterioso levantamento contendo os nomes dos candidatos de origem/militância distintas do partido ao qual foram eleitos, no caso o PMDB. Nesta informação, estão listadas as informações pessoais dos candidatos eleitos e a sua origem militante. Entre os nomes, destacam-se:

MANOEL GABRIEL SIQUEIRA JERREIRO [...] Militante do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8), organização que apoiou sua candidatura nas eleições de 15 de novembro de 82, quando foi eleito Deputado Estadual pelo PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; PAULO CÉSAR FONTELES DE LIMA [...] Militante do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B), ala ligada ao Comitê Central: foi eleito Deputado Estadual pelo PC do B, com apoio da organização subversiva a qual está vinculado; ROMERO XIMENES PONTE [...] Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), e elegeu-se Deputado Estadual pelo PMDB, contando como apoio de sua organização subversiva; HUMBERTO ROCHA CUNHA [...] Militante do PC do B, ala dissidente que segue a orientação de WLADIMIR VENTURA TORRES POMAR, elegeu-se Vereador pelo PMDB, com apoio de sua organização subversiva.⁴⁰

A vigilância e o controle, mesmo no derradeiro momento do regime, eram constantes. E como percebe-se, a Ditadura Militar brasileira possuía informações sobre seus opositores através dos mecanismos de repressão e meios de informação.

Nesse sentido, observa-se em outra informação, que além do nome dos candidatos eleitos pelo PMDB oriundos de outras agremiações políticas, o SNI listou o nome de todos os candidatos – entre eles eleitos e não eleitos – e suas respectivas origens de militância em documento de título “*Apoio de organizações subversivas (os) a candidatos a cargos eletivos em 1982*”⁴¹. Neste documento, como já dito, foi listado o nome de todos os candidatos pelo PMDB de origem política partidária diferente do partido pelo qual concorriam os cargos eletivos em 1982, nesta informação foi listado também, detalhes com o endereço, nome de pai e mãe, entre outras informações de cunho pessoal.

É importante salientar, ainda, que outro partido de esquerda se constituiu no Pará, na virada da década de 1970 para 1980, era ele o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT fez oposição à candidatura de Jader, lançando candidatura própria tanto para o Senado, quanto para o governo do estado. Os candidatos eram, respectivamente, Manoel Francisco Farias de Almeida e Hélio Dourado.

A candidatura própria do PT, nas eleições de 1982, com o nome de Hélio Dourado, gestou internamente no partido, certo desconforto que findou com a intervenção do Diretório Nacional do PT, que dissolveu o Diretório Regional por descumprir acordos feitos na pré-convenção do partido em fevereiro de 1982,⁴² em relação aos nomes dos candidatos.

Nessa conjuntura, as militâncias partidárias em oposição à ditadura se reorganizaram em busca de espaços políticos, colocando fim ao regime imposto, acelerando a processualidade do “lento, gradual e seguro processo de transição” pensado pelos governos militares desde meados da década de 1970, com o objetivo de realizar esta distensão política a partir da “*centralização e do controle*” (CODATO, 2023).

⁴⁰ Informação Nº 0005/16/ABE/83, p. 1-2. Do Serviço Nacional de Informações, Agência Belém. ACE Nº 2750/83

⁴¹ Informação Nº 0781/16/ABE/82. p. 1. Serviço Nacional de Informações, Agência Belém. ACE Nº 2372/82.

⁴² Op. Cit., PETIT (1996), p. 105 – 111.

Além da movimentação em relação às eleições de 1982, outro movimento de peso no Brasil dentro do processo de abertura política, foi o das “*Diretas Já*”. No Pará, ou melhor, na capital paraense, segundo Alberdan Batista (2023, p. 8) o movimento começou meio tímido, mas depois ganhou fôlego e cresceu; ele afirma que:

A campanha das diretas começou com pouca gente. Ninguém acreditava. Depois ela cresceu tanto que virou interjeição, como dizia a letra da música. Aí os caras tinham que tentar segurar [...]. Quando a ditadura viu que a campanha ia crescer, eles cercavam onde acontecia a manifestação. Cercavam; eles não queriam que desse tanta gente.

A estratégia utilizada pelo do governo ditatorial onde ocorreria às manifestações era percebida a nas demais capitais e cidades brasileiras. A medida visava conter o movimento que lutava pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, emenda que, se aprovada, garantiria a escolha direta para o cargo de presidente da república. A emenda foi reprovada na câmara e a escolha para a presidência da república ocorreu através de eleição no colégio eleitoral, sendo eleitos Tancredo Neves (PMDB), para a presidência, e o ex-arenista José Sarney, como seu vice.

Segundo Lopes (2007, p. 13) no dia 16 de fevereiro de 1984, Belém, a capital paraense, *recebeu 60 mil pessoas na praça Primeiro de Dezembro*. O movimento contou com o apoio do governador Jader Barbalho, *todos os 82 municípios do Pará puderam se fazer presentes através de caravanas*. A CUT Nacional, em seu Boletim Informativo⁴³, reiterou o apoio da Central às manifestações pelas eleições diretas, em decorrência da possibilidade tática dela como *um instrumento de luta contra a opressão, contra a miséria e a exploração*, além de ser necessária a mobilização para a permanência dessa conquista⁴⁴.

Ainda, sobre a década de 1980, ressaltamos que diferente dos encaminhamentos em uma perspectiva internacional onde os sindicatos e movimentos sociais foram suprimidos e desarticulados principalmente na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil, um movimento contrário a essa perspectiva é perceptível através da historiografia e das fontes. Portanto, os anos 1980 - em particular - foi uma década fundamental e exhibe para a nós a força e o poder de ação dos trabalhadores, mesmo com seus avanços e tropeços.

1.3 – A emergência de uma Central Sindical no Pará: nasce a CUT

Durante a ditadura militar, seus líderes adotaram estratégias que visaram a desorganização e desestabilização da classe trabalhadora e seus mecanismos de lutas, como os

⁴³ Jornal da CUT. Ano I, nº. 2, janeiro de 1985.

⁴⁴ Sobre o movimento das “Diretas Já” ver mais em: FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)** (2014).

Sindicatos. Tudo isso, agravou anos mais tarde, as divergências entre os próprios trabalhadores. De um lado, alguns vincularam-se ao patronato e eram reverberação daquilo que alguns chamam de “cupulismo”. O cupulismo era a composição do sindicato pelo sindicalista que estava à frente da direção sindical, e em alguns casos concediam certos benefícios aos trabalhadores. Do outro lado, estavam aqueles que afirmavam lutar pela “liberdade de organização” enquanto classe/categoria, e pela “liberdade e autonomia dos sindicatos”.

O ex-militante do MR-8, José Ribamar (2023), afirma que os partidos de esquerda mais tradicionais, em geral estavam associados a esses sindicatos ditos mais “cupulistas”. Os sindicatos, durante a ditadura militar, segundo ele:

[...] ou estavam sob o controle patronal, ou estavam sob o controle específico da ditadura, e tu tinha, na verdade; quem era o herdeiro do movimento sindical antes da ditadura, aqui no Pará? era o “PCzão”. O Partido Comunista Brasileiro tinha muito militante dentro dos sindicatos, mas era um militante que às vezes estava meio apagado; estava lá fazendo parte; bastava negociar com os patrões; eles davam a colaboração deles lá na negociação [...] isso não quer dizer, [que] eles eram vendidos para os patrões, não, eles negociavam, mas negociavam sem mobilizar.

A posição do MR-8, assemelhava-se a posição dos partidos mais tradicionais de esquerda de então, como o PCB ou o PCdoB. Para os sindicalistas mais tradicionais o correto seria a retomada dos sindicatos, sem a necessidade da formação de grupos de “oposição”, defendiam, portanto, a “unidade sindical”. Por esta razão, os sindicatos – em sua maioria – vinculados aos partidos de esquerda mais tradicionais, eram chamados de “Unidade Sindical”.

É certo que generalizar posições seria equivocado. Em suas diferentes frentes, grande parte do PCdoB, por exemplo, participara da organização da considerada então “frente única” que viria a se tornar, anos mais tarde a CUT. Leila Mourão, que militava pelo partido, conta que *o PCdoB estava na organização de uma Central. Neste momento surge uma proposta dos partidos políticos de esquerda [e] os grupos progressistas nas suas diversas formas de organização [discutirão] essa Central* (MOURÃO, 2023).

Sobre as “estratégias de luta,” para esses sindicalistas, o essencial seria a conversa. Isto seria feito nas mesas de negociação; na visão das Oposições, pouco se conseguiu com essa estratégia. O fato é que muitos sindicalistas, ligados as Oposições, criticavam duramente esse seguimento. Não necessariamente estes militantes acovardaram-se, muitos tentavam, mesmo que timidamente avançar com as lutas, através dos meios que lhes eram favoráveis de então, porém, existia certo receio e desconfiança com relação ao processo de abertura que o

país vivia e qualquer reação mais radical, na visão dos sindicalistas mais tradicionais, poderiam causar recuo na “abertura”.

Vale lembrar, que muitas lideranças sindicais, dentre eles militantes destes partidos de esquerda mais “tradicionais”, viveram a instalação do golpe militar de 1964. Presenciaram a fase de desmonte das organizações sindicais. Ainda, muitos foram exilados, outros presos e outros até mesmo torturados e mortos pelos mecanismos de repressão da Ditadura. Dessa forma, os perseguidos e até mesmo os exilados, quando a possibilidade de retorno ao país após a assinatura da Lei da Anistia, não agiam ou sequer pensavam da mesma forma. Por outro lado, com relação as lideranças que se adaptaram ao regime militar, alguns acabaram por acomodar-se nas direções sindicais e não almejavam reais mudanças na estrutura sindical vigente, isso pode explicar o receio com relação as propostas de mudanças formuladas pelas oposições à antiga estrutura sindical.

Venize Rodrigues (2023), que defendia a tese do Novo Sindicalismo, afirma em contraponto a visão de Ribamar que:

O pessoal da Unidade Sindical desenvolveu] uma concepção de fazer algumas reformas dentro da legislação sindical e tudo isso..., mas nada que ameaçasse de fundo a legislação sindical. Avançavam e apostavam com muita cautela na criação de uma Central de Trabalhadores, surgida nos sindicatos, federações e confederações, sem as Oposições Sindicais. Os seus dirigentes queriam manter os sindicatos, as confederações, a estrutura vertical, questionada nas lutas contra a ditadura. Por quê? Porque eles estavam nesses cargos, então não interessava para ele destruir aquilo onde eles estavam presentes.

Esses opostos ficaram conhecidos, como *Unidade Sindical* e *Oposições Sindicais*. É certo que outras tendências atuavam no meio sindical. Mas essa dicotomia configurou-se a partir do final dos anos 1970. Anterior ao período ditatorial, no Brasil, existiam diversos segmentos e bandeiras ideológicas sindicais. Entre elas destacamos os anarco-sindicalistas, socialistas-amarelos, comunistas, trotskistas, leninistas, católicos etc.

Uma Central Sindical?

É importante frisar, que a primeira Central Sindical do Brasil, a COB (Confederação Operária Brasileira), surge ainda em 1908, fundada sob a égide do movimento dos trabalhadores ligados aos Anarquistas (SANTOS, 2016). O movimento foi forte, contando com grande mobilização ao longo das décadas de 1910 e 1920. No entanto, com o estabelecimento do governo de Getúlio Vargas, por meio de um golpe contra a elite cafeeira, uma nova lógica sob o trabalho e os trabalhadores, sobretudo sobre suas ações, se configuraram. Ao transcorrer dos anos 1930, 1940 e 1950, outras tentativas para aglutinar

uma gama de sindicatos se configurou no Brasil. Além da COB, outro importante “Central” esteve presente no Brasil até 1964; foi Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundado em agosto de 1962. O CGT foi um importante movimento de oposição às primeiras tentativas do golpe militar, que anos mais tarde se estabeleceria em 1964. Ele nascia no início dos anos 1960 no Brasil, anos de muita efervescência política. Porém, acredita-se que é importante destacar que nenhuma central foi mais duradoura que a CUT; uma central que, apesar das cisões, ainda representa numericamente falando uma considerável quantidade de trabalhadores por ela representados.

As primeiras ideias concretas sobre a Central Única dos Trabalhadores, surgem com as greves do final dos anos 1970 e se materializam em 1981 na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), ocorrida em São Paulo.

De lá, até o ano de 1983 muito ocorreu. Por hora, destaca-se que ao final da década de 1970, o movimento sindical se articulava e a cada ano, conquistas foram alcançadas a exemplo da CUT já em 1983, e outras posteriormente consolidadas, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. A própria Constituição é um excelente exemplo de conquista.

Avelino Ganzer, tendo sido fundador, primeiro vice-presidente nacional da CUT e o segundo presidente regional da CUT–Pará, afirma que os trabalhadores tiveram significativa participação no processo de elaboração de alguns pontos da constituição de 88 e foi através da movimentação dos trabalhadores e da CUT que muitos pontos importantes, com relação aos direitos trabalhistas foram garantidos. Ele conta.

Eu me lembro que quando nós [estávamos] na CUT, na construção de 88, a constituinte de 88, nós participamos daquela constituição, dos debates, dos temas centrais que envolveu principalmente a construção de dois grandes projetos que era: o projeto da seguridade social, da Saúde, previdência e assistência; o trabalhador não tinha nada [...] e rurais não tinha direito nenhum de aposentadoria; mulheres trabalhadoras rurais não se aposentavam, o homem quando [chegava a] 65, 70, 75 anos não tinha direito, a mulher não era reconhecida, pescadores artesanais não eram reconhecidos, indígena não eram reconhecidos, nada nada nenhum direito e nós conseguimos construir a duras custas [...]. Nós ficamos duas semanas em Brasília só [fazíamos] uma refeição por dia acompanhando as negociações direto, lá no congresso nacional, lá fora. E a nossa referência a negociação era o Lula, deputado constituinte. Qualquer coisa corria para todo mundo para discutir (GANZER, 2020).

Como produto dessa ação pelos trabalhadores foi institucionalizado o direito ao 13º salário, as férias, a conquista pela diminuição da jornada de trabalho, o direito ao salário-

mínimo, ao seguro-desemprego, o direito de sindicalizar-se dos servidores públicos, entre outras conquistas.

No Pará, essa mobilização foi fundamental no processo de redemocratização. É sabido, no entanto, que os interesses particulares de cada grupo, que estava ligado ao movimento sindical, aos partidos, aos movimentos populares, foram levados para as discussões. Cada grupo possuía sua ótica no processo, além das suas bases teórico-práticas.

Figura 1 - Marcha Pela Educação convocada pela APEPA no início dos anos 80



Fonte: Acervo Pessoal de Venize Ramos Rodrigues

Destacamos a singular participação, dentro dos movimentos de oposição à Ditadura, dos professores do ensino público⁴⁵, uma das primeiras categorias a se mobilizar efetivamente contra a ditadura e pela conquista de direitos possuía suas particularidades. Observamos, também, singular atuação pela Igreja em suas Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, na luta pela moradia, especialmente em Belém. Destacamos, ainda, os defensores dos direitos humanos, em consonância e atuação da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, entre outros movimentos; cada qual com seu objetivo, experiência e prática.

Da Conclat (1981) ao Cecut-Pará (1984)

A CONCLAT, Conferência Nacional das Classes Trabalhadores, ocorreu em agosto de 1981 e foi o palco das propostas de nascimento de uma central única de trabalhadores. Ao final da CONCLAT, foram organizadas, por estado da federação, as comissões pró-CUT e seu principal

⁴⁵ PINHEIRO, op. cit., 2015.

objetivo seria organizar, já para 1982, o congresso de fundação da CUT. No texto onde constam as resoluções, diz:

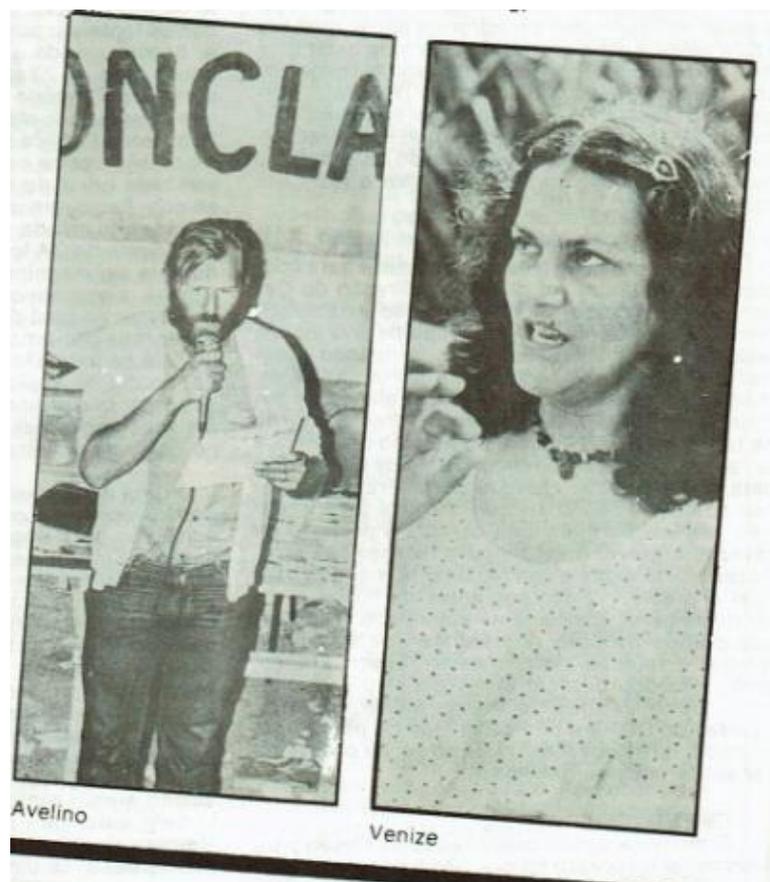
Que esta primeira Conclat seja considerada um passo fundamental e irreversível da luta pela construção da CUT. Nesse sentido, deve ser eleita nesta plenária da Conclat uma Comissão Nacional Pró-CUT com as atribuições de:

a) coordenar a execução das resoluções da Conclat e, particularmente, a da realização em agosto de 1982 do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras;

b) prestar apoio e solidariedade às lutas de todos os trabalhadores e às lutas específicas das diversas categorias profissionais.

Foi eleita pelo plenário da Conclat a Comissão Nacional Pró-CUT, composta por 56 (cinquenta e seis) sindicalistas, sendo 24 (vinte e quatro) rurais e 32 (trinta e dois) urbanos (CUT, 1981, p. 9).

Figura 2 - Venize Rodrigues e Avelino Ganzer - membros da Comissão Pró-CUT Pará.



Fonte: Jornal Resistência, nº 30, p. 05.

Ao final do encontro, duas pessoas foram escolhidas para dirigir a pró-CUT no Pará, eram elas Avelino Ganzer (STR de Santarém) e Venize Rodrigues (APEPA). No Pará, os trabalhadores conseguiram reunir-se em cinco encontros em preparação para a fundação da

CUT; o primeiro deles em preparação para a CONCLAT de 1981, os outros quatro após Conferência Nacional, visando deliberar acerca da constituição da CUT. Os diversos campos do sindicalismo que existia no Estado participaram destes encontros.

Antes de destacarmos a ação das comissões pró-CUT – que se deu nos Encontros das Classe Trabalhadora (ENCLAT’S) – é importante dizer novamente, que a efervescência do momento foi fundamental para que ocorresse a CONCLAT de 1981. Do Pará, pouco mais de 50 sindicalistas, das mais variadas correntes políticas do sindicalismo paraense, estiveram presentes nessa conferência.

Alberdan conta: “*A gente saiu no ônibus, foi pegando gente pelo interior, onde ia passando ia pegando gente [...] foi umas 50 e poucas pessoas, mais ou menos; não sei exatamente o número, mas era mais de 50 pessoas*”. Apesar da pequena quantidade de participantes na CONCLAT, a atuação e participação do Pará, foi efetiva na Conferência, mesmo com as condições pouco favoráveis, tanto na ida quanto na estada dentro da Conferência, o encontro ocorreu.

Em relação à organização da CONCLAT, observamos que, apesar do esforço dos que organizaram o evento, muito foi feito, ao que parece, no improvisado. Os dormitórios foram insuficientes, no momento das refeições muitos ficavam horas à espera do alimento, quanto ao espaço onde se realizava as reuniões, palestras e plenárias, ele encontrava-se em construção. O local onde ocorreu a conferência foi a colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, na Praia Grande entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981.

No meio do salão das reuniões, a plenária foi realizada *de forma precária, no sindicato ainda em construção, com caibro, com areia, pedra, e a gente vendo as pessoas dos outros países, o Lula estava lá, o Preste estava lá, Carlos Prestes e as pessoas da América Latina das centrais sindicais* (BATISTA, 2023, p.6). Alberdan conta ainda sobre sua experiência ao ouvir um discurso de Prestes, um dos grandes nomes dos movimentos da esquerda no Brasil. Ele afirma, *eu tive a sorte de ouvir o Carlos Prestes fazendo discurso, cara*.

A euforia do momento foi percebida e vivida por muitos. Era a primeira vez, desde o início do golpe militar, que diversas correntes do sindicalismo brasileiro se encontravam em um só lugar. Mais de 5.000 mil pessoas participaram da Conferência e o sentimento era de *crença, de esperança, de fé, de unidade*, conta Alberdan (2023, p.6).

A visão de Ribamar Castro, sobre a CONCLAT de 1981, difere da versão de outros personagens ligados às correntes com maior expressão numérica. O químico e hoje professor aposentado da Universidade do Estado do Pará (UEPA), que até então fazia parte da APQP

(Associação dos Profissionais de Química do Pará), Ribamar Castro, conta que saiu decepcionado com aqueles ligados às correntes majoritárias.

Ribamar era militante do MR-8 e tinha posições contrárias às das Oposições Sindicais. De toda forma, ele afirma que, inicialmente, a Conferência foi percebida como um momento muito importante no processo de unificação das lutas dos trabalhadores brasileiros, pensava-se até que ao final do encontro, uma central seria fundada. Porém, ao final da Conferência, a partir da decisão de adiar a fundação de uma Central já em 1981, a relação entre as distintas correntes sindicais se endurece.

Segundo Ribamar, o agrupamento do MR-8, do PCB e do PCdoB, era favorável à conversão da CONCLAT em uma Central, naquele mesmo encontro. Vale ressaltar que, a situação jurídica e legal, naquele momento, acerca de uma Central, era delicada. Não havia lei que regesse ou permitisse a formação de uma Central Sindical. A última grande experiência havia sido a da CGT, que foi desmantelada quando o golpe militar de 1964. A possibilidade de haver uma CONCLAT (enquanto central sindical) se dava a partir da existência naquele momento, da CONCLAP, o Congresso das Classes Produtoras, onde nesta se reunia o patronato. Ele conta que com a proibição de centrais sindicais pós início da Ditadura:

O máximo que você poderia ter era Federação, Confederação, mas Central Geral, central de trabalhadores era proibido, não podia reconhecer. Até que um dos companheiros [...], Ricardo Zarattini, foi o cara que disse: Não, se o CONCLAP está na legislação - está aqui as leis que regem o CONCLAP - que era o Congresso das Classes Produtoras, então nós vamos fazer um CONCLAT, o congresso das classes trabalhadoras e isso vai ser nossa central (CARVALHO, 2023).

Sabe-se que as pretensões desse grupo não tiveram forças para converter a Conferência em uma Central. A avaliação das Oposições dizia que o movimento dos trabalhadores deveria tornar mais madura a ideia da CUT. Além disso, o medo de que a Unidade Sindical tivesse, proporcionalmente, grande força dentro da Central, fez com que as Oposições tomassem tal decisão. No entanto, apesar da derrota das propostas da Unidade Sindical, em relação a fundação da CUT naquele mesmo ano, estes estiveram presentes em grande parte dos encontros de preparação da CUT, os ENCLAT'S. Neles, o grupo mais à esquerda tradicional continuou divergente das decisões tomadas pelas Oposições Sindicais e Autênticos. De todo modo, o momento foi sem dúvida muito relevante para o movimento dos trabalhadores do Brasil. Era a primeira vez, após o início da ditadura de 1964, que trabalhadores, em expressiva quantidade, se reuniam para discutir o rumo dos trabalhadores do Brasil. De lá, surgiu a ideia, que viria a ser mais bem solidificada nos ENCLAT'S, da Central Única dos Trabalhadores.

Enclat's

Alguns movimentos e encontros dos trabalhadores foram de suma importância para o desenvolvimento da CUT no Brasil e no Pará, bem como para a identificação das diferentes correntes sindicais que atuavam no estado durante a abertura política na Ditadura. No Pará, muitos movimentos, alguns deles de inspiração ou influência nacional, irão se consolidar como palcos de conflitos entre as distintas lideranças sindicais aqui existentes.

Quando ocorreram as primeiras reuniões em preparação ao Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) de 1983, congresso que culminou na fundação da CUT, a ação hegemônica da Unidade Sindical, em Belém do Pará, foi preservada até o derradeiro momento antes do Congresso que fundara a Central. Entretanto, quando os sindicalistas ligados à Oposição Sindical entenderam que não eram mais minoria assumiram a direção dos ENCLAT'S. Neste momento ocorre uma cisão (SOUZA, 2021).

Após a Conferência das Classes Trabalhadoras de 1981, foram escolhidas as comissões Estaduais Pró-CUT, cuja missão seria organizar as categorias urbanas e rurais de trabalhadores para no ano seguinte, 1982, fundar a CUT. Todavia, em decorrência da ação da Unidade Sindical, o congresso conseguiu ser adiado, com o argumento de que o ano de 1982 seria bastante turbulento, em decorrência das eleições que nele ocorreriam. Porém, quando perceberam estar em maior número, os sindicalistas Autênticos e as Oposições unem-se e se solidifica a divisão com a Unidade. Após este “racha”, decide-se por fundar a CUT em agosto de 1983. Assim aconteceu. Após o V ENCLAT, se decidiu ir para o congresso que fundou a Central. No Pará sua fundação ocorreu em abril de 1984 (PETIT, 1996).

Dentre os encontros preparatórios para a fundação da CUT, o mais importante deles foram os ENCLAT'S. Seu principal objetivo seria estruturar e organizar o movimento sindical paraense para o congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores. No Pará, houvera cinco ENCLAT'S. Inicialmente, percebemos, uma tímida participação das categorias, tanto urbanas quanto rurais destes encontros; ao que parecia, eram poucos os interessados nas ideias de uma CUT no estado. As direções sindicais, em sua maioria, já haviam recebido instruções sobre o que seria a CUT, mas, segundo alguns participantes dos primeiros ENCLAT'S, eram poucas as direções interessadas em estimular os debates sobre a Central Única dos Trabalhadores em suas bases.

Sobre o I ENCLAT, destaca-se que as dificuldades enfrentadas pela organização do evento foram desde a escolha e cessão do espaço para a sua realização até a efetiva participação dos delegados sindicais. Na abertura do I encontro participaram pouco mais de

80 pessoas. Este ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de junho de 1981 no IEPA (Instituto dos Economistas do Pará). Na publicação de nº28, p. 16, do jornal *Resistência* há uma matéria que descreve como ocorreu a abertura do encontro:

A abertura dos trabalhos, na sexta-feira, 17 de junho, não contou com a esperada presença do presidente da CONTAG, José Francisco. No plenário, apenas quatro categorias estavam presentes: jornalistas, petroleiros, eletricitários e motoristas. Do campo, representantes do STR de Marabá, pois os demais chegariam durante a noite. A mesa foi formada pela professora Venize [Rodrigues] (da APEPA - Associação dos Professores do Pará) e delegada junto à Comissão Executiva Nacional da CONCLAT, pelo presidente do STR de Marabá, João Lourenço, pelo presidente do Sindicato dos Motoristas, Luiz Evangelista e por decisão do plenário acatando proposta do professor Dubiratan, pelo ex-petroleiro Carlos Sá Pereira; em homenagem a todos que foram despedidos por suas lutas [...], além do representante da UNE, Arnaldo Jordy [e] uma cadeira vazia marcava a ausência de todos os que tombaram na luta.

O I ENCLAT, ocorre para que houvesse a escolha dos delegados que participariam da CONCLAT de 1981. Além da definição dos delegados, temas relevantes foram debatidos pelos sindicalistas tais como “Sindicalismo, Política Salarial e Econômica, Direito do trabalho, Previdência Social, Política Agrária”, entre outros temas de relevância na conjuntura. Os debates trilham caminhos cordiais quanto aos assuntos listados acima, apesar de poucas divergências entre os diferentes seguimentos do sindicalismo, pouca discussão acalorada foi percebida. No entanto, quando o assunto “Unidade Sindical” foi colocado em pauta, houve calorosas discussões entre os que a defendiam e os que a combatiam. Os argumentos da Unidade Sindical giravam em torno da união, da não divergência e do fortalecimento dos sindicatos. Já os militantes das Oposições criticavam durante a Unidade Sindical, acusando e adjetivando alguns até mesmo de Pelegos.

Outro tema discutido dentro deste encontro, foi a Constituinte, tema trabalhado no último dia do encontro. Amplamente discutido, foi alvo de discordâncias. No geral, havia quatro perspectivas acerca do assunto. Uma delas preferia não falar – pelo menos naquele contexto – sobre uma constituinte como uma bandeira de luta política, além disso, defendia a organização da greve geral pelo fim do regime militar; uma outra aceitava falar de constituinte, mas não a defendia; uma terceira posição defendia uma constituinte “*livre, democrática e soberana, precedida da derrubada do regime militar*”, sendo convocado um governo provisório; e por fim, um outro grupo, defendia as ideias do terceiro grupo, mas além do proposto, almejavam que o governo fosse controlado pelos trabalhadores, a pequena burguesia rural e urbana e os movimentos populares.⁴⁶ Ribamar Castro afirma [...] *nós defendíamos que a burguesia brasileira tinha que vir para lutar para apoiar a democracia.*

⁴⁶ Cf. “Os acertos e as dificuldades do ENCLAT”. Jornal *Resistência*. nº28, p. 16

Então, a gente achava que a classe operária tinha que participar dentro dessa luta com a burguesia, mas no regime democrático. Essa era a nossa teoria.

Ao contrário da posição e das Oposições e até mesmo dos partidos de Esquerda mais tradicionais, como o PCB, o grupo do MR-8 defendia que se seguir uma ordem de acontecimentos. Em primeiro lugar, a derrubada da ditadura, depois a constituinte e por fim, a busca pelo socialismo. Ele conta. [...] *nós achávamos que a classe operária era muito importante para [...] conquistar e manter a democracia, mesma a burguesa. Aí o socialismo era uma outra etapa. A primeira etapa era essa, a de lutar pela democracia. Essa era a nossa posição, a do MR-8.*

As sutilezas que giram em torno destas bandeiras de luta estão relacionadas a uma questão importante e que visava responder a seguinte questão: qual o papel da classe operária, dos trabalhadores naquele momento? Diga-se que tivera, apesar de seus mais diversos posicionamentos, um relevante e fundamental papel quanto ao fim da ditadura militar e a consolidação da redemocratização brasileira.

Ao final do encontro, os nomes escolhidos para representar o Pará na I CONCLAT giravam em torno de sindicalistas que compunham tanto o bloco das Oposições Sindicais, representado por sindicalistas como Avelino Ganzer, Venize Rodrigues, Luiz Evangelista, quanto àqueles que compunham a chama “Unidade Sindical”, como Flávio Nassar, Ribamar Castro, entre outros.

Figura 3 - Mesa de Abertura do I ENCLAT: 17, 18 e 19 de junho de 1981)



Fonte: Jornal Resistência, Ano VI, n.º 28, p. 16

Na imagem acima pode-se observar a mesa de abertura do I ENCLAT, realizado entre os dias 17 e 19 de junho de 1981, nas dependências do IEPA, Instituto dos Economistas do Pará. Da direita para a esquerda observamos: Venize Rodrigues (em pé), seguido pelo presidente do STR de Marabá, João Lourenço e pelo presidente do Sindicato dos Motoristas, Luiz Evangelista.

Ademais, destacamos que o II ENCLAT, foi realizado após a CONCLAT de 1981. Percebe-se, que houve maior organização e a participação dado um salto significativo no número dos que participaram deste segundo encontro. Houve intensos debates sobre o movimento sindical no Pará e sua atuação. O encontro foi realizado nos dias 30 e 31 de janeiro de 1982, e contou com a participação de importantes sindicatos e associações de todo o Estado, tais como os gráficos, rodoviários, bancários, professores, operários da construção civil, petroleiros, associações e sindicatos rurais.

Jaime Teixeira, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Pará, em uma publicação no Jornal Resistência (n.º 34, p. 8), afirmou que o II ENCLAT foi um encontro de *“maior qualidade e de maior experiência, no qual os trabalhadores já se sentiram mais confiantes no seu processo de organização”*.

Figura 4 - Plenária final do II ENCLAT no Pará



Fonte: Jornal Resistência, n.º 34, p.8. Foto de Miguel Chikaoka

Neste encontro, algumas decisões tomadas foram de singular importância, tais como a defesa do rompimento com a antiga, verticalizada e atrasada estrutura sindical e a não adoção

de “benefícios” ou “premiações” para os trabalhadores, por atividade realizadas em prol da sindicalização, pois, segundo os opositores a essa decisão, isso seria um método para “*corromper e manipular a consciência do trabalhador [além de] estimular a disputa entre eles*” ocasionando divisões no sindicato. Dito isto, destacamos também outras pautas discutidas no II ENCLAT, uma delas seria o critério de representatividade na comissão estadual pró-CUT. Ao final do encontro, duas propostas sobre a formulação da Comissão Executiva e da Pró Central Única dos Trabalhadores foram defendidas. Uma lutava pela eleição direta dos membros da Comissão Executiva na plenária final do II ENCLAT. A outra buscava eleger a Executiva através da comissão Pró-CUT eleita naquele encontro. Segue, na lista abaixo, a identificação dos sindicalistas que passaram a compor a comissão estadual Pró-CUT e a Comissão Executiva.

Pró-CUT: Maurício (Bancários), Evangelista (Motoristas), Piauí (Construção Civil), Emelinda (APEPA), Medeiros (Adufpa), Cecília (ARS), Guilherme (Jornalistas), Souza (Comerciários), Jaime (Economistas), Inácio (Industria Termoelétrica), Luís (Químicos), Paulo Rocha (Gráficos), Avelino (Curuçá), Luzinete (São João do Araguaia), Sinval (Jacundá), Domingos (Marapanim), Alexandre (Viseu), Sabá (Acará), Bené (Tomé-Açu), Libório (Moju), Manoel Maria (Cametá), Elias (Abaetetuba), gatão (Oeiras), Pororoca (Curuçá), Djalma (Tauá), Elias (Conceição), Maria (Nova Timboteua), Silvina (Apas), Raimundo (Odivelas), além de Venize (Apepa) e Avelino (Santarém) [...]

Comissão Executiva: Inácio, Evangelista, Paulo Rocha, Ermelinda, Piauí, Cecília, Silvina, Medeiros, Libório, Elias (Abaetetuba), Pororoca, Djalma e Domingos (*Resistência*, 1982, p. 8).

Pela listagem destacada, pode-se dizer que havia certa heterogeneidade quanto a formação tanto da comissão Pró-CUT, quanto da Executiva. Havia um mesclado entre os STR's, os Sindicatos urbanos, sindicatos já conquistados pelas Oposições Sindicais e até mesmo sindicalistas que ainda lutavam pela conquista da direção de seu sindicato, além de sindicalistas da Unidade Sindical.

O III ENCLAT foi conturbado e pouco se registrou sobre ele. Porém, se sabe que dentre os avanços e problemas, os encontros foram avançando e já no IV ENCLAT, que ocorre nos dias 22 e 23 de janeiro de 1983, ano em que é fundada a CUT, diversos fatores doravante colocados em pauta, seriam de extrema utilidade e importância para a construção da CUT. No IV ENCLAT que os debates se intensificam.

Rosaly Brito, da Oposição Sindical dos Jornalistas e hoje Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, foi partícipe da Comissão Executiva Pró CUT Estadual eleita no IV ENCLAT, sendo a única representante dos Sindicatos Urbanos da Oposição Sindical; diz-nos que um dos “slogans” do movimento das Oposições Sindicais era

“*CUT pela Base sem pelego e sem patrão*”. Rosaly, ao relatar sobre as Oposições e as diferenças entre as vertentes sindicais presentes na trajetória de fundação da CUT, explica.

[...] na minha militância na Oposição Sindical dos Jornalistas, [...] por conta dessa militância, eu e um grupo de companheiros da Oposição Sindical dos jornalistas, da qual fazia parte, por exemplo, Paulo Roberto Ferreira, mas não só, nós fomos participar dos ENCLATS, que eram os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora, [...] que antecederam a grande Conferência das Classes Trabalhadoras de 83, que criou a CUT. E eu participei de dois ENCLATS, do quarto ENCLAT que não saberia dizer o ano, mas foi por aí, 82, e depois, do quinto ENCLAT. Eu fui da direção e da Executiva da comissão Pró-CUT no Pará, eleita no IV ENCLAT, e daí eu já estava com os dois pés, os dois braços, tudo dentro desse movimento Pró-CUT [...]. Então eu já entrei na Comissão Estadual Pró-CUT que naquela altura contava com tanto as lideranças do polo combativo como as lideranças da Unidade Sindical (Rosaly Brito, 2020).

Alberdan Batista, ao lembrar esses momentos em relação aos embates internos mesmo antes da institucionalização da CUT, conta-nos de forma mais detalhada.

A discussão da retomada do movimento sindical, se deu principalmente em duas vertentes que foram identificadas como sindicalismo combativo e sindicalismo pelego. De um lado os combativos se organizavam na ANAMPOS⁴⁷ e de outro a Unidade Sindical. O grande racha aconteceu às vésperas do congresso de fundação da CUT, conforme ia acontecendo os ENCLAT'S e se confirmava mais e mais a aprovação das propostas defendidas pela ANAMPOS. No entanto essa cisma, essa divisão, já vinham se dando há muito mais tempo, pois o caráter que a CUT viria a ter, confirmaria ou não uma avaliação e posicionamento frente a conjuntura mundial e nacional (BATISTA, 2020).

Segundo André Mance (1990, p.3), a ANAMPOS “desempenhou um importante papel na fundação e construção da CUT, bem como no processo de construção de Movimentos Populares”. Nesse sentido, destacamos que essa articulação foi fundamental para que fosse consolidada a proposta de construção da CUT e o desenvolvimento do movimento popular em nível nacional, dando oportunidade do contato entre movimentos populares e sindicais.

Entre os encontros de 1980 a 1989, é notória a participação de alguns nomes, como Antônio Vieira da FASE. No segundo encontro, de julho de 1980, é importante destacar também a presença, além de Geraldo Pastana já citado, de Ricardo Rezende Figueira da CPT do Tocantins, Araguaia (MANCE, 1990). Portanto, a ANAMPOS foi sem dúvida, importante para a organização e da CUT por todo o país. Segundo Alberdan Batista, a ANAMPOS foi, diferentemente dos Encontros Nacionais dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical, os ENTOES, um espaço que abriu ainda mais para as discussões em relação a conjuntura daquele momento para a sociedade em geral. Conta-nos que:

⁴⁷ A Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) surge no cenário nacional em fevereiro de 1980. Seu primeiro encontro foi realizado no Estado de Minas Gerais no município de João Monlevade, e tinha como objetivo geral unificar as lutas tanto sindicais, como populares.

A ANAMPOS ela era mais ampla e já se abria para a sociedade na discussão com centros comunitários, com igreja etc. Ela surgiu e se organizou como uma articulação para discutir a criação da CUT e assim atuou até que a Central foi criada [...] [e que] de um lado os combativos se organizavam na ANAMPOS e de outro a Unidade Sindical.

A ANAMPOS representou nesse momento, um rumo o qual deveriam seguir aqueles interessados em lutar contra a ditadura militar e em busca de direitos perdidos ao longo dos anos do regime. A oportunidade de unir os movimentos em oposição aos governos militares foi sem dúvidas singular. De fato, todos os encontros da Articulação foram nesse sentido de ir ao confronto, mas juntos,

Sindicatos das Oposições e os movimentos populares. Na Introdução do Relatório do III encontro nacional da ANAMPOS dizia: “Somos uma articulação de movimentos populares e sindicais. Um espaço no qual esses movimentos podem se encontrar, trocar experiências e acertar pontos comuns de lutas”. Assim, percebemos que esta articulação foi e congregou as Oposições de todo o país até a criação da CUT em 1983. Após a fundação da Central, se dedicou aos movimentos populares e que já na década de 1990 passou a se denominar CMP (Central de Movimentos Populares).

Não foi realizado nenhum encontro da ANAMPOS no Estado do Pará, mas, havia representantes estaduais nos encontros que ocorreram antes da data de fundação da CUT no Pará. A partir do segundo encontro da ANAMPOS, o Pará já contava com representantes. Os dados do caderno do II Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular, ou seja, o segundo encontro nacional da ANAMPOS, mostra que estiveram, presentes nesse encontro Antônio

Vieira, militante da Ação Popular (AP) e do Movimento de Educação de Base (MEB), representando o Pará pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e Geraldo Pastana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (MANCE, 1990). Esses, que representaram o Pará, ajudaram a construir a articulação e trouxeram para o Estado essa proposta de união.

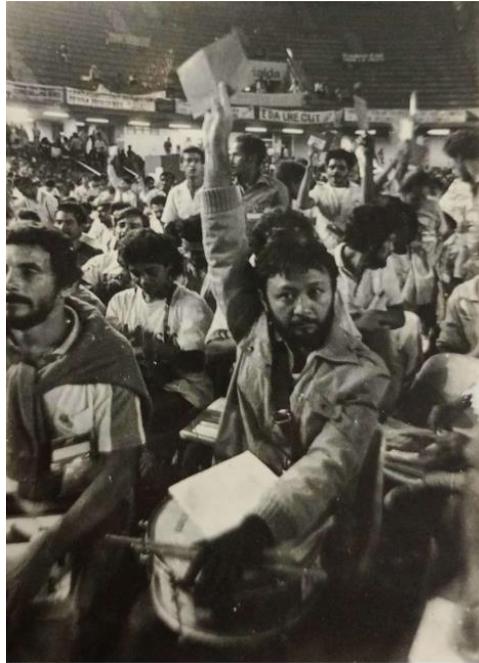
Um registro importante, quanto às lideranças que atuaram no período contribuindo para a efervescência de ideias que fortaleceram, naquele momento, o movimento político e sindical, assim como as ações unificadas de solidariedade e apoio Inter categorias e o movimento social, quando necessárias, encontra-se presente na lista descrita por Alberdan Batista, que mesmo estando incompleta, aponta para o quadro de lideranças paraenses que eram emergentes no mundo sindical de então.

Listo aqui: Professora **Venize Rodrigues** e **Avelino Ganzer**. A professora Venize, participava da Associação dos Professores do Estado do Pará

(APEPA); o Avelino era da oposição sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém, um movimento chamado Lamparina, e depois eleito diretor do STR de Santarém e FETAGRI, que muito importante, que trouxe experiências muito ricas para o movimento sindical rural. Os dois fizeram parte da comissão Pró-CUT no Pará, e foram representantes nacionais que da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, que se realizou no ano de 1981, em Praia Grande, em Santos - SP. Ainda sobre sindicalismo Rural temos o **Geraldo Pastana**, que foi o primeiro presidente na retomada do Sindicato Rural de Santarém. Ressalto a companheira **Páscoa Silva**, da Associação dos sociólogos (APS). Páscoa Silva além de ser uma estudiosa do assunto, tinha uma metodologia de organizar as discussões. Grande parte dos documentos do movimento sindical, a partir dos ENTOES e principalmente da ANAMPOS e da CUT, foram organizados pela companheira Páscoa Silva, que empresta o seu nome para o auditório da CUT. **Ermelinda Garcia** advogada, e professora fundadora da APEPA; **Jair Holanda**, era da construção civil, da unidade sindical. Na universidade o professor **Romero Ximenes** que era da unidade sindical, **Raimundo Gomes**, presidente dos Petroleiros era em cima do muro, ele não era nem da unidade sindical nem da ANAMPOS, buscava sempre a conciliação, mas o Sindicato dos Petroleiros foi muito importante. **Paulo Fonteles**, que tinha uma influência grande sobre vários sindicatos, porque ele era advogado dos Trabalhadores Rurais do Movimento Agrário, temos ainda o **João Batista** que também era advogado. Paulo Fonteles e João Batista foram deputados estaduais, ambos assassinados. Tem ainda o presidente do sindicato dos Estivadores que era o **Batalha**, ele era de um sindicalismo mais antigo e não era nem da unidade sindical, quer dizer ele era de uma ideia anterior, mas ele emprestava o sindicato para gente reunir. O **Bira Barbosa**, **Edmilson Rodrigues** eram dos professores, da Associação (APEPA) junto com a Venize. **Paulo Rocha** era da oposição gráfica e teve uma importância muito grande. Foi o primeiro presidente da CUT no Pará e sob a liderança dele a CUT cresceu bastante. **José Carlos Lima**, que também era gráfico e fazia muitas discussões teóricas, depois foi eleito Vereador e deputado estadual. **Vera Paoloni** era bancária, jornalista, fotógrafa e muita coisa que se tem de registro dessa época a gente deve a ela; **Cecília Basile**, **Sandra Zaire**, **Marise Duarte**, sociólogas da APS contribuíram bastante; **Ribamar** (Riba ou Ribinha) da APQP. O sindicato da alimentação contribui muito com a participação das companheiras quebradoras de Castanha; **Flávio Nassar** que era da ADUFPA; **Lucivaldo Ribeiro** da Construção Civil; **Gatão**, o **Atanagildo Matos**, que era da Oposição Sindical de Oeiras do Pará, e depois presidente; **Libório** do STR do Moju; o "**Benezinho**" de Tomé-Açu; **Regina Alves** que era professora; **Rosaly Brito**, **Paulo Roberto Ferreira**, jornalistas e do Movimento Pró CUT aqui do Pará; **Raimundo Jinkings** que dirigente sindical Bancário, cassado pelo regime militar; **Sá Pereira** era dos bancários também, atuando na clandestinidade numa época; **Zelito**, primeiro presidente da FETAGRI, na sua retomada; **Marciana Batista**, comerciária e da direção da CUT, **Galvão**, do STR de São Francisco do Pará; **Beto Faro**, do STR de Bujaru, **Isa Cunha**, assessora da Fase, **Valter Luz** – Bancário, **Glória Campos** – Bancária, **João Batista (Babá)** – UFPA, **Bernadete Menezes** – UFPA, **Evandro**, **Otávio Pinheiro**, **Wallace** – todos do sindicato dos Urbanitários, entre tantos outros [...] (Alberdan Batista, 2020).

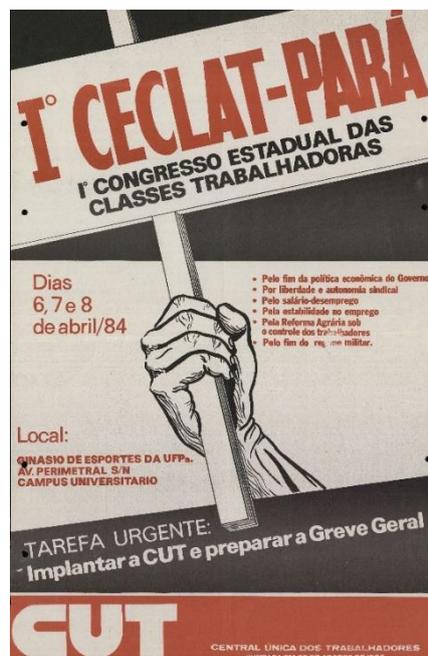
É certo que muitos outros estiveram presentes nesse momento. No entanto, não há como realizar o levantamento completo dos nomes que atuavam naquele momento. Ainda, pode-se observar, pela lista descrita por Alberdan, que a atuação era composta por pessoas de diferentes categorias e espaços, concorrendo para maior heterogeneidade do movimento.

Figura 5 - Alberdan Batista em votação no I CONCLAT/1980



Fontes: Acervo pessoal de Alberdan batista

Figura 6 – Cartaz do I CECLAT - 1984



Fontes: CEDOC-CUT.

Dadas as discussões nos encontros em preparação para a fundação da CUT, no V ENCLAT, optou-se por fundar a CUT no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, agora o I CONCLAT, em agosto de 1983. Assim aconteceu; entre os dias 26, 27 e 28 de agosto, em São Bernardo do Campo, neste encontro, fundou-se a CUT. A partir desse momento, vários encontros estaduais foram organizados, para formalmente, implantar a CUT nos Estados.

Quando a CUT foi fundada no Pará, em 1984, eram poucos os sindicatos e associações que estavam vinculadas a mesma e atuando conforme as práticas do Novo Sindicalismo. O processo de tomada das direções sindicais foi lento. Aos poucos, as oposições sindicais foram conquistando as bases sindicais e retomando as suas direções.

No Pará, o polo intitulado de “combativo” do sindicalismo, que procurou fincar as bases da CUT e, ao mesmo tempo, apoiar as oposições sindicais, havia poucos sindicatos e organizações com histórico de luta. Inicialmente só a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA), os Rodoviários, os Gráficos, a Associação Regional dos Sociólogos do Pará e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais estavam sob a direção de sindicalistas fundam a CUT no Estado.

Ao longo dos anos, após sua instalação no Pará, a entidade já contava com um aumento exponencial no número de sindicatos associados à Central Única, principalmente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). Portanto, é fato que os movimentos que antecederam a CUT foram fundamentais cada qual em seu tempo. Os trabalhadores brasileiros passaram por diversas experiências ao longo de sua história. No início do século XX, especialmente na Primeira República, os desafios estavam vinculados ao direito de união, assegurado posteriormente através de decretos que possibilitaram a plena organização das uniões dos trabalhadores, apesar das interferências e das objeções do governo, que não os observava com bons olhos.

Ademais, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, os trabalhadores foram dotados de direitos, porém tutelados ao Estado. Esta medida buscava, com todo seu autoritarismo, visava utilizar o prestígio social e o apoio popular para fincar-se no poder. Entre a ditadura varguista e a militar de 1964, os trabalhadores formaram uma grande massa, buscando melhores condições de vida e de trabalho e opunham-se às formais pelas quais suas representações eram organizadas. Durante a Ditadura Militar, sua característica autoritária conferiu às representações sindicais severa intervenção e forte controle. Os agitados movimentos do final da década de 1940 e início de 1950 foram desmobilizados propositalmente, pois o trabalhador consciente era considerado subversivo e gerava perigo para o regime e para a segurança nacional.

Após anos de controle e forte intervenção em alguns poucos sindicatos atuantes, os trabalhadores não mais suportando as dificuldades do cotidiano, resolveram parar o coração da indústria automobilística brasileira, o ABC paulista. É a primeira grande manifestação operária no Brasil desde 1964. Ao final de 1970, os trabalhadores agindo de modo ilegal, se consideramos a legislação de então, param as máquinas. Noutros lugares do Brasil, como em Belém, os trabalhadores, os movimentos nos Bairros, as comunidades eclesiais de base, mesmo com dificuldades e medo, organizam mobilizações e pequenas reuniões com o mesmo objetivo; lutavam naquele momento pelo fim da Ditadura.

A conjuntura foi fator determinante para o enrijecimento da ação dos trabalhadores brasileiros, frente a ação truculenta do estado ditatorial. Cada movimento e cada atuação teve singularidade nesse processo. Ademais, o que podemos perceber, é que mesmo com toda diversidade, pluralidade, representava união e fraternidades entre eles próprios, os trabalhadores e trabalhadoras, decisivo para o fim da ditadura. A CUT, e todos os seus meandros, fazem parte dessa história. A I CONCLAT, os Enclat's, a ANAMPOS, a Unidade Sindical, as Oposições Sindicais, os militantes das diferentes correntes sindicais e toda manifestação pró-CUT foi fundamental para que a Central Única dos Trabalhadores nascesse, mesmo antes do fim da Ditadura Militar.

Dessa maneira, a história da CUT não é e nem está isolada. Ele compõe parte significativa da História dos Trabalhadores e do Trabalho no Brasil. Ela é apenas uma dentre os diversos instrumentos de luta utilizados pelos trabalhadores brasileiros ao longo do tempo. Além disso, ela se constitui até os dias de hoje a partir da pluralidade, apesar das cisões e das evasões de correntes políticas mais à esquerda.

CAPÍTULO II – A CUT NO PARÁ: IDEOLOGIA, AÇÃO E EXPERIÊNCIA

Neste capítulo, nos ateremos às correntes sindicais que constituíam a CUT e competiam pela hegemonia nela em seu momento de pós fundação. Durante sua formação, a Central aglutinou diversos setores do sindicalismo brasileiro. No Pará esta situação não foi diferente. Portanto, este segundo capítulo dissertará sobre estas “faces” e, além disso, sobre as ações destas. Os grupos que, nos anos 80 formavam a CUT, dividem-se em três grandes “blocos” organizativos. Existiam aqueles ligados à teóricos de *bases político-filosóficas*; aquelas que *militavam nos partidos políticos de esquerda* e em diversos outros *movimentos*, como o sindical; por fim, outros grupos menores que não estavam ligados a partidos ou ideologias político-filosóficas, como os *sindicalistas Independentes*.

Dos blocos de bases teórico-filosóficas, que agia no interior da CUT Pará, destaca-se a Convergência Socialista. A Convergência, no Pará, era constituída por um agrupamento de sindicalistas com base teórica nos escritos do trotskista argentino Nahuel Moreno. Este grupo permaneceu na CUT e no Partido dos Trabalhadores até meados da década de 1990; a partir de crises internas no interior do Partido e da Central, o grupo fundou o PSTU, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado⁴⁸.

Amilson Pinheiro, ao estudar a constituição dos grupos de orientação trotskistas, monta em sua dissertação de mestrado, um mapa onde explica-se a composição deste grupo. Existia uma significativa diversidade dentre eles. As correntes diversificaram-se em ação e base teórica; dos trotskistas derivou-se a: LO, PST e CS, OSI, CAUSA OPERÁRIA e O TRABALHO e por fim POR e ORM-DS⁴⁹.

Outro grupo de expressiva participação na CUT, era aquele ligado ao MR-8⁵⁰ e aos partidos de esquerda mais tradicionais brasileiros, como o PCB e o PCdoB. Apesar de

⁴⁸ Parte do PSTU, orientada pela ação de uma corrente interna intitulada MST (Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo) organizou, anos depois da fundação do PSTU, a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), que surge, segundo seus partidários, em oposição as práticas neoliberais do primeiro governo Lula. Em 2010, a CSP-Conlutas foi fundada oficialmente como Central sindical, no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrido em Santos, São Paulo, nos dias 05 e 06 de junho. Sobre isto, ver mais em: GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **Conlutas**: uma nova proposta para a organização dos trabalhadores no Brasil? (2010).

⁴⁹ Em ordem de citação: LO: Liga Operária, PST: Partido Socialista dos Trabalhadores, CS: Convergência Socialista, OSI: Organização Socialista Internacionalista, POR: Partido Operário Revolucionário e ORM-DS: Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista.

⁵⁰ O MR 8 surgiu de uma dissidência do PCB. Formou-se a partir de 1964 e consolidou sua cisão em 1966. Inicialmente intitulava-se DI-GB, quando em 1967 realizou seu primeiro encontro. Neste, configurou-se como um “movimento” que cuja ação se baseava na luta armada. Ainda em 1967 ao realizar sua II conferência, reafirmou sua atuação pela luta armada contra a ditadura. Posteriormente a isso, alguns militantes retornaram ao PCB e outros começaram a atuar em outras frentes. Nos idos de 1968, esteve presente no movimento estudantil e a partir de 1979 pautou-se na atuação através de uma Frente Popular que interviesse nos Sindicatos. Nos anos 80, esta frente radicalizou-se ainda mais propondo a aliança desta com os setores liberais e a burguesia nacional.

desencontros teóricos, possuíam certa proximidade na ação e nas ideias. Destes grupos, muitos permaneceram na disputa pela direção da Central, outros afastaram-se dela e acabaram integrando-se a outras Centrais que foram fundadas posteriormente a CUT.

Não obstante, o grupo de sindicalistas que se tornou mais expressivo na Central, e continua a apresentar-se forte até hoje, seria o das Oposições Sindicais/Autênticos. Estes grupos apesar de distintos, uniram-se na luta contra o “imposto sindical”, a “política de conciliação e colaboração de classes”, entre outras características, que eram particulares de um sindicalismo brasileiro dos anos anteriores a ditadura militar de 1964. Este grupo caracteriza-se pelo *novo sindicalismo*, ou seja, pela adoção de novas práticas sindicais, sendo estes contra a estrutura verticalizada e cupulista sindical. A este grupo, pertenciam os trabalhadores industriais, os novos assalariados do campo, os funcionários públicos, os assalariados médios, como médicos, advogados, professores, entre outros (ANTUNES, 2015). Dessa maneira, a atuação plural, do ponto de vista sindical se constituiu na CUT durante sua formação, que se dá desde as greves do ABC (finais de 1970), até os dias de hoje.

Ademais, metodologicamente, salienta-se que a História Oral foi basal para a redação deste texto. Através dela, foi possível ouvir, bem como descrever, entender, interpretar e sintetizar - criticamente - à luz da História, a atuação, as estratégias e a ação dos indivíduos e grupos que estiveram partícipes nesse momento de formação da CUT. Como já destacamos antes, essa metodologia nos permite tais observações.

Dessa maneira, como no primeiro capítulo desta dissertação, se utilizou os relatos orais de militantes para dar conta de tamanha responsabilidade: falar sobre os embates das correntes políticas internas da CUT. Coletou-se os relatos orais, para este segundo capítulo, dos mais variados segmentos do sindicalismo paraense. Destacamos os nomes de Alberdan Batista, José Ribamar Castro, Leila Mourão, Venize Rodrigues, Antônio Carlos.

2.1 – Unidade Sindical, Autênticos e as Oposições.

Durante quase 15 anos, no contexto da Ditadura Militar, aqueles ligados a ideia da Unidade Sindical⁵¹ figuravam entre as mais influentes representações do mundo sindical

Sobre o MR 8 ver mais em: SANTOS, Eladir. Fátima Nascimento dos. **Disputas de Memória: Memórias das Atuações do MR8 (1975-1985)** (2013).

⁵¹ Vale ressaltar que este rótulo “Unidade Sindical”, surge a partir do entendimento dos Autênticos e das Oposições Sindicais. A oposição a Unidade Sindical, a acusava de peleguismo, visto que alguns setores desta “Unidade” defendiam a união entre os trabalhadores e a burguesia; o MR 8, por exemplo, defendia esta posição. Com relação a constituição de uma Central unificada. Ribamar Castro afirma que a expectativa do seu grupo, quando não houve a transformação da CONCLAT em Central, foi abalada. Ele conta “*quebrou toda a expectativa da gente ter uma central poderosa no Brasil, porque logo depois surgiu o outro congresso que criou*

nacional. Em Belém, através da pesquisa, percebe-se que isto, aqui, também ocorria; em sua maioria, estas representações eram aparelhadas ao Ministério do Trabalho e, conseqüentemente, ao governo ditatorial.

Entretanto, essas representações são encaradas, por certo seguimento de trabalhadores — principalmente aqueles que contestavam, naquela época, a atuação dos seus sindicatos frente ao empregador — como a representação “pelega”, ou seja, aquela que estava alinhada ao patronato e que praticava a “colaboração de classe” e a “conciliação”; os “pelegos” estavam ligados às macroestruturas, sendo eles representantes não dos trabalhadores, mas dos patrões.

Segundo José Ribamar o “PCZÃO”⁵², através de seus representantes no Pará, negociava com os patrões⁵³. Conta-nos que *essa estratégia de luta, que não era a da mobilização, do confronto [...] era mais ligado à negociação de mesa com os patrões. Isso não quer dizer, que eles eram vendidos para os patrões, não; eles negociavam, mas negociavam sem mobilizar*. Essa estratégia de atuação, por muitos anos se manteve, pois concorreu para a permanência destes sindicalistas nas direções. Portanto, alguns sindicalistas, ligados ao Partido Comunista Brasileiro, eram considerados “pelegos”. Em muitos casos, a atuação destes diretores era ineficiente, muitas vezes conciliatória, onde o patrão era de diferentes maneiras, beneficiado. Os sindicalistas ligados ao *novo sindicalismo*, criticavam duramente seus companheiros que defendiam ou estavam sob esta forma de organização.

Ao final dos anos 1970, a realidade de grande parte do sindicalismo no Brasil era distinta da que se observou nos primeiros anos da Ditadura. Havia, no âmago das categorias o desejo pela mobilização. A respeito das questões trabalhistas, no Brasil e em Belém elas não eram favoráveis a classe trabalhadora.⁵⁴ A política salarial do governo – o arrocho salarial – e a situação econômica pós “milagre econômico” não era positivo aos mais pobres. Além disso, boa parte das representações sindicais estavam sob o controle de dirigentes “pelegos”, ainda que alguns não se comportassem como tal.

a CGT, recriou a CGT, depois outro congresso que criou a CGTB, depois outro congresso que criou a Força sindical” (CASTRO, 2023).

⁵² “PCZÃO” era como chamava-se vulgarmente o Partido Comunista do Brasil (PCB)

⁵³ Segundo Ricardo Antunes (2015), o “peleguismo” e o “reformismo sindical de esquerda” articulava-se em torno do PCB, Partido Comunista Brasileiro. Este tipo de sindicalismo era combatido pelas Oposições, que julgavam incorretas as táticas deste tipo de fazer sindicalismo.

⁵⁴ A “lei do arrocho” regulou-se através da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965. Por ela, havia a restrição do poder regimental da Justiça do Trabalho. Assim, a justiça perdeu sua autonomia com relação às condições de trabalho no âmbito das negociações das discussões coletivas. O reajuste do salário passou a ser regido pelos índices de aumento do custo de vida definidos pelo governo ditatorial. Dessa forma, estes reajustes sempre seguiam estabelecidos nos valores abaixo da inflação, ou seja, não havia aumento real do salário. Junto ao arrocho salarial, observou-se a forte repressão e perseguição aos trabalhadores. Era comum que lideranças fossem expulsas dos seus sindicatos.

Fruto desta conjuntura, surgem os grupos “*Autênticos*”. A partir da atuação de sua maior liderança, Luiz Inácio Lula da Silva, que encontrou apoio nos setores médios, bem como no meio dos novos operários industriais, a reorganização sindical dita “combativa”, se pautou. Também se somou aos *Autênticos*, as *Oposições Sindicais*, grupos que almejavam alcançar as direções sindicais, livrando-as dos “pelegos”, *buscando avançar em sua maior aspiração, que era criar uma Central Sindical autônoma, livre e independente do estado e do patronato* (ANTUNES, 2015, p. 513).

Destaca-se que, localmente, a atuação e as aspirações do movimento dos trabalhadores, concernia à atuação destes blocos em Oposição. Aqui no Pará, a maioria dos sindicatos estavam controlados pelos sindicalistas ditos “tradicionais”, que durante maior parte do período ditatorial conseguiram perpetuar-se na direção dos sindicatos. Dentre os sindicatos que estavam controlados por estes dirigentes, dar-se-á ênfase àqueles que aparecem com mais frequência na nossa principal fonte, o *Resistência*. Dessa forma, destaca-se a atuação dos intitulados “pelegos” e das “Oposições sindicais/Autênticos” em alguns sindicatos urbanos de Belém. Entre eles destacam-se: os Bancários, os Rodoviários e a Construção Civil.

Aqueles adjetivados pelos Novos Sindicalistas como “pelegos”⁵⁵, eram personalidades sindicais conhecidas em Belém e reconhecidas por quaisquer pessoas que estavam ligadas ao movimento dos trabalhadores de então. Dentre os mais destacáveis nomes, daremos ênfase ao de Carlos Levy, da direção do Sindicato dos Bancários, Taumaturgo Pontes, da direção do Sindicato dos Rodoviários e Severino Espírito Santo, da direção do Sindicato da Construção Civil.

Acerca dos três estabelecimento e sindicalistas, se pautou, primeiramente, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belém, que nasce em 1933 e possuindo uma trajetória consolidada de luta. Posteriormente, destacou-se a ação sindical no Sindicato dos Motoristas. Por fim, deu-se ênfase ao Sindicato da Construção Civil.

Os Bancários

Em constituição no ano de 1934, o Sindicato dos Bancários do Pará participou da greve nacional da categoria, onde buscou sua legalização, tendo sido consolidada pelo

⁵⁵ Sindicalismo atrelado ao Estado e aos empresariado; uma concepção que defende a aliança entre a classe trabalhadora com a burguesia Nacional.

“*decreto 1.042, em 10 de outubro de 1941*”⁵⁶. Daí em diante e ao longo dos anos, a ação da categoria foi destacável no âmbito sindical belenense.

Em publicação pelos 73 anos de História do Sindicato, a entidade publicou no dia 24 de novembro de 2006, um pequeno texto narrando sua história, onde destacou-se seu passado combativo. No entanto, nesta mesma publicação, foram enfatizados alguns momentos de estagnação na atuação dele. Fala-se especificamente da “Era Levy”. Destacaram que:

Na história mais recente e marcante da entidade, destaca-se a “Era Levy” (1980 a 1992) e a luta do Movimento de Oposição Bancária (MOB) para chegar à direção do Sindicato. Por causa de irregularidades na gestão, Levy foi expulso da entidade em 1992. Em 1993 foram realizadas eleições complementares e finalmente a oposição conseguiu chegar à diretoria, eleita por cerca de 80% dos votos.

Sabe-se que durante mais de uma década, Carlos Levy dirigiu o Sindicato dos Bancários do Pará e suas ações foram reconhecidas, em muitos casos, contrárias às causas e às necessidades da própria categoria. Através da perspectiva Leninista, onde o autor observa com pessimismo a figura do Sindicato, pode-se inferir, balizado pelas fontes, que houve por parte da entidade, *acomodação dentro do sistema capitalista* e por Levy, observando as críticas de Marx e Engels ao operariado sindical britânico do século XIX, *corrupção*, praticada contra a classe trabalhadora e sua própria categoria (TEIXEIRA, 1997).

Nessa perspectiva, acredita-se que da mesma maneira como Marx classificou que a representação sindical britânica, no XIX, não representava mais a massa operária, mas sim uma minoria privilegiada e passou a relacionar-se, quase que intimamente, com a classe burguesa em virtude do desenvolvimento do capital, naquele momento, as representações sindicais brasileiras, em decorrência do forte controle e repressão, abordaram tais características.

Carlos Levy era considerado pelas Oposições Sindicais como uma pessoa ofensiva e que possuía características alinhadas ao governo militar. Além disso, foi alvo, durante pouco mais de 12 anos à frente do Sindicato dos Bancários, de inúmeras denúncias à sua direção. Na edição de n.º 14, de julho de 1980, p. 19, do jornal *Resistência*, Luiz Maklouf de Carvalho⁵⁷ descreve suas críticas à direção de Levy no Sindicato dos Bancários. Por sua vez, Carlos Levy, ao se defender em uma das edições do informativo do Sindicato, *O Bancário*,

⁵⁶ Cf. **Seeb PA/AP comemora 73 anos de lutas e conquistas**. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/seeb-paap-comemora-73-anos-de-lutas-e-conquistas-d863/>. Acessado em 15 de abril de 2023.

⁵⁷ Foi jornalista e advogado paraense. Foi o primeiro editor do jornal *Resistência*. Logo depois ausentou-se das funções de editor; quem assumiu a edição do alternativo foi Paulo Roberto Ferreira, jornalista.

adjetivava Maklouf de “*ex-lacaio do Avertano* [seu ex-patrão], *lambedor dos sapatos polidos do gerente da Jari*” e “*maquiado de vermelho*” em referência à opção política do jornalista.

O comportamento de Levy, segundo as Oposições, nos leva a acreditar que sua direção não dialogava com a base. Através do jornal *Resistência*, percebe-se em relatos, que a ação do presidente do sindicato dos bancários não beneficiava a boa “imagem” de sua pessoa. Obviamente, como trata-se de um material jornalístico produzido por pessoas com ideologias nitidamente distintas, observa-se aquilo que aponta Luca (2008) onde é necessário a exegese linguística em justaposição para que haja o entendimento da “ideologia” escrita nas entrelinhas do texto desse gênero. Portanto, como há carência de fontes que contraponham a visão proposta pelo *Resistência*, se tentou objetivar ao máximo a utilização das citações de fragmentos do referido alternativo.

Através das publicações do *Resistência*, entende-se que a administração de Carlos Levy era conturbada. Na edição n.º 15, de agosto de 1980, p.02, a manchete dizia: “*Levy se desmoraliza em São Paulo*” e “*Pelego e policial – assim ele foi considerado por muitos [...] no encontro nacional da categoria*”. Nesta edição do alternativo, é republicada matéria do jornal *Folha de São Paulo*, de 12 de junho de 1980, onde o principal assunto foi a participação do então presidente dos Bancários do Pará, no encontro nacional da categoria. A matéria foca nas dificuldades que o presidente dos Bancários do Pará, possuía em dialogar com os demais encontristas.

O fato é que as oposições deflagravam sérias críticas e denúncias a Carlos Levy e sua direção. Raimundo Jinkings⁵⁸, ao destacar brevemente a trajetória do Sindicato dos Bancários e seu histórico de luta em publicação no *Resistência*, fala sobre alguns aspectos da direção de Levy. Através de sua narrativa, pode-se perceber que a direção de Levy, estava em contramão a ação de outrora do sindicato.

Ele afirmou que o “*Sindicato dos Bancários, que até 1964, era um dos mais atuantes em Belém*”, e que naquele momento (anos 1980) passava por uma séria crise. [...] Em sua visão, o sindicato “*passou a ser dirigido por elementos seriamente comprometidos com as forças reacionárias*”. Jinkings destacou que o então presidente, Carlos Levy, “*foi eleito graças à divisão e à incompreensão das Oposições*” e que Levy vinha desde então “[...] *desempenhando o triste papel de liquidação e desmoralização do órgão*” (RESISTÊNCIA, n.º 15, p. 21, 1980).

⁵⁸ Jinkings militou no PCB, durante a década de 50 passou no concurso para trabalhar no então Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco da Amazônia, como bancário atou a partir dos ideais socialistas. No contexto ditatorial acabou sendo demitido da gerência do Banco e teve seus direitos políticos cassados, chegando a ser preso. Portanto, conheceu pessoalmente, o passado da categoria.

Ouro ponto relevante em relação a administração de Carlos Levy, segundo Jinkings, teria relação com a forma pela qual Levy chegou à direção. Segundo o sindicalista, a eleição de Levy foi influenciada pelo governo ditatorial. Jinkings aponta que o Banco do Brasil, às vésperas das eleições de 1979⁵⁹, resolveu suspender o contrato de trabalho de Levy por falta grave e essa ação, segundo ele, favoreceu a chegada de Levy à direção. Ele conta:

A eleição de Levy se deve também a uma atitude do Banco do Brasil até hoje inexplicável. O Banco do Brasil, dizem que por inspiração do SNI, que desejava ajudar Levy, resolveu, às vésperas das eleições, suspender o seu contrato de trabalho, por falta grave. Sua transformação em vítima sensibilizou a classe. Aparentemente estava sendo vítima de opressão, de uma violência⁶⁰ (RESISTÊNCIA, n.º 15, p. 21, 1980)

Dessa maneira, ao sensibilizar a categoria, Levy conseguiu alcançar a maioria nas eleições que o colocaram na diretoria do Sindicato. Por outro lado, apesar da aparente “conspiração” contra Levy, em publicação recente da categoria, percebe-se que outros motivos concorreram para que a Oposição não ganhasse a eleição. Segundo publicação da entidade, foi a própria divisão dentro da Oposição que corroborou para com a ascensão do sindicalista. Destacam.

A oposição que iniciava reação no final dos anos 70, fragmentou-se na eleição de 1979, a chapa encabeçada por Carlos Nascimento Levy foi a vencedora. A oposição ainda concorreu com uma chapa na eleição de 1982, encabeçada pelo bancário do Banco da Amazônia, Milton Cordeiro, que numa eleição conturbada obteve 29% dos votos dos bancários, que mantiveram o grupo do Levy na direção da entidade (SEEB PA/AP, 2006).

De qualquer maneira, é certo que Carlos Levy, entre outras formas, conseguiu alcançar a representação máxima no Sindicato dos Bancários. Tornou-se presidente da entidade e por vários anos conseguiu calcar-se na direção.

Ainda, dentre as ações do então presidente do Sindicato dos Bancários do Pará, destaca-se uma característica percebida, em geral, nos Sindicatos dirigidos pelos “pelegos”. Levy transformou a entidade em um sindicato assistencialista. Em muitos casos, para conseguir “quórum” nas Assembleias Gerais da categoria, garantia, segundo denúncias no Resistência, “*cervejas pagas*” para “*provocar os oradores, impedir a discussão dos assuntos*”. [...] *durante a realização das Assembleias [da categoria]*” (RESISTÊNCIA, n.º 15, p. 21, 1980).

Outra tática, identificada nas páginas do Resistência, utilizada por Levy, foi antecipar o início das Assembleias para as 19:45, tendo marcado para as 20 horas, ao fazer isto, buscava-se evitar a discussão de pautas importantes nos encontros com a categoria. Estas

⁵⁹ Eleições para a direção do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Pará.

estratégias não eram realizadas aleatoriamente. Em sua grande maioria, aqueles que eram considerados pelegos agiam de modo similar.

O *modus operandi* destes diretores sindicais, sempre estava acompanhado de uma ferocidade verbal, astúcia na ação e em sua maioria recebiam a ajuda das elites locais, tanto econômicas como políticas. Após tantos embates em torno da CUT, no Pará, sindicalistas como Levy, foram deixados de lado e a Central, uma materialização de boa parte daquilo que se conhece por *novo Sindicalismo*, acolheu a Oposição dos Bancários. No Informativo estadual da CUT Pará, de junho de 1985, um pequeno texto destacava: “*Bancários vão à luta contra Levy*”; além de dar apoio a Oposição dos Bancários, a CUT estadual prestou solidariedade aos membros desta pelo ocorrido no dia 12 de maio do mesmo ano, onde a Oposição foi ameaçada pela direção do Sindicato.

Segundo o Informativo (Boletim da CUT Pará, junho de 1985, p.3), “*os integrantes da oposição sindical, Jaime Beviláqua, Alex Rodrigues e Augusto Barros, foram agredidos pelos capangas de Levy, ao contestarem a maneira como foi aprovada a proposta de Campanha Salarial*” da categoria.

Ademais, destacam-se mais críticas a Carlos Levy, no Resistência de nº 15, de agosto de 1980 (já citado). Luiz Maklouf de Carvalho, autor do texto contra Levy, disparou: “*O irado fascismo de Levy*”; em 1982, com Levy ainda na direção do Sindicato dos bancários, resolveram caricaturar o conhecido por eles como fascista nacional-socialista.

A imagem abaixo foi publicada junto ao texto escrito por J. Alencar e nele, outras irregularidades sobre o diretor do Sindicato são descritas. O ponto mais relevante do texto é quando o autor destaca a relação de Levy com os banqueiros e o mercado financeiro de então que o apoiava. Além disso, segundo J. Alencar, o modo como agiam Levy e seus apoiadores era calcado na tática da dispersão.

Figura 7 - Carlos Levy: fascista nacional-socialista



Fonte: Jornal Resistência, Ano V, n.º 35, p. 2

Figura 8 - Carlos Levy, diretor do Sindicato dos Bancários do Pará (1979-1992)



Fonte: Jornal Resistência, Ano IV, n.º 34, p. 14

Geralmente os temas de interesse da categoria, era disperso em decorrência das *“Palhaçadas bazófiãs encampadas da direção dos Bancários [que] tem sido uma eficiente cortina de fumaça a encobrir a verdadeira face dessa diretoria, seu carácter fascista [...] inclusive seu aspecto de expressão do poder do capital financeiro”* (RESISTÊNCIA, n.º 34, p. 14).

Carlos Levy se manteve na presidência do sindicato dos bancários até a década de 1990, não pela inércia da categoria, mas pela força e relação que ele possuía, além das manobras que eram realizadas quando as eleições para a direção sindical.

No ano de 1992, com as eleições para a direção sindical, a Oposição, em decorrência das manobras da então direção, perdeu novamente. Entretanto, a base da categoria, junto ao

movimento de Oposição, decidi destituir e expulsar, em assembleia, no dia 22 de outubro, Carlos Levy da presidência do Sindicato, acusando-o de diversas irregularidades cometidas durante sua administração. Destacamos que:

... segundo o boletim ‘Fora Levy’ (...), o movimento de oposição bancária e diversas entidades que apoiavam a democratização do Sindicato; Há 7 anos que a administração comandada por Levy, não pagava o FGTS dos funcionários, contraiu uma dívida superior a 300 milhões de cruzeiros com o INSS, além de confeccionar materiais de propaganda política sem que os recursos entrassem para a contabilidade.” (Informacut 201, out. nov. de 1982, p.6)

Neste documento destacava-se também as irregularidades de um “*eterno Ginásio de Esportes*” que, segundo a Oposição, era fruto de “*enriquecimento ilícito*”. O terreno para a construção do ginásio foi adquirido em direções anteriores a de Levy e a construção dele inicia-se também outrora sua direção. Trocado em miúdos, a construção levou décadas para ser totalmente edificada.

Segundo Andrade (2006, p. 196), foi *durante a gestão de Orisvaldo Barbosa, [que] houve a aquisição de um terreno em outro espaço central da cidade onde posteriormente [seria] construído um ginásio poliesportivo e em seu anexo, a atual sede do SEEB/Pa/Ap*. O ginásio do foi concluído em 1995, com anexo de 01 andar com várias salas ocupadas pela diretoria do Sindicato, ou seja, posterior a direção de Levy.

Levy perpassa, na direção, o final da ditadura militar brasileira, onde experimentava do autoritarismo do regime e certamente o gozava, por sua ligação com o regime militar e os seus aqui no estado. Segundo as fontes, ele possuía ligação política com Jarbas e Ronaldo Passarinho, fortes expressões do regime militar no Pará desde o seu desenrolar em meados dos anos 1960.

Levy chegou até a nova república e buscou, nesse sentido, novas táticas para perpetuar-se na presidência, alcançando sérias críticas às suas ações, sofrendo no fim, com as consequências cíveis e criminais por seus atos praticados contra a categoria dos Bancários ao longo de sua direção.

Destaca-se, portanto, que as oposições à direção do presidente do sindicato dos Bancários, entre 1980 e 1992, não eram ínfimas. Ela existia e tentava se organizar de modo a conquistar sua liberdade e autonomia. No entanto, como percebemos, é no Sindicato dos Bancários do Pará, que a trajetória de luta da Oposição Sindical, pela conquista da direção sindical, será paulatina.

Os Rodoviários

Outro exemplo de direção sindical, nesse contexto, acusada de ser “pelega”, seria do Sindicato dos Motoristas (Rodoviários) de Belém. Por muitos anos esta categoria foi comandada por Taumaturgo Pontes, conhecido dentre os motoristas, como o “*dedo-duro*” e um “*infiltrado do regime militar e dos patrões*”. Taumaturgo Pontes se tornou presidente do Sindicato dos Rodoviários, primeiramente por meio de uma junta interventora da Ditadura Militar, e posteriormente empossado sem eleição.

Este seria o modo pelo qual muitos dirigentes, chegaram à presidência sindical nesse momento. A sua atuação como diretor do sindicato, era considerada pela Oposição Sindical, como: “autoritária”, “despreocupada” e “desconexa” com a maioria da categoria. Em diversas situações, quando a mobilização das oposições nas campanhas salariais, por exemplo, havia solicitações do próprio Taumaturgo Pontes, para que a polícia ou outros agentes da ordem pública de então se fizessem presentes nas reuniões e manifestações dos trabalhadores, desmobilizando, assim, as Oposições e a própria categoria.

Em republicação no Jornal *Resistência* da edição de n.º 28, do jornal alternativo *Movimento*, Duarte Pereira — da direção do referido jornal — destaca o modo “espúrio” de agir dos dirigentes pelegos para se manterem nos cargos e para prestar serviço a seus padrinhos do Ministério do Trabalho e das Federações Patronais. Duarte Pereira destaca que, em sua maioria, os sindicalistas pelegos usam da discórdia entre os próprios trabalhadores para dividi-los: “*Jogam um grupo de trabalhadores contra o outro, instigam agressões e tumultos, trocam informações com os departamentos de pessoal das empresas, chegam a delatar os trabalhadores mais combativos à polícia política*” (*Resistência*, n.º 20, 1981, p.19).

A título de exemplo. Ao desocupar a presidência do Sindicato dos Rodoviários, Taumaturgo Pontes, deixou nos arquivos do sindicato, provavelmente inconsciente, uma série de documentos que corroboram as acusações das Oposições Sindicais, onde a principal tese é a da representação patronal e do regime militar por parte dos diretores pelegos e em especial de Taumaturgo. Estes documentos eram, em sua maioria, cartas dirigidas à Delegacia Regional do Trabalho e às autoridades policiais por Taumaturgo.

No dia 26 de outubro de 1979, ele dirigiu-se ao secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, informando que a categoria realizaria no dia 27/10/1979, uma Assembleia para discutir a campanha salarial. Segue o texto completo.

Esta entidade de Classe irá realizar no dia 27 do corrente [mês] uma Assembleia Geral (...), para tratar de reajuste salarial, Convenção e Acordo ora em vigor. Tratando-se de uma categoria elevada e muitos descontentes

com os atuais salários e condições de trabalho, venho por meio deste solicitar a v. as. uma segurança através do DOPS, para que possamos manter a ordem, caso seja necessário (RESISTÊNCIA, n.º 20, 1981, p.19).

Dois pontos de observação se fazem necessários neste momento. O primeiro é a forma “amigável” pela qual se observa as relações entre os sindicalistas “pelegos” e as representações “oficiais” de Estado, de modo que havia até mesmo o convite à participação da repressão quando a mobilização do movimento dos trabalhadores e da categoria, em especial às Oposições. Outro ponto de relevância está no reconhecimento das precárias condições de trabalho e salários dos operários nesse momento pela própria direção do sindicato, sem que haja interesse, pela direção, em mudança acerca desta realidade.

A inércia da direção é intrigante, pois, em suma, o sindicato não deveria atender os interesses dos trabalhadores a ele associados? Não se compreende, neste caso, tal atuação. Nesse momento observa-se o objetivo oposto.

Pode-se perceber que a metodologia de ação de Carlos Levy e Taumaturgo Pontes, se apoiava na estrutura verticalizada, sem participação dos trabalhadores, sustentadas pelo imposto sindical e pelo caráter assistencialista do sindicato, como destaca Antunes (1995). Ação contrária às bases do sindicato, sustentadas pela contribuição compulsória ao sindicato pelos trabalhadores, tutelando suas ações as forças policiais e “legais” de então ocasionavam, grosso modo, garantiam a permanência dos diretores mais tradicionais à frente dos sindicatos de então.

Segundo Antunes (1995, p.5) esse modo de agir, como o de Levy e Taumaturgo, é característico de um sindicato pelego e:

(...) trata-se de um sindicato corporativo, inspirado numa filosofia de conciliação de classes, com uma estrutura verticalizada, sem participação dos trabalhadores, sustentada pelo imposto sindical, pela justiça do trabalho e por uma prática assistencialista.

Figura 9 - Ofício enviado ao Secretário de Segurança do Estado do Pará por Taumaturgo de Oliveira Pontes em 26 de outubro de 1979


 — Fundado em 4 de Janeiro de 1937 —
 Reconhecido em 23 de Outubro de 1941, de acordo com o regime
 instituído pelo Decreto n.º 1462, de 3 de Julho de 1939
 TRAVESSA 3 DE MAIO, 1509 - FONE: 222-1140
 BELÉM - PARÁ

Ofício nº 99/79 Belém, 26 de Outubro de 1979

Exmo. Sr.
 Pol. Paulo Celso Pinheiro Sotto Câmara
 N. D. Secretário de Segurança Pública
Monta

Exmo. Sr. Secretario

Esta entidade de Classe fará realizar uma Assembléia Ge-
 ral Extraordinária no dia 27 do corrente na União Beneficente dos /
 Chauffeurs do Pará sito à Av. Magalhães Barata nº 827, no Pavilhão São
 Crisóvão, de acordo com Edital Publicado em todos os Jornais desta
 Capital, no dia 25 do corrente, para tratar de reajuste salarial, Con-
 venção e Acordo hora em vigor.

Tratando-se de uma categoria elevada e muitos descontentes
 com os atuais Salários e condições de Trabalho, venho por meio des-
 te solicitar a V. Sa. uma Segurança através do DOPS para que possa-
 os manter a ordem caso seja necessário.

Certos de sermos atendidos, antecipamos nossos agradecei-
 mentos, no ensejo apresentamos protestos de estima consideração.

Atenciosamente


 Taumaturgo de Oliveira Pontes
 Presidente

Desse modo, os mais tradicionais eram defensores e representantes desse modelo sindical, visto como atrasado e passível de ser combatido. A partir desta situação, ao final dos anos 1970, no interior do Sindicato dos Rodoviários de Belém, a categoria já passava a desacreditar no papel da entidade para com eles. Em depoimento ao Resistência, os trabalhadores relataram que o sindicato deixava passar ‘despercebidas’, todas as irregularidades praticadas pelos proprietários de empresas de ônibus de Belém.

Um dos motoristas que era empregado na Empresa de Transportes Nova Marambaia Ltda.; chamado Haroldo, fala sobre o que entende da realidade de então do Sindicato: *“Sindicato mesmo só serve para beneficiar os proprietários de empresas. Eu já fui sindicalizado durante muito tempo, já há anos, mas agora deixa pra lá. Deixei de pagar, porque o sindicato está uma porcaria”* (RESISTÊNCIA, n.º 9, fevereiro de 1979, p. 15)

Outro motorista, o “seu Domingos”, que conduz um dos ônibus da linha “Cremação”, da empresa Transbelrio, também fala no mesmo sentido sobre a ação irrisória da representação sindical. Conta.

(...) o sindicato não vem cumprindo o seu dever para com a classe [...] O sindicato nunca colaborou com a gente em qualquer que fosse a questão. Eles têm os advogados, mas é pra favorecer os patrões’. Veja uma coisa, por exemplo. Subiu o preço da passagem de ônibus, mas o nosso salário [que] é bom...ficou o mesmo (RESISTÊNCIA, n.º 9, fevereiro de 1979, p. 15).

Essa situação se agrava na capital paraense há décadas. Alguns dos problemas identificados pelos rodoviários permanecem como são problemas no presente. Diante disso, em busca de melhores condições de trabalho e por melhor representação sindical, os Rodoviários de Belém organizaram uma chapa de Oposição, cuja liderança da mesma foi Luiz Evangelista.

A oposição nasceu em meados de 1980, segundo eles com o objetivo de *“destituiu [...] Taumaturgo Pontes [...] motoristas decididos começam realmente a lutar por seus direitos, dispostos a acabar, definitivamente, com o atrelamento do sindicato aos empresários* (RESISTÊNCIA, 1980, p. 6). A Oposição Sindical se organiza, em torno de diversos motivos, entre eles: contra a ação desarticuladora da categoria pela direção, irregularidades fiscais e a aquisição ilícita de móveis em nome do sindicato para uso pessoal da direção.

Luiz Evangelista, da Oposição, antes de encabeçar a chapa 2, foi denunciado em novembro de 1979 junto ao companheiro que atuava na greve da categoria, pelo dirigente do Sindicato, Taumaturgo; “*Ele, em vez de dá apoio pra gente, chamou a polícia e denunciou a mim e ao Ubiratã como cabeças da greve*”, contra Evangelista ao Resistência. Ressentido pela denúncia e pelas condições as quais se encontrava a categoria, a Oposição se articula.

Figura 10 - Luiz Evangelista, Presidente do Sindicato dos Motoristas



Fonte: jornal Resistência, fevereiro de 1981, p. 4

Taumaturgo Pontes deixou a direção do sindicato dos rodoviários de Belém, em virtude da organizada luta da categoria e sua Oposição.

Após a formação da chapa de Oposição, as ameaças aos componentes da chapa 2 tornaram-se constantes. Ameaças de demissão dos motoristas realizadas pelas empresas, até mesmo ameaças mais graves como a de morte. Apesar das manobras da chapa representada por Taumaturgo Pontes, a chapa de Oposição venceu as eleições em outubro de 1980.

Ao assumir a direção da entidade, Evangelista, junto a direção executiva do Sindicato, promoveu campanhas de filiação, buscando reconquistar a confiança da categoria com sua

representação. Além disso, promoveu uma série de medidas que visavam a luta, como a sistemática denúncia das irregularidades praticadas pelos empregadores⁶¹.

Além da luta pela filiação, a direção de Evangelista enfrentou sérias crises na tesouraria do Sindicato, visto que, ao ser feita auditoria pela Delegacia Regional do Trabalho, encontrou-se um montante de dívidas na ordem dos 600 mil cruzeiros, deixados pela direção anterior. Dentre os desafios apontados pela direção estava, portanto, o baixo quórum de participantes nas assembleias da categoria, conseqüentemente a pequena quantidade de sindicalizados e as dificuldades administrativas econômicas do sindicato⁶².

No entanto, paulatinamente, apesar de administrativamente difícil, a categoria aprendia o caminho do sindicato e com isso a força da entidade e dos trabalhadores. *Exemplo claro disso, embora não se deva tratar a questão com euforia, foi a paralisa de uma das linhas Autoviação Icoraciense durante três horas, devido a prisão de um motorista e um cobrador e o não pagamento de horas extras* (RESISTÊNCIA, nº. 22, 1981, P.2).

Figura 11 - Assembleia geral dos motoristas



Fonte: jornal Resistência, nº 25, p. 3

Neste evento, a diretoria do sindicato não esteve presente, no entanto, por não se tratar de uma direção como a de outrora, os motoristas não se sentiram intimidados. A direção, ao

⁶¹ Cf. Sindicatos. A oposição se organiza. Motoristas. Resistência, ano IV, nº 22, 1981, p. 2.

⁶² Idem, Resistência, 1981, p. 2.

tomar conhecimento da ação, apoiou a categoria que saiu vitoriosa na situação em questão, *pacífica e organizadamente, pararam a linha da Base Aérea e só voltaram ao trabalho quando os companheiros foram soltos e a empresa assumiu o compromisso de não punir ninguém [...] (RESISTÊNCIA, nº. 22, 1981, P.2).*

Após um ano de direção, a filiação a entidade aumentou em 700% segundo os dados da direção do sindicato. Na direção de Taumaturgo a quantidade de sindicalizados era de 440, já quando ao final do ano de 1981, sob direção de Evangelista, este número subiu para 2.000. Isto pode ser encarado como reflexo da política de filiação da gestão do sindicato, bem como da maneira pela qual a direção encarou as situações e problemas da categoria.

Em assembleia no começo de 1981 por reajuste salarial, a categoria lutava por outros direitos como: *a jornada de trabalho, uniformes padronizados e gratuitos, estabilidade durante 180 dias no regresso ao trabalho por acidentes e gestantes, delegado sindical, reconhecimento dos atestados médicos fornecidos pelo sindicato, quadro de aviso nas empresas, passe livre nos ônibus⁶³*, entre outras bandeiras de luta. Ao longo da direção de Evangelista muito foi feito e diversas conquistas foram consolidadas.

No que tange a participação da categoria em relação a organização e ciência do que seria a CUT, vale dizer que era apreendida somente pela direção. Em 1983, ao contar com mais de 7.000 mil sindicalizados, os debates acerca da Central se mantinham frívolos. Porém, a representação dos motoristas esteve nas preparações para a fundação da central em agosto de 1983.

A Construção Civil

Uma terceira direção sindical que, por muitos anos, foi dominada por um sindicalista considerado “pelego”, seria a da Construção Civil de Belém, que tinha por diretor Severino Espírito Santo, forte aliado de Carlos Levy. Durante anos foi um representante do peleguismo no Sindicato. Severino enfrentou forte oposição, pois, apesar de estar na direção, o sindicato possuía uma base que se articulava fortemente.

Em 1981, uma chapa da Oposição foi organizada visando concorrer às eleições para direção do sindicato, que ocorreria entre os dias 12 e 13 de março. Em virtude de manobras truculentas e de um pleito tumultuado, a Oposição não ganhou as eleições e, segundo os relatos da chapa que foi vencida, ao Resistência, (1981, n.º 25, p. 18) o pleito foi fraudulento.

⁶³ Cf. Motoristas podem parar a cidade. Resistência, ano IV, nº 25. P. 3

Os representantes da chapa de Oposição afirmavam: “*Queremos [...] denunciar a atuação do Ministério do Trabalho nessa eleição, facilitando [...] as manobras dos pelegos: indicação dos mesários (só gente deles, é lógico); itinerário das urnas; não entrega da lista de sindicalizados para a Chapa 2; quitação de eleitores na hora da eleição, etc.*”.

Figura 12 - Propaganda da chapa 2 de Oposição ao Sindicato da Construção Civil



Fonte: Jornal Resistência, fevereiro de 1981, p. 3

A Oposição foi formada visando tirar da direção do Sindicato, Severino Espírito Santo e lutar contra os baixos salários, ausência da estabilidade e contra o menosprezo da direção em relação aos acidentes de trabalho e aos trabalhadores.

Em entrevista ao Resistência, Edilson Araújo, um dos membros da Oposição da Construção Civil, afirmou que: “*a chapa 2 é muito diferente da chapa 1, [...] a nossa só tem operários. Outra diferença é que a Chapa 2 é combativa, formada por operários que têm trabalho no bairro [...] conhecimento dos problemas, trabalho de base e experiência*” (RESISTÊNCIA, nº21, 1981, p. 3).

Outra forte característica da chapa de Oposição é sua participação majoritária, em busca da direção a partir de membros da base, ou seja, eram trabalhadores da base, lutando

pelos sindicatos buscando representação. Nesse caso específico, a Chapa 2 era composta apenas por operários da Construção Civil, operários da base.

Ademais, dentre as características da administração de mais de 12 anos de Severino e sua diretoria, existia, segundo os membros da Oposição, “*Corrupção da grossa*”, por estar havendo desvios para a campanha. A Oposição denunciou que a prestação de contas, por exemplo, de 1979 “[*foram*] *aprovada[s] na marra*”; Severino apresentou para a categoria um balanço técnico inacessível à categoria e ao seu entendimento. Luiz Maklouf, afirmou que

Quando se discordou [das contas], a diretoria pressionou a Assembleia Geral e o companheiro que protestou [...]. Um membro do conselho fiscal, Alcebíades Malheiro Mota [...] convocou todo o pessoal da obra que dirige e obrigou a ir até o sindicato. Mais de 80 pessoas, que nem eram sindicalizadas, aprovaram a prestação de contas por aclamação (RESISTÊNCIA, n.º. 21, 1981, p. 3).

Além das situações em relação à corrupção, segundo a chapa 2, a condição de trabalho da categoria era precária. Afirmavam que os ambientes de trabalho eram insalubres, sem condições de higiene e segurança e, para além desses problemas, eram superexplorados. Conforme a chapa 2 “*existem aproximadamente 40 mil operários da Construção Civil em Belém,*” e a Construção Civil, segundo Edilson, “*é a classe que mais sofre no sentido dos direitos sociais*”⁶⁴.

Essas, entre outras ações, são frutos de uma atuação que marca, infelizmente, o agir dos sindicalistas que possuíam vínculos com a classe patronal. Além da ligação que havia entre alguns sindicalistas pelegos, a ação dos sindicatos era tutelada pelo Estado brasileiro, em razão do controle que o Ministério do Trabalho exercera sobre eles.

Entretanto, já nos últimos anos da década de 70, o movimento sindical no Brasil, bem como no Pará foi tomando forma e começou a reagir. As organizações de Oposições Sindicais pelos Trabalhadores era uma realidade e grande parte dos sindicatos urbanos e rurais possuíam uma chapa de Oposição disputando as eleições para a direção sindical, estando cientes das dificuldades.

Já no início dos anos 1980 foi organizado em Belém o primeiro encontro dos trabalhadores da Oposição, com o intuito de lutar para ganhar as direções dos sindicatos. A edição n.º 11 do jornal Resistência destacava: “*Durante a primeira semana de abril (3, 4 e 5) estará de realizando em Belém o Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical [ENTOES] [...]*”.

Esse movimento de Oposição teve forte influência de diversos órgãos que já estavam atuando dentro de alguns movimentos sociais como o da luta pela terra e direito de morar,

⁶⁴ Idem, RESISTÊNCIA, n.º. 21, 1981, p. 3.

eram eles a FASE (Federação de Órgãos Para a Assistência Social e Educacional), a SDDH (Sociedade Paraense dos Direitos Humanos), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), etc.

Antes do I ENTOES, no entanto, uma calorosa discussão foi travada entre dois grupos. Um grupo era composto por trabalhadores do Campo, que defendia a participação dentro do encontro, somente das Oposições Sindicais e dos sindicalistas Autênticos. Já o segundo grupo, composto por representantes sindicais da Cidade, defenderam a participação de todos os sindicalistas, sejam eles de Oposição ou Pelego.

A proposta do primeiro grupo saiu derrotada. Destacou-se na edição n.º 12, de maio de 1980, do jornal Resistência, *“por serem minoria, por não terem conseguido argumentar adequadamente, ou por não estarem presentes nas últimas reuniões preparatórias, a proposta dos representantes do campo perdeu.”* Desse modo, a data para a realização do encontro foi marcada para os dias 03, 04 e 05 de abril de 1980, como já citado.

Todos os sindicalistas, interessados em participar do encontro, foram convidados, dentre eles Carlos Levy. Dias antes do encontro, porém, os sindicalistas “pelegos”, que já haviam confirmado presença, passaram a desmarcar a ida ao ENTOES. Além disso, proibiram a participação dos seus sindicalizados. Ademais, apesar da ação dos ditos pelegos, o encontro foi realizado. Abaixo, nas tabelas 1 e 2, destacamos algumas lideranças sindicais ligadas ao movimento de Oposição Sindical e Unidade.

Tabela 4 - Sindicatos, Sindicalistas e orientação sindical (Pelega, Unidade Sindical).

Sindicato	Sindicalistas
Rodoviários de Belém	Taumaturgo Pontes
Bancários do Pará	Carlos Levy
Construção Civil	Severino

Fonte: Jornal Resistência. n.º 9 – fevereiro de 1979, n.º 5 – março de 1980, n.º 11 – abril de 1980, n.º 13 – junho de 1980, n.º 14 – julho de 1980, n.º 15 – agosto de 1980, Ano III – n.º 20, Belém/Pa – janeiro de 1981

Tabela 5 - Sindicatos, Sindicalistas e orientação sindical (Oposição Sindical, Autênticos).

Sindicato	Sindicalistas
Construção Civil	Francisco Jonas
Rodoviários	Urubutã II Jatahy e Luiz Gonzaga da Costa Evangelista
Construção Civil	Edilson Araújo dos Santos e Maurício Machado Araújo
Gráficos	Paulo Rocha e Alberdan batista
Jornalistas	Paulo Roberto Ferreira e Rosaly Brito

Fonte: Jornal Resistência. n.º 9 – fevereiro de 1979, n.º 5 – março de 1980, n.º 11 – abril de 1980, n.º 13 – junho de 1980, n.º 14 – julho de 1980, n.º 15 – agosto de 1980, Ano III – n.º 20, Belém/Pa – janeiro de 1981.

Nesta listagem, se encontra algumas dentre as mais expressivas lideranças de ambos os “lados” do sindicalismo praticado até então. Na primeira tabela, destacam-se os nomes dos sindicalistas que eram considerados “pelegos” pelas Oposições Sindicais/Autênticos. Estes nomes, bem como sua participação histórica nesse momento político foi narrada ao longo da terceira parte desta segunda parte. É claro que outras lideranças praticavam o “velho” sindicalismo, porém, as destacadas acima posam entre as mais destacáveis quando a ocorrência nas fontes pesquisadas, e neste caso, no Resistência.

Ainda nesse viés, destacou-se na tabela seguinte, as principais lideranças das Oposições em contramão ao sindicalismo tradicional. Nela, pode-se observar o nome de algumas associações e sindicatos e sindicalistas. Deste quadro, todos, com exceção dos jornalistas, conseguiram alcançar a presidência do sindicato através da ação das Oposições.

Tabela 6 - Lista de Entidades vinculadas à CUT Pará/1989*

ENTIDADES URBANAS E RURAIS	QUANTIDADE	% POR SINDICATO
Sindicatos Rurais	46	61,33%
Sindicatos Urbanos	08	10,66%
Associações Urbanas	06	8,0%
Oposição Rural	07	9,33%
Oposição Urbana	04	5,33%
Colônia de Pescadores	03	4,0%
Federação	01	1,33%
Total de Entidades	75	100%

* Tabela desenvolvida pelo autor

Fonte: CEDOC CUT. Resoluções do 3º Congresso Estadual da CUT/Pa. P. 24

Tabela 7 - Lista de Sindicatos vinculados à CUT/Pa por região/1989*

REGIÃO	SINDICATOS
ILHAS	3
BELÉM**	12
	Sindicato dos Gráficos
	SINTEPP

	Sindicato dos Metalúrgicos
	AJEP (Associação dos Funcionários do Poder Judiciário)
	ASUFPA (Associação dos Funcionários da UFPA)
	ASSINPAS (Associação dos Previdenciários)
	Sindicato dos Urbanitários
	FASUBRA
	Oposição Sindical da Construção Civil
	Oposição Sindical dos Jornalistas
	Oposição Sindical dos Bancários
	Oposição Sindical dos Vigilantes
GUAJARINA	10
TOCANTINA	8
ESTRADA	10
SUL DO PARÁ	5
SUDOESTE DO PARÁ	6
BAIXO AMAZONAS	21
TOTAL	75

Fonte: CEDOC CUT. Resoluções do 3º Congresso Estadual da CUT/Pa. 23 e 24

* Tabela desenvolvida pelo autor

** A única região em que está descrita a quantidade de entidades e o detalhamento delas é o pertencente a região de Belém, sendo os Sindicatos Urbanos de Belém, nosso foco de estudos.

Outra importante informação pode ser obtida através da análise dos números estudados com relação a CUT nos idos finais de 80 e início dos anos 90. Apesar de alguns sindicatos permanecerem vinculados a outras especificidades sindicais, a CUT aglutinava uma gama considerável de entidades. Vale ressaltar, no entanto, que as “Oposições Sindicais” ainda lutavam pela conquista se sua representação, alguns ainda sob controle de sindicalistas mais tradicionais. A título de exemplo, naquele momento, a Oposição Sindical dos Bancários do Pará, era partícipe dos processos vividos pela CUT, porém participara apenas como Oposição, visto que a direção do sindicato estava sob a gestão Levy. Esta oposição e outras passaram alguns anos até que conseguissem dirigir o Sindicato.

Além disso, nos primeiros anos da década de 90, a situação em relação a retomada dos Sindicatos mais tradicionais pelas Oposições foi dificultada pela ação do governo neoliberal que se estabeleceu a partir da Collor de Melo, e agravou-se com Fernando Henrique Cardoso, ao chegar na presidência. O movimento sindical percebeu evidentes recuos, como a retração em relação a quantidade de greves e participação nestas (ANTUNES, 2015).

Na realidade, a situação de crise remonta a 1985, ano em que se termina a Ditadura Militar. Nisto, a partir do voto indireto, Tancredo Neves é eleito presidente do Brasil. No entanto, sua morte inesperada agravou a situação com a ascensão de José Sarney à presidência. Neste contexto, a adoção das medidas econômicas não populares do governo federal ainda somava a luta no âmbito sindical. Nos idos do governo Sarney, a CUT, já institucionalizada, servia como importante instrumento na luta contra estas medidas.

Quando a promulgação da Constituição Federal de 1988, a consolidação de um modelo sindical diferente do defendido pela Central, tornou-a realidade. Alguns autores, como Antunes (2015), defendem que a CUT passa, nesse momento, por um processo de adaptação para com a nova realidade enfrentada pelo Brasil sob sua condição política. A eleição de Collor, como já foi apontada, foi um duro golpe nas forças que compunham a CUT, primeiramente, visto que este deflagrava profundas críticas às organizações orgânicas tais como a Central e passou a adotar medidas econômicas de caráter recessivo, dificultando a organização e a luta sindical (BOITO JR, 1994). Em segundo lugar, porque Collor assumiu a presidência tendo sido eleito pelo voto popular e sob a nova constituição brasileira. Ficou difícil, portanto, se opor à nova realidade, não havia mais como pregar a unidade entre as forças sindicais, fato que se observou outrora, afinal, não se vivia no governo Figueiredo (autoritário, porém em crise) e muito menos no governo (mesmo que eleito indiretamente) “democrático” e experimental de José Sarney.

2.2 – As tendências

As múltiplas “faces” sindicais no interior da CUT, foi e é de suma importância para a sua construção, dinamização, pluralidade e independência em relação a pontos de vista políticos unitários (únicos). Essa situação diferenciada contém diversos setores da esquerda brasileira e principalmente militantes dos partidos políticos de esquerda, bem como das diferentes correntes internas do PT, que participavam da CUT nos anos 1980 e 1990.

Estes embates internos, nos anos 1990, foram singulares, visto que viabilizaram uma ação mais radical por uns e mais acomodadas por outros. De certo modo, a ação dos diferentes polos do sindicalismo, presentes até o momento, é encarada no sentido da

propositividade, pois foram esses embates os motores das disputas internas na CUT e de todo modo como ela reagira à conjuntura política, social e econômica de então.

Assim, a CUT se consolidou apesar de suas diferenças internas. Isto foi, como já inferimos acima, de suma importância para sua ação nacional, regional e local permanecendo democrática, plural, classista e de base. Para que as divergências interiores fossem encaminhadas e reconhecidas, fora necessário um longo caminho, pois as diferenças eram diversas, entre elas:

- a) formas de organização (horizontal e vertical);
- b) planos de luta;
- c) democracia sindical;
- d) organização das bases;
- e) critérios de participação nos congressos e plenárias etc.

Essas diferentes posições ficaram cada vez mais nítidas a partir do 2º Congresso Nacional da CUT (II CONCURT), realizado entre os dias 01 e 03 de agosto de 1986, na cidade do Rio de Janeiro. As disputas ideológicas internas da CUT irão se acirrar e este terreno catalisará a identificação por sindicalistas que, futuramente, irão compor a Articulação Sindical, a CUT pela Base (posteriormente nos finais dos anos 1990 se torna a Alternativa Sindical Socialista), a Corrente Sindical Classista, entre outras que irão compor a CUT.

Destaca-se, porém, que neste trabalho, se dará maior ênfase para uma dentre as variadas correntes internas da CUT, sendo essa, a Articulação Sindical. Dentre todas, ela é uma das quais se conseguiu reunir um número considerável de fontes que dão conta de que se faça análises para o entendimento, mesmo que parcialmente, dos encontros e desencontros da Central no Brasil e no caso desta dissertação, no Pará.

Identificados os militantes simpatizantes das ideias de uma futura “Articulação Sindical” após o 2º CONCURT, iniciaram-se os debates sobre a necessidade de uma articulação mais definida e organizada da tendência em questão.

A Articulação Sindical⁶⁵ enquanto corrente interna da CUT, só será identificada como tal a partir de 1987. A ARTSIND, no passado e hoje, é a principal corrente sindical dentro da CUT. Sua trajetória começa a tomar forma um ano antes, quando da realização do II CONCURT, em 1986. É importante destacar que *“a maioria desses sindicalistas [que se identificavam com a Artsind], militavam no Partido dos Trabalhadores, que havia*

⁶⁵ Artsind como é chamada

recentemente assinado um documento chamado de ‘Manifesto dos 113’⁶⁶ (ARTSIND, 1997, p. 5) reconhecendo a CUT estratégica para as lutas. No entanto, vale dizer que não só o PT compunha a Articulação Sindical. Existia dentro dela, militantes independentes e partidários de setores do PSB, PPS, PV, PDT e PSDB.

Além dos partidos políticos já citados, atuavam com a Articulação Sindical outras tendências sindicais como “O Trabalho”, que foi vinculado a Artsind até 1987, quando uma divisão em nível internacional, dividiu a participação dos que compunham esta tendência (ARTSIND, 1997, p. 7); parte dos sindicalistas vinculados ao “O trabalho”, eram trotskistas; uma parcela continuou vinculada à Articulação e ao PT e outra parte se manteve vinculada à Organização Socialista Internacional (OSI), nascida em 1976, visando a reconstrução da 4ª Internacional e que decidiu entrar no PT em agosto de 1980, posteriormente desvinculando-se ao partido.

Uma outra tendência de peso interna na CUT se dispunha na CUT pela Base (CpB). A CpB era conhecida nacionalmente como a “esquerda da CUT”. Esta corrente foi “*composta originalmente pela Democracia Socialista (DS), pelo Movimento de Oposição Metalúrgica da São Paulo (MOMSP), o Partido Revolucionário Comunista (PRC), e o Fórum do Interior (militantes da Igreja católica da região de Campinas e Franca, SP)*” (ARTSIND, 1997, p. 7). A CUT pela Base perdeu ao longo dos anos 1990 uma significativa importância no interior da CUT, porém era expressivamente influente até certo ponto.

A título de exemplo, quando a realização do III Congresso Nacional da Central, a CUT pela Base obteve um total de 23,16% dos votos; não saiu vitoriosa; quando a realização do IV Congresso a CUT pela Base obteve um total de 47,84% dos votos; também não conquistou a direção majoritária da CUT, mas a compôs em quase 50%.

Além das correntes políticas sindicais citadas, outra importante tendência interna, que se estabelecia veementemente em oposição as ideias da Articulação Sindical, foi a Movimento por uma Tendência Socialista (MTS). O MTS, antiga Convergência Socialista, foi formado por grupos mais à esquerda na CUT. Sobre o MTS, Antônio Carlos (2023, p. 25), um dos fundadores desta corrente, conta.

⁶⁶ Manifesto assinado por 113 filiados do Partido dos Trabalhadores, em 1983, onde se constituiu a tendência interna do partido, conhecida como *Articulação*, corrente majoritária dentro do PT, nos anos posteriores a 1983. Dentre as lideranças que faziam parte, destacamos os militantes do partido que eram independentes vindos de sindicatos, como é o caso de Lula, destacamos também a presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN). Sobre isso, ver mais em: ALVES, Sarkis (Org.). **Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia** (2018).

[...] nós conseguimos trazer alguns segmentos descontentes e fundamos uma corrente de esquerda que foi uma das principais Correntes de esquerda na CUT, chamado MTS (Movimento por uma Tendência Socialista). Ele teve bons momentos e então reuniu a gente, reuniu gente da articulação de esquerda, reuniu gente de uma corrente trotskista pequena chamada “O trabalho”, o que sobrou da “Tendência Marxista” e alguns outros agrupamentos independentes. [...] foi uma corrente forte [...] até antes da convergência sair da CUT; nós, ainda assim, fomos bem-sucedidos na disputa política da Central.

Esta corrente foi expulsa do PT e consequentemente da CUT. O MTS foi a tendência composta por militantes que mais tarde organizariam o PSTU, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Acerca da expulsão do Partido dos Trabalhadores, Antônio Carlos afirma que as cisões políticas e ideológicas dentro do PT e da CUT forçaram o MTS a “se expulsar”, forçou a barra e se “expulsou” do Partido e da Central.

Portanto, como é sabido, no Pará e no Brasil, havia efervescência e ação política sindical forte pelas tendências na CUT. As forças que aglutinaram a Central Única dos Trabalhadores, neste contexto, experimentaram novas formas de agir e esta ação baseou-se não unidade, mas nas disputas.

2.3 – A consolidação da Artsind: da direção nacional ao Pará

Dentre as concepções que a Articulação Sindical defende, a mais enfática é a que se trata da ruptura radical para com a estrutura sindical oficial e de “conciliação de classe” (ARTSIND, 1997, p. 6). Essa concepção por vezes foi questionada por outras tendências, principalmente quando a proposição da CUT em participar das reuniões com representantes do Ministério do Trabalho ao longo da década de 1990. Sobre isto, Antônio Carlos (2023) ao demonstrar a diversidade, ainda na CUT então, diz. *A convergência votou contra. Era aquele lance. A nossa crítica era a “colaboração de classe”; não deveria negociar nada com o governo que estava demitindo o trabalhador, estava privatizando as empresas estatais, demitindo trabalhadores.*

Apesar das oposições neste caso, a direção da CUT, majoritariamente composta pela Articulação, sentou-se à mesa de negociação; os partidários da Artsind foram acusados de aderirem ao “Pacto Social” proposto pelo governo neoliberal de Collor de Mello. Na perspectiva da Articulação, Alberdan Batista (2023) conta que *quando o Meneguelli foi presidente da CUT e o presidente era o Fernando Collor de Mello, o Fernando Collor de Mello proposto reunir com a CUT. Foi uma [turbulência] no momento.* Na CUT, as tendências mais à esquerda, como o MTS, foram contrárias ao convite e enfatizavam, como destacou-se acima o convite à “colaboração”. A Articulação observava com outros olhos a

solicitação do governo. Ainda, Batista (2023), conta que para a Articulação, havia além de tudo, o reconhecimento pelo governo da existência da CUT, assim [havia] *uma central sindical reconhecida pelo governo, porque se o governo chamou a central para conversar, é porque ele reconheceu, a central [que] não era reconhecida, ela não existia legalmente pra eles, diante da legislação não existe a central sindical no Brasil.*

O desencontro, de ordem nacional, foi alvo de críticas. A Ação, protagonizada pela direção da CUT estadual de Minas Gerais, que liderou a oposição pelo não aceite ao convite, foi repudiada pela Articulação.

No editorial semestral da Artsind (1997, p. 21) destacou-se a seguinte discussão: "*Sete membros efetivos e dois suplentes Executiva Nacional da CUT assinaram um manifesto público pela CUT Estadual de Minas Gerais intitulado 'Exigimos que a CUT saia do Pacto Social'*". Essa ação gerou um desconforto grande no interior da CUT.

Em análise, a Articulação entendeu que a "*confusão que os companheiros [fizeram] com seu 'manifesto' só ajuda o projeto Collor*" (ARTSIND, 1997, p. 23). De fato, as turbulências geradas pelo ocorrido ajudaram as oposições ao movimento sindical a identificarem a ausência de uma integridade e unidade do movimento, sobretudo em torno da CUT. Naquele momento, foi necessária a unidade para lidar com as dificuldades que o cenário propunha.

Ascendeu, nos anos 1990 no Brasil, um plano do capital, que visava a desarticulação dos sindicatos e movimentos de lutas por direitos dos trabalhadores e a retirada de direitos consolidados, conquistados nos anos 1980. Portanto, ao mesmo passo que as divergências internas foram importantes para com a democracia interna da Central, a atuação que em muitos casos era descontraída, em virtude de diferenças, serviu de base para discussões futuras em que as diferenças foram encaradas como empecilhos ao pleno desenvolvimento do movimento sindical contra as políticas neoliberais dos governos Collor e FHC.

Formação da corrente

Ainda sobre a formação da "corrente majoritária" da CUT, em fevereiro de 1987, aqueles que se identificavam com a que seria a Artsind, se reuniram em Taboão da Serra, no Instituto Paulo VI, para o encontro de fundação da corrente que contava com a presença de representantes de todo o País. Outras reuniões foram importantes para a consolidação da corrente. Em junho do mesmo ano, foi realizado um segundo encontro que objetivava a avaliação da atuação da Articulação nos estados. Se seguiram outros dois encontros: um em novembro de 1987, para a reavaliação dos encontros anteriores e para construção de um

esboço da tese 10 e um outro em abril de 1988, para localizar a quantidade de Diretores nacionais que havia na CUT que eram militantes na Artsind.

Para a Articulação Sindical, o ano de 1988 foi decisivo, pois protagonizou um caloroso movimento pelo qual se estabeleceu como corrente majoritária da CUT. Ainda em 1988, antes do 3º CONCUT a Articulação se mobilizou em nível nacional e local para amadurecer suas teses e escolher qual seria sua proposta no 3º Encontro Nacional da CUT.

Quando da escolha da Direção Nacional da Central no 3º CONCUT, percebeu-se que existiam três importantes chapas que concorreriam às eleições. A Articulação Sindical, chapa 2, venceu com 60,57% dos votos totais, tendo a oportunidade de indicar 50 membros para a Direção Nacional da CUT. Tudo isto fruto da articulação de *“dirigentes que se aglutinaram em torno da chapa majoritária sentiram a necessidade de uma articulação mais permanente”* visando a uma discussão mais *“organizada no sentido de propagar a atuação conjunta na CUT”* após o II CONCUT (ARTICULAÇÃO SINDICAL, 1993, p. 9).

A atuação como corrente majoritária dentro da CUT fez com que a tese apresentada pelo Articulação (a Tese 10) fosse aprovada, transformando-se na Resolução do 3º CONCUT. Dentre os principais pontos da Tese 10, estão: a definição do *“Socialismo como perspectiva geral, sempre procurando a participação de todos os trabalhadores”* e uma nova proposta de organização da CUT, como a definição de um número de delegados proporcional ao número de sindicalizados, uma organização vertical que *“parte dos locais de trabalho, dentro dos ramos de atividade econômica e de serviços, buscando aglutinar as atividades afins, em suas formas de organização sindical”* e horizontal que *“Tem por objetivo construir a unidade dos trabalhadores enquanto classe. Congrega todas as entidades filiadas, na seguinte estrutura básica: CUT regional, CUT estadual e CUT nacional”* (CUT, 1988, p. 17).

A Articulação Sindical, ao longo dos anos 1990, consolidou-se ainda mais dentro da CUT. Nos anos 90, os encontros para se prepararem para o IV CONCUT ocorriam e as propostas da Articulação passaram a monopolizar *“todos os debates no interior da central”* (ARTSIND, 1997, p.24) e quando os encontros estaduais, antes do IV CONCUT, a Articulação Sindical havia eleito 20 presidentes das 26 CUTs Estaduais. Até a realização do congresso, militantes da Articulação identificaram que, após a posse de Fernando Collor de Mello, o movimento sindical no Brasil passaria por inúmeras dificuldades, principalmente no campo político.

No entanto, ao passo que a classe trabalhadora necessitava de união para enfrentar as lutas decisivas, durante a realização do congresso nacional, observa-se total desencontro entre as tendências. As divergências fizeram com que as tendências contrárias à Articulação

Sindical unissem forças. As oposições lançaram uma única chapa que representava a CUT pela Base, Convergência Socialista, Força Socialista e O trabalho, obtendo 47,84% dos votos. A Articulação acabou vencendo as eleições com 52,15% dos votos, uma pequena diferença. Apesar de vencer a eleição, as regras da proporcionalidade já vigoravam e a chapa que ficou em segundo lugar, também compôs a direção da Central.

A Articulação Sindical, apesar das dificuldades ao se firmar, então, como majoritária, se consolidou na direção nacional da CUT. As fontes que tratam das ações e dos encaminhamentos da Articulação PT e da Articulação Sindical no Pará, em especial em Belém, nos indicam que essa corrente caminhava com dificuldades no Estado.

Apesar de majoritária, muitos problemas eram enfrentados pela Articulação no Pará. Um dos principais problemas era a ausência de organização desta tendência no Estado, problema este inúmeras vezes frisados em documentos internos da corrente. Em carta aberta aos integrantes da Articulação Municipal do PT de Belém, os militantes Claudio Bordalo, Domício Viana, José Guilherme, José Carlos e José Ricardo, escrevem:

Este momento pelo qual passa o setor denominado de “independentes” dentro do PT é muito difícil, mas é também um momento bastante rico para o exercício de direção dos nossos diversos trabalhos existentes; Como resultado de nossas avaliações constamos que a raiz de nossos problemas está em nossa visão economicista de encaminhar o movimento. Esta visão se caracteriza pelo predomínio da luta econômica não transformando-a em luta política⁶⁷.

Essa visão de luta economicista, segundos o grupo de militantes já citados acima, geram como consequências uma série de problemas tais como o não reconhecimento da luta cotidiana como meio de compreensão da luta de classes, em busca de uma luta geral pelo socialismo, gerando ainda militantes despreparados para a luta, pois eles não são capacitados e isso não gera novos dirigentes necessários para a expansão do movimento.

Apesar das devidas proporções acerca destes problemas de ação, destacamos que, para além das dificuldades enfrentadas pela Articulação ao nível local, neste caso a Articulação municipal do PT em Belém, o grupo dos sindicalistas e partidário do PT denominados “independentes” no Pará, viveram tempos de efervescências e discordâncias entre dois grupos dentro desta tendência do PT e da CUT.

Ainda na Carta à Articulação municipal do PT, o grupo que a escreve discorre sobre a necessidade de se encontrar meios de discutir a situação em que se encontra o grupo dos independentes no Pará por meio de uma “*avaliação política e científica do que aconteceu*”

⁶⁷ Cf. **Carta para a Articulação Municipal do PT**. Belém, 04 de julho de 1987. Acervo Pessoal de Alberdam Batista.

para se ter uma visão real do que realmente aconteceu. Além disso, é proposto que a forma mais correta de se resolver estes problemas entre as forças dentro da Articulação seria através da “*confrontação entre gráficos e santarenos*”⁶⁸.

Os impasses que ocorreram foram dispostos a partir das disputas pela hegemonia dos grupos ligados à Articulação em Belém e Santarém. O grupo dos autênticos de Belém, da região Tocantina e Guajarina, defenderam, em avaliação que até 1984, *os independentes* [das regiões citadas] *detinham a hegemonia tanto do movimento sindical quando no PT*⁶⁹. No entanto, a partir da atuação do bloco dos independentes de Santarém, esse campo hegemônico começa a ser desestabilizado. Disso, decorreram discussões entre esses dois grupos e acirrou ainda mais os debates sobre a constituição de uma Articulação ao nível estadual.

O fato é que os grupos se radicalizaram e ambos os lados defenderam suas posições e isso minou no movimento sindical ligado a eles e dentro do Partido dos Trabalhadores no Pará, um particular *modus operandi* mútuo. Petit (1996, p.1 56) ao discorrer sobre essas diferenças dentre as tendências dentro do PT e conseqüentemente dentro do movimento sindical, afirma que “*A presença no PT de diversas correntes ideológicas e de militantes de diversas organizações de esquerda enriqueceu o partido politicamente e representa uma novidade na história da esquerda brasileira, no entanto, muitos foram os problemas decorrentes da atuação pública dessas organizações.*”

A situação que destacamos acima se inicia com as eleições gerais de 1986. Vale dizer que, em geral, o saldo das eleições foi positivo para o Partido dos Trabalhadores. Dois deputados estaduais foram eleitos nesse pleito, eram eles Valdir Ganzer e Edmilson Rodrigues. Entretanto, como afirma Petit (1996, p. 166) “*A disputa no interior dos partidos políticos, no momento de escolher seus candidatos às eleições é, sem dúvida, um fenômeno universal*”, pois muitos nomes aparecem e grosso modo, problemas urgem.

No caso da gênese dos desentendimentos dentro da Articulação do PT no Pará, em relação às eleições de 1986, não foi diferente. Durante a pré-convenção do partido para as eleições de 86, 125 delegados representando 33 municípios escolheram os candidatos majoritários e proporcionais as eleições (PETIT, 1996, p. 168). A composição do partido para o pleito ficaria da seguinte maneira: Governo do Estado: Nazareno Noronha; Senado: Avelino Ganzer e Roberto Cortez. Em relação à escolha para os cargos de Deputado Federal e Estadual os desentendimentos se acirraram.

⁶⁸ Idem, p. 2.

⁶⁹ **Avaliação da Articulação no Pará.** Belém, 22 de abril de 1988. Acervo Pessoal de Alberdan Batista.

Segundo Pedro Peloso, em depoimento ao historiador Pere Petit (1996, p. 168), a Corrente de Santarém o indicaria para cargo de Deputado Federal e Paulo Rocha, Antônio Pereira, Bragança e Valdir [Ganzer] seriam indicados para o cargo de Deputados Estaduais. Quando a realização do encontro para a escolha dos nomes, Paulo Rocha foi indicado pelos “Gráficos”, como eram conhecidos os partidários da Articulação em Belém, e isso desagradou, em muito, aos participantes da Corrente de Santarém.

Após discussões entre os blocos que disputavam a hegemonia do PT e da CUT no Pará, chegaram a um acordo. Quanto ao nome para Deputado Federal. Geraldo Pastana foi o nome indicado pela Corrente de Santarém a Deputado Estadual, sendo aceita pelos Gráficos, mas os impasses ainda permaneciam quanto às escolhas para a ALEPA, Assembleia Legislativa do Pará.

Muitas candidaturas para o cargo de Deputado Estadual foram lançadas. Com o apoio dos núcleos do PT de Belém e de outras regiões paraenses, como a Tocantina e Guajarina que obtiveram expressiva votação a outros candidatos que não chegaram a se eleger. Valdir Ganzer foi eleito graças à forte influência da Corrente de Santarém, no Baixo-Amazonas, mas tiveram pouco apoio de Belém. Segundo dados levantados por Petit (1996, p. 169), Valdir obteve em Belém apenas 54 votos e outros candidatos ligados ao Eixo, como Manoel Bragança, Antônio Pereira e Manoel Libório, obtiveram das regiões onde predominavam os Gráficos, maior número de votos.

Estando eleitos os dois Deputados Estadual pelo PT no Pará, Valdir Ganzer e Edmilson Rodrigues, a crise político-partidária, que se instalou com as eleições de 1986, não cessou. Pelo contrário, a crise se agravou com o processo de afastamento de José Carlos Lima da Costa do cargo de assessor parlamentar de Valdir Ganzer. No dia 16 de julho de 1987, o gabinete do deputado publicou:

Aos Diretórios Municipais do PT no Pará, Diretório Regional do PT-Pará, ao companheiro JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA (Assistente parlamentar).

Companheiros

Com base no entendimento político do PT à nível nacional de que os parlamentares têm atuação dificultada quando não há afinidade política no quadro de sua assessoria;

Com base na constatação prática de que ocorre entre nós uma disparidade de encaminhamento em diversos momentos da luta em que deveríamos estar em consonância;

Com base na dificuldade de justificar aos trabalhadores a permanência entre nossos assessores de um companheiro com prática claramente diferenciada;

Decidimos, portanto, afastar o companheiro JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA do quadro da nossa assessoria, a partir do mês de agosto, por tempo indeterminado⁷⁰.

O teor da carta/pedido de afastamento de José Carlos foi fator de muita discussão dentre os militantes do PT em Belém. Os Gráficos, ligados à Articulação em Belém, que disputava a hegemonia do Partido e da CUT, agiram para que a presença de José Carlos, no Gabinete de Valdir Ganzer, fosse assegurada. Para tanto, em resposta à ação da Corrente de Santarém, os Gráficos redigiram uma carta dirigida ao Diretório Regional, aos Diretórios Municipais, ao Gabinete de Valdir Ganzer e aos Núcleos e Militantes do PT no Pará que dizia:

No dia 15 de julho, o companheiro José Carlos Lima da Costa, um dos coordenadores do comitê Geraldo Pastana nas eleições de 1986, foi sumariamente demitido do gabinete do deputado Valdir Ganzer, líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia legislativa ponto. Como justificativa para o seu afastamento recebeu apenas a explicação de que as divergências internas que vem se verificando no bloco que apoiou a candidatura Geraldo Pastana não permitiam mais a sua permanência como assessor parlamentar do gabinete, função que vinha exercendo desde fevereiro [...]. A realidade, no entanto, é bem outra e para compreendê-la é importante rever o processo de formação do gabinete do deputado Valdir Ganzer. O Comitê Geraldo Pastana, apoiado por diversos núcleos de Belém e dos municípios, formou-se para dar sustentação às candidaturas de Antônio Pereira, Manoel Libório, Manoel Bragança, Sebastião Goiano, Hélio Amorim, Raimundo Oliveira, Miguel Ouvidio e Valdir Ganzer, a deputado estadual, todas convergindo para a candidatura Geraldo Pastana a deputado federal. Foi o conjunto dessas votações que colocou Geraldo Pastana em 7º candidato mais votado do Pará. Ao mesmo tempo, foi saldo do desempenho eleitoral de todos os demais candidatos do Partido que elegeu Valdir Ganzer e Edmilson Rodrigues, permitindo ao Partido dos Trabalhadores ter sua primeira representação no Legislativo Estadual [...] eleitos os deputados, iniciou-se a discussão para a formação do Gabinete Valdir Ganzer, entre o bloco que o apoiou. Nesse momento, já estava claro que havia divergências no interior do bloco, divergências constatadas a partir da avaliação da campanha. Apesar disso, no entendimento que a eleição fora resultado de esforço conjunto e da somatória de votos de todos os candidatos do comitê, e não apenas do grupo de Santarém, deliberou-se, por unanimidade, que a formação da equipe do gabinete expressaria a participação de todo esse conjunto. [...] Repudiamos essa prática estreita, autoritária, arbitrária e antidemocrática, EXIGINDO O RETORNO IMEDIATO do companheiro às suas atividades em respeito a uma decisão política e ao fato de que seu cargo, pertence ao partido e não ao grupo do Deputado Valdir Ganzer⁷¹

Os desentendimentos geraram, de certo modo, inúmeros problemas para o Partido dos Trabalhadores em Belém, em especial àqueles ligados à Articulação. As fontes indicam que o desentendimento entre os dois grupos que se formaram após as eleições de 1986 não foram

⁷⁰ Cf. **Carta de afastamento de José Carlos Lima da Costa do gabinete do Deputado Estadual Valdir Ganzer**. Belém, 16 de julho de 1987. Acervo Pessoal de Alberdan Batista.

⁷¹ Cf. **Carta ao Diretório Regional, aos Diretórios Municipais, ao Gabinete de Valdir Ganzer e aos Núcleos e Militantes do PT no Pará dos Independentes de Belém**. Belém, 20 de julho de 1987. Acervo Pessoal de Alberdan Batista.

resolvidos. Houve na realidade a formação de “duas articulações” os “Santarenos” e os “Gráficos”. Ao longo de 1987, em especial a partir do segundo semestre, alguns documentos produzidos pela Articulação em Belém, enxergavam apenas uma opção quanto à resolução dos problemas, à separação com o grupo de Santarém.

Em documento com as propostas para a discussão acerca da Articulação em Belém, afirmavam “*para nós este é um grande impasse que se coloca esta Articulação, pois a mesma surgiu a partir de uma estratégia Estadual [...]*”.⁷² Essa organização Estadual surge, segundo Petit (1996, p. 158), em 1985 por ocasião da ligação que o grupo de Santarém possuía com o PT Nacional. Ele afirma que:

Geraldo Pastana e Avelino Ganzer representando a corrente ampliada do PT que Santarém foram os únicos petistas do Pará assinarem o manifesto 113. Em nome da corrente de Santarém e da Articulação Nacional em 1985 Avelino Ganzer propôs aos diversos grupos de petista independentes no Pará (isto é, aos que não pertenciam a outro partido além do PT) a formação do bloco do Eixo, a proposta concretizada no segundo semestre de 1985 foi dirigida principalmente aos membros do partido da microrregião tocantina e aos gráficos e filiados de Belém com os quais a corrente de Santarém tinha afinidade na capital e do núcleo do bairro da sacramento e da FASE.

Esse grupo foi formado pretendendo superar as debilidades do PT em relação às questões político-organizativas do partido. Dessa maneira, a ligação entre os dois grupos que se constituíram mais tarde, em 1985, gestou a Articulação Estadual no Pará. Segundo os independentes Gráficos, a situação da Articulação municipal de Belém se agravou pelos embates travados após 1986 e para a reestruturação desse grupo na capital, era importante que se construísse sob “*novas bases, pois a tentativa agora era de se construir uma Articulação Municipal*”⁷³.

Dentro desse escopo de seus problemas e debilidades internas, destacamos que a ação para que houvesse um acerto nos impasses dentro do grupo dos independentes no Pará não aconteceu, pelo menos até o final dos anos 1980. Debates a parte, o que importa aqui é frisar que, mesmo que houvesse dentro do PT e da CUT fissuras que os desestabilizasse, uma mínima força de vontade de ambos os lados foi feita para que se alcançasse as resoluções dos problemas internos dentre as faces da Articulação, pois havia, a essa altura, anos finais da década de 1980 e início dos anos 1990, um inimigo em comum: a ascensão progressiva do Neoliberalismo e de seus representantes.

Os impasses vividos pelos sindicalistas das Oposições Sindicais e Autênticos na década de 1980 vão encontrar, já na década de 1990, novos desafios, os quais serão gerados e

⁷² Cf. Documento para discussão, Articulação Municipal-Belém. Belém, 03 de agosto de 1987. Acervo pessoal do Alberdan Batista.

⁷³ Op. Cit, 1987, p. 2.

fortalecidos durante o governo Collor. Ademais, a conjuntura social-liberal gerada a partir do surgimento de debates e práticas neoliberais, experimentadas principalmente na América Latina, que se fortaleceram na década de 1990. Segundo o sociólogo Ricardo Antunes (1995), essa nova conjuntura foi um catalisador de um recuo e desmobilização sobre o novo sindicalismo.

A CUT, de modo inicial, foi contrária a essa “nova” conjuntura e até o início da década de 1990 foi fundamental no que se refere à contenção desse modelo social econômico no Brasil, visto que os anos oitenta foram calorosos e marcados por forte movimentação dos trabalhadores frente aos governos pós ditadura militar.

Destacamos que nos primeiros anos que se seguiram a construção da Central, a CUT conseguiu permanecer na luta mantendo certa característica classista, combativa e independente. Ressaltamos, ainda, que a CUT nasceu no período do regime militar e nos anos posteriores, mesmo após o fim da ditadura, percebe-se que houve nos campos políticos do Brasil permanências e continuidades estruturais em relação às velhas estruturas e que favoreceu a ascensão de antigas peças políticas no cenário nacional que ajudaram a trazer e consolidar a ideologia neoliberal na década de 1990.

Desde 1985, com o fim da ditadura, os governos que se sucederam as elites econômicas buscaram ao seu modo uma certa convergência, chamada por eles de “pacto social”. Esse pacto, em regras gerais, favorecia o empresariado brasileiro, dando a ele lucro mesmo em tempos de crise financeira, ao passo que quem promoveria tal bem-estar seria a classe trabalhadora.

Ademais, *“a postura ideológica da CUT, que vinha se definindo cada vez mais num sentido classista, negava qualquer possibilidade de estabelecimento de um pacto social entre as classes”* (TEIXEIRA, 2009, p. 32). E tudo isso estava embasado nos termos e resoluções da Plenária Nacional da CUT que dizem em linhas gerais: A CUT vem crescendo a cada dia e, concretamente, vem dirigindo as movimentações sindicais. Cada vez mais vem conseguindo imprimir uma linha de ação aos interesses da classe trabalhadora. Os “pelegos” e as correntes reformistas, por outro lado, apresentam como proposta a conciliação, o pacto social, utilizando-se da estrutura sindical oficial, para sua sustentação (CUT, 1985).

O que importa destacar nesse momento é que a Central Única dos Trabalhadores estava comprometida com os interesses dos trabalhadores e estava disposta a lutar com eles. Mesmo com a conjuntura não favorável, a aceitação do pacto social proposto pelo governo e pelo empresariado brasileiro só iria confirmar e dar incentivo para desmobilizarem o movimento dos trabalhadores que até então estava firme e disposto a lutar.

Adiante, no entanto, esse cenário começa a mudar em virtude das disputas internas e por uma série de mudanças no comportamento ideológico e prático da CUT. As diferentes vertentes dentro da central passaram a acalorar ainda mais os debates e isso desfavorece a atuação da CUT frente aos problemas e à conjuntura nacional apresentada, que certamente necessitava de organização e ação efetiva de toda a classe para que se barrasse o novo projeto que vinha sendo implantado no Brasil.

A CUT no Pará, fundada desde 1984, foi sem dúvidas um singular instrumento de luta para a classe trabalhadora paraense, para a conquista de direitos e meio propulsor de representatividade no âmbito do trabalho e na representatividade política. Em 1985, houve uma série de atividades promovidas pela CUT e por outras entidades sindicais do Estado que, em certo sentido, proporcionou novos ares e novas formas de agir pela classe trabalhadora.

Em 1985, no dia 1º de maio, o Dia do Trabalhador, a Central Única dos Trabalhadores estava presente e foi uma das organizadoras da manifestação do 1º de maio em Belém, cujos objetivos principais eram: lutar por melhores salários e o fim da brusca repressão às greves (CUT, 1991).

Ademais, sobre as diferenças internas da CUT, vale destacar que ela desde sempre foi plural no que se refere à existência de diferentes vertentes internas. Entre as vertentes que mais se destacavam no Estado, estava a “Articulação Sindical” e a “CUT pela base”, como citado. A primeira representava uma CUT mais ao modo socialista, entretanto mais aberta ao diálogo.

Ao longo da década de 1990, tornou-se majoritária nas direções da CUT. A segunda representava um sindicalismo mais “pela base”, ou seja, estava vinculada às ações mais radicais. Historicamente, desde a I Conferência da Classe Trabalhadora de 1981, ou seja, mesmo antes de sua fundação nacional em 1983, a CUT foi perpassada por diversas faces do sindicalismo brasileiro.

Quando o final da CONCLAT (1981), aqueles ligados à Unidade Sindical, vertente a qual faziam parte os militantes vinculados ao grupo dominado por pelegos tiveram forte influência nas comissões estaduais pró-CUT. Tanto é verdade que as diretivas do congresso nacional das classes trabalhadoras eram de fundar a CUT no ano seguinte, a CONCLAT, 1982. No entanto, devido a jogadas e estratégias da Unidade Sindical, o congresso de fundação da Central foi adiado para 1983.

As disputas no interior da CUT Pará também eram reais e uma prática do cotidiano sindical. Ademais, a tendência hegemônica nacional (a Articulação Sindical) também se fazia influente no estado. Dentre os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores desde o

congresso de fundação até meados dos anos 1990, estão Paulo Rocha, então presidente do Sindicato dos Gráficos de Belém e presidente regional da CUT, e Avelino Ganzer, vice-presidente.

No I Congresso Estadual da CUT (Cecut), Avelino Ganzer e Paulo Rocha trocaram de cargo e no II Cecut, Paulo Rocha retornou ao cargo de presidente da Central no estado, onde ficou até 1991, quando foi eleito deputado federal (PETIT, 1996). Ambos os nomes eram simpatizantes da Articulação Sindical e eram personagens de destaque nacional na luta pelo trabalhador, por melhores condições de trabalho e salariais.

Além disso, como já destacado em outro ponto deste texto, apesar de ambos possuírem uma consolidada trajetória sindical no estado do Pará, a militância de ambos era diferente. A começar pela representação. Paulo Rocha estava presente na movimentação urbana (sem desconsiderar sua ação integrada com o campo) e Avelino Ganzer, por estar à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e ter uma experiência mais fundamentada no campo, articula-se mais ao meio rural, ademais, Avelino Ganzer, ao contrário de Paulo Rocha (pelo menos nesse momento), possuía uma forte ligação com a CUT e com o PT em uma escola nacional, tanto que ele [Avelino] foi o primeiro vice-presidente nacional da CUT.

Além das diferenças apontadas, Paulo Rocha destaca ainda quando questiona “*qual é a diferença dos agrupamentos que está em torno da minha história e em torno da história do Avelino? Tinha diferenças, digamos, assim, no chamado campo majoritário. Antes, na época, Articulação*” (ROCHA, 2006, p.19).

A observação feita por Paulo Rocha destaca que, mesmo a Articulação Sindical estando como “majoritária” no estado, existiam distinções entre eles (que compunham a central no estado e eram da Articulação) e essas diferenças foram de suma importância para que se pudesse identificar a ausência democrática interna da CUT, doravante combatê-la. Ele destaca ainda, mais especificamente, que essas diferenciações entre eles estavam ligadas à forma de atuar e relacionadas à formação sindical de ambos. Conta Paulo Rocha (2006, p.19-20):

A minha origem [é] mais autonomista e espontaneísta, digamos assim, de um movimento que foi criado a partir de uma liderança, mas sem grande formação de origem; e Santarém, ao contrário, iniciou de uma origem de organização de esquerda forte, com centralismo. [...] Naturalmente que teve algumas diferenças nesse meio aí, da forma como tocar as coisas e tal, aí tem diferenças. Mas depois nós processamos juntos a construção da CUT e a construção do PT. Tanto que, hoje, a base da organização da força do PT está dentro dessas lideranças que vieram desses dois movimentos.

Naturalmente que as diferenças no movimento sindical paraense existiam; não se contrapunha a uma perspectiva nacional. Mas a realidade do sindicalismo no estado difere das realidades dos grandes centros produtivos industriais do país. A nossa realidade difere das realidades do centro-sul, entretanto a luta contra os mandos e desmandos das classes patronais do estado era árdua. Afinal, é de suma importância dizer que a CUT Pará foi, nos primeiros anos de sua trajetória, majoritariamente rural. A maioria dos Sindicatos vinculados a ela eram os Sindicatos dos Trabalhadores (STR's). Paulo Rocha destaca, em depoimento que “*até 1987, o crescimento principal foi nos STR's;*” e que somente “*a partir de 1988, a CUT ampliou sua influência nos sindicatos urbanos*” (PETIT, 1996, p. 136).

Outrossim, quando a estabilidade das representações (Urbano/Rural) aqui no estado, a CUT Pará se viu cercada pelos desafios conjunturais e em relação à ausência de democracia interna. Meses antes do IV Congresso Nacional da CUT (IV CONCUR) que seria realizado em 1991, a direção estadual da CUT convocou uma Plenária para tentar contornar os desafios apontados pela direção estadual, realizada no dia 09 de janeiro de 1991, no Sindicato dos Urbanitários do Pará.

Esse encontro destacou as relações internas da CUT no estado e demonstrou que, apesar de haver consensualidades, em grande medida, havia desencontros. Dentre os problemas que seriam debatidos no encontro, existiam as seguintes questões: identificar quais os problemas que enfrentava a CUT internamente aqui no Pará, como estava a relação entre a direção estadual e os Sindicatos filiados à Central aqui no estado e até onde as lutas da CUT avançaram ao nível local e regional.

A Plenária, além de discutir todos os objetivos, deu enfoque para as questões de relacionamento das tendências internas da CUT no Pará. Paulo Rocha, em discurso, na sessão de abertura da Plenária, disse que aquela conversa era importante, pois foi tido como um “*aprofundamento das questões internas da CUT*”.

Além disso, afirmou que detectou uma “*crise das esquerdas e do movimento sindical*” e condenou “*aquilo que ele identifica como ‘autofagia’ e ausência de democracia interna no relacionamento das tendências políticas da CUT*” (CUT, fevereiro de 1991, p. 3). A reflexão e a identificação dos problemas enfrentados pela CUT Pará foram fundamentais para que se desse um encaminhamento mais democrático às ações sindicais efetivas e para se entender os reais propósitos da Central para os Trabalhadores.

Outro fator de importância foi que, em certos momentos, a unidade da luta dos trabalhadores no estado do Pará foi mantida. Por vezes, os trabalhadores reconheceram ser somente com a unificação das lutas que conseguiriam alcançar objetivos concretos e

fundamentais para a classe trabalhadora no estado. A título de exemplo, podemos dizer que um grande esforço foi destacado por militantes dos sindicatos urbanos cutistas pela implantação da CUT-Belém.

A CUT metropolitana foi fundada em junho de 1991 e foi fundamental no que diz respeito ao processo de unificação e direcionamento de lutas na região metropolitana. Dessa forma, como destacou Alberdan Batista “*ficou a compreensão unânime de que a unificação é fundamental, com a intervenção conjunta nas lutas concretas dos sindicatos cutistas*” (CUT, junho de 1990, p. 7).

Outro fator importante é entender que, em um contexto local e regional, as lutas da CUT Pará foram no sentido prioritário de conseguir adeptos às ideias da Central; auxiliar as Oposições Sindicais a conquistarem os sindicatos das mãos de “pelegos” estavam entre as principais ações da CUT Pará, além de estar à frente nas lutas da classe trabalhadora no estado.

Na plenária estadual realizada no dia 09 de janeiro de 1991, no Sindicato dos Urbanitários do Pará, citada acima, outro ponto importante foi discutido, pois os problemas em relação à ação da CUT estavam vinculados a como os próprios militantes enxergavam a Central e sua forma de ação. Em virtude disso, foi necessário um debate mais aprofundado sobre essas problemáticas. Identificou-se que alguns militantes pensavam que a “*CUT era uma assessoria do movimento e não à direção efetiva das lutas*” (CUT, fevereiro de 1991, p. 3). Esse problema foi tido então como uma falta ou má formação política por alguns sindicalistas e lideranças e pela falta de compreensão dos princípios da própria CUT.

Pedro Peloso, Secretário de Formação da CUT Pará, apontou ainda nesta plenária que era preciso: “[...] *romper com a visão de que a CUT somos todos nós ou não existe CUT [...] isso nos fragiliza ante o inimigo*” tendo como base a má orientação de alguns líderes sindicais no Estado que, por sua vez, não compreendiam o significado a CUT para os trabalhadores.

Nesse sentido, a Central Única dos Trabalhadores no Pará foi alvo de importantes ações sindicais e baluarte de destacadas lideranças do movimento sindical. Tendo como frutos personalidades políticas de cunho nacional, como o próprio Paulo Rocha, hoje senador da república pelo PT; Valdir Ganzer, tendo sido Deputado Estadual e posteriormente Federal pelo Pará, ou mesmo Edmilson Rodrigues, originalmente era militante do movimento dos professores do estado do Pará, do PRC e foi do Partido dos Trabalhadores e anos depois rompe com o partido, filiando-se ao PSOL e atualmente é prefeito do município de Belém, pelo mesmo partido.

É evidente que a Central Única dos Trabalhadores foi uma importante facilitadora de conquistas para os trabalhadores brasileiros. Ela foi, sem exageros, um instrumento que definiu em um cenário nacional o símbolo da reconquista de direções sindicais, de direito outrora caçados e de novas esperanças para os trabalhadores. Examinado a avaliação sobre as dificuldades e ações da CUT, podemos dizer que os desdobramentos têm seus altos e baixos, mas, sem a mesma e sua base de apoio, os trabalhadores, a situação trabalhista no Brasil nos anos 1990 teriam sido de desesperança e de perda quase que total de direitos recentemente conquistados e sacralizados na constituição federal de 1988.

A CUT Pará e a CUT nacional buscaram ajudar as Oposições e foi sinal de uma nova esperança para os trabalhadores. As pessoas que a compunham eram milhares; foi importante o papel das Oposições Sindicais que lutaram junto à CUT pela conquista de direitos contra a violência no campo e pela reforma agrária tão necessária até hoje no Estado do Pará. Muita luta e muitas vidas ceifadas marcaram a trajetória da organização dos trabalhadores no Pará, muitas lideranças rurais, sindicalistas e apoiadores da luta sofreram perseguição e/ou tiveram seu sangue derramado, a mando do latifúndio, da pistolagem e do patronato, para fazer valer o direito dos trabalhadores. Mas essa história merece abordagens e escrituras especiais.

CONCLUSÃO

O final dos anos 1970, representa para a História recente brasileira, uma “virada de chave” importante, pois dá sentido ao debate sobre o processo de redemocratização e às inúmeras oposições que se formaram neste contexto. Ele apresenta a possibilidade de mudança. Dessa maneira, a ação dos movimentos em oposição à Ditadura Militar, que cambaleava a essa altura, se torna motivo de orgulho (pelo passado de natureza revolucionária) e de análise Histórica. Nesse ínterim, destaca-se que movimento pela anistia, a mobilização dos estudantes, a reorganização dos Partidos Políticos e sobretudo a emergência dos trabalhadores, definiram a particularidade dos acontecimentos, que marcam a virada de 70 para 80. Desse modo, em discussões anteriores, se pautou a análise desta conjuntura, buscando as peculiaridades das diferentes “faces” do movimento sindical.

O que se constatou, foi que já havia organizações sindicais que, de modo distinto, agiam no Brasil antes mesmo da instalação da Ditadura. Porém, com o advento do regime ditatorial, tais organizações, em sua maioria, foram perseguidas e/ou desmanteladas sofrendo intervenção. Apesar da repressão, ainda existiam pequenos focos de resistência, mas que a partir de 1968, com o enrijecimento do regime, foram pouco a pouco eliminadas.

Na perspectiva teórica, se buscou compreender a classe trabalhadora brasileira, nesta conjuntura, como a principal força propulsora da construção de si mesma. Como destacou E. P. Thompson (1987), a classe trabalhadora pode ser percebida no sentido do “fazer-se” e não como um conceito fechado, determinado e pronto, ela é partícipe dos e nos acontecimentos históricos, por isso ela se faz; além de tudo isto, ela é um fenômeno histórico.

Assim, a CUT nasce dentro deste processo de distensão e efervescência política/social. Inicialmente, inúmeras expressões sindicais envolveram-se visando constitui-la, dentre elas destaca-se duas fortes “faces” sindicais: as Oposições/Autênticos e a Unidade Sindical. A CUT, é fruto dos embates e lutas entre estes grupos.

A ideia de constituição de uma Central não era nova no Brasil. Porém, tal como foi pensada, os ideais do que seria a CUT enquanto uma nova experiência que aglutinaria uma gama diversificada de categorias, nasceu, como já observado, ainda em 1977 e 78, quando os trabalhadores, desacreditados da realidade social que viviam e contrários a então proposta sindical nacional, emergem atuando de diferentes formas e propondo outros horizontes para o movimento dos trabalhadores no Brasil.

Percebe-se, ao longo da formação da CUT, que os grupos independentes e as Oposições mostraram-se majoritários, rompendo com as propostas da Unidade Sindical.

Mesmo após o grande “racha” entre as Unidade e as Oposições, consolidado em 1983, a CUT seguiu gestando em seu interior diversos grupos políticos representantes de projetos de ação e mobilização dos trabalhadores.

Assim, nasce a CUT; sua trajetória é complexa e nela existe um longo percurso que carrega consigo uma marca de pluralidade interna (SOUZA, 2021). No início da década de 1980, a CUT urge da emergência de experiências, da ação dos trabalhadores, de modo em que, ao longo dos anos de 1980: *“Houve avanços significativos na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, através do combate ao Imposto Sindical, à estrutura confederacional, cupulista, hierarquizada e atrelada”* (ANTUNES, 2015, p.512).

Destaca-se, ainda, que entre 1983 – ano de fundação da CUT – e poucos anos depois, a Central se apresenta como a (numericamente falando) grande representante dos trabalhadores no Brasil e se consolida a partir do final dos anos 1990, bem como suas principais correntes sindicais, muitas delas formadas a partir dos grupos políticos específicos dentro de partidos, em especial do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao final dos anos 1980 com a CUT já consolidada e no decorrer da década de 1990, esta realidade começa a mudar novamente; a quantidade de greves diminuiu, os sindicatos passam a ser incluídos em um processo de *“reestruturação produtiva em curso em uma escala global”*, e são carregados para um cenário onde a *“emergência da pragmática neoliberal e da financeirização do capital”* foram as principais características (ANTUNES, 2015).

Os anos 1990 apresentavam novos desafios para a classe trabalhadora brasileira e a CUT, sendo então a Central Sindical mais expressiva do país, tenta reestruturar-se para enfrentar as dificuldades impostas pela realidade da década em questão. As diversas “faces” sindicais contribuíram para que as decisões tomadas pela Central fossem seguidas pela via democrática que, apesar dos desencontros, foi preservada.

É fato que a CUT como Central sindical foi uma conquista importante para os Trabalhadores brasileiros. Ainda hoje ela é considerada uma das mais significativas Centrais sindicais da América latina. Buscou junto aos movimentos populares e sindicais, o fim da ditadura, auxiliou as Oposições Sindicais na conquista pelas direções dos seus Sindicatos e foi decisiva na reconquista da democracia sindical e na sociedade brasileira.

A CUT Pará, idem a CUT nacional, buscou ajudar as Oposições e foi sinal de uma nova esperança para os trabalhadores. As pessoas que a compunham eram milhares; neste trabalho destacamos apenas algumas dentre muitas que foram importantíssimas no processo de criação e consolidação da mesma.

Foi importante o papel das Oposições Sindicais que lutaram junto a CUT pela conquista de direitos, pelo fim da violência no campo, pela reforma agrária tão necessária até os dias de hoje no Estado do Pará. Significou a vitória de uma concepção onde estava colocada a ruptura com as velhas formas de fazer política. Propunha uma sociedade organizada em novas relações solidárias, que compreendiam a luta de classe, em todas as suas dimensões e possibilidades e que unificassem as várias formas de luta, numa perspectiva de acúmulo de forças. De outro lado, estava a política de conciliação de classes, o corporativismo, a dependência do Estado e do governo, sem apostar na ruptura. Essa disputa acontecia em toda a sociedade, no movimento popular, nas organizações da igreja, no movimento de criação de partidos e no movimento sindical.

Do ponto de vista da concepção, em conformidade com a narrativa de Alberdan Batista, acredita-se que a Unidade Sindical observou uma postura de conciliação, tanto uma conciliação no sentido do Estado, ou uma conciliação no sentido dos Sindicatos. A outra, do sindicalismo autêntico, era uma concepção, na mesma perspectiva da fonte oral, como o de afronta a ordem, de não conciliar com a ordem, foi a vitoriosa naquele momento. Estes embates se traduziram no movimento sindical pela criação de uma nova Central Única dos Trabalhadores, que surgiu em 1984 no Pará.

Muita luta e muitas vidas foram perdidas; essas trajetórias individuais marcaram a o processo de reorganização dos trabalhadores no Pará; muitas lideranças, sobretudo rurais, sindicalistas e apoiadores da luta sofreram perseguição e ou tiveram seu sangue derramado, a mando do latifúndio, da pistolagem e do patronato, para fazer valer o direito dos trabalhadores. Mas essa história merece escritos e abordagens especiais.

APÊNDICES

Centro de Memória Digital da CUT Pará

O projeto

Esse projeto surgiu a partir da disciplina no curso de mestrado "Tópicos Especiais: História Digital". Dentre as avaliações do curso, estava a proposta de criação de um “exercício de aplicação na própria pesquisa do aluno de uma das ferramentas trabalhadas durante a disciplina”. Assim, nos propomos a desenvolver um "site" onde pudessem ser disponibilizados os documentos que possuem relação com o tema de nossa pesquisa, com base no tema da aula 14 “PERSPECTIVAS DE USO DE TECNOLOGIA DIGITAL PARA CONSTRUÇÃO/DEVOLUÇÃO DE ARQUIVOS HISTÓRICOS.”

Situação atual

A partir da pesquisa, nos deparamos com uma grande dificuldade: a ausência de Arquivos Digitais e Físicos que possuíam documentos que se relacionava com o tema estudado. Para o desenvolvimento da dissertação, entretanto, foram coletados diversos Documentos pessoais que, mediante autorização prévia, puderam ser disponibilizados nesse site. Além disso, a documentação encontrada em outros locais de pesquisa, também estão disponíveis para consulta e compilados nesse site como as Resoluções dos Congressos Estaduais da Central Única dos Trabalhadores, além de alguns exemplares de seu Jornal de circulação nacional, o Informa CUT e os Boletins Informativos da CUT Pará (também em alguns números).

A proposta

- Disponibilizar o acesso ao site de modo que outros pesquisadores interessados no tema tenham acesso a documentações até então inacessíveis aos meios digitais. Além da possibilidade de conversa e trocas informações ou mesmo documentos tendo em vista que dentro do “site” há um espaço para contato em caso de contribuição.

O nome e o acesso ao site para avaliação

Nome: **Memória Sindical Digital**

Acesso ao site através do QRCode



SEÇÃO DE OBRAS RARAS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ – CENTUR

- **Periódicos em ordem de citação**

Resistência. Belém/Pa – Ano III – Nº 20, janeiro de 1981, p. 03

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 30, outubro de 1981, p. 05

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 28, agosto de 1981, p. 16

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 34, fevereiro de 1982, p. 08

Resistência. Belém/Pa – Ano V – Nº 35, março de 1982, p. 08

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 14 – julho de 1980, p. 19

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 15 – agosto de 1980, p. 02

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 15 – agosto de 1980, p. 21

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 35, março de 1982, p. 02

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 34, fevereiro de 1982, p. 14

Resistência. Belém/Pa – Ano III – Nº 20, janeiro de 1981, p. 19

Resistência. Belém/Pa – Ano I – n.º 9 – fevereiro de 1979, p. 15

Resistência. Belém/Pa – Ano III, n.º 22 fevereiro de 1981, p. 04

Resistência. Belém/Pa – Ano III, n.º 22 fevereiro de 1981, p. 22

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 25, maio de 1981, p. 03

Resistência. Belém/Pa – Ano IV – Nº 25, maio de 1981, p. 18

Resistência. Belém/Pa – Ano III, n.º 22 fevereiro de 1981, p. 03

Resistência. Belém/Pa – Ano III – Nº 21, janeiro de 1981, p. 03

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 12 – maio de 1980

Resistência, Belém/Pa – Ano V – n.º 41 – outubro de 1982, p. 9

Resistência, Belém/Pa – Ano V – n.º 47 – janeiro de 1983, p. 7

Resistência, Belém/Pa – Ano V – n.º 51 – março de 1983, p. 5.

Resistência, Belém/Pa – Ano III – n.º 14 – julho de 1980, p. 02

Resistência, Belém/Pa – Ano III – n.º 19 – dezembro de 1980, p. 03

Resistência, Belém/Pa – Ano III – n.º 15 – agosto de 1980, p. 17.

Resistência, Belém/Pa – Ano VI – n.º 58 – julho de 1983 p.2.

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 5 - março de 1980.

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 11 – abril de 1980.

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 13 – junho de 1980.

Resistência. Belém/Pa – Ano II – n.º 19 - dezembro de 1980.

- Leis

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.229, de 30 de abril de 1941. RJ: Diário Oficial da União, 1941.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. RJ: Diário Oficial da União, 1943.

BRASIL. Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965. DF: Diário Oficial da União, 1965.

- **Boletins e informativos**

Boletim Informativo da CUT. Fevereiro de 1991.

Boletim Informativo da CUT. Julho de 1990

Boletim Informativo da CUT. Fevereiro de 1991.

Boletim Informativo da CUT. Junho de 1991.

Boletim da CUT Pará, junho de 1985, p.3

Jornal da CUT. Ano I, nº. 2, janeiro de 1985

- **Revistas**

Revista Semestral da Articulação Sindical. Ano I, Nº 01, abril/1997.

Construindo a CUT (10 anos - 1983-1993). Edição sob responsabilidade da Executiva Nacional da Articulação Sindical. Impressão BANGRAF/SP

- **Informação (SNI)**

Informação Nº 0005/16/ABE/83, p. 1-2. Do Serviço Nacional de Informações, Agência Belém. ACE Nº 2750/83

Informação Nº 0786/115/ABE/81, p.1. Do Serviço Nacional de Informações, Agência Belém. ACE Nº 1738/ 81.

Informação Nº 0781/16/ABE/82. p. 1. Serviço Nacional de Informações, Agência Belém.

ACE Nº 2372/82.

FONTES ORAIS

BATISTA, Alberdan. **Alberdan da Silva Batista (depoimento, 2020)**. Através da plataforma digital Google Meet.

BATISTA, Alberdan. **Alberdan da Silva Batista (depoimento, 2023)**. Belém.

BRITO, Rosaly. **Rosaly Seixas de Brito (depoimento, 2020)**. Através da plataforma digital Google Meet.

CARVALHO, José Ribamar. **José de Ribamar de Castro Carvalho (depoimento, 2023)**. Belém.

GANZER, Avelino. **Avelino Ganzer (depoimento, 2020)**, Benevides.

LOURÃO, Leila. **Leila Mourão (depoimento, 2023)** Belém.

ROCHA, Paulo Roberto Galvão da. **Paulo Roberto Galvão Rocha (depoimento, 2006)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 19min), p. 19. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1606.pdf>. Acesso: 22 de janeiro de 2023.

SILVA, Antônio Carlos. **Antônio Carlos Melo Silva (depoimento, 2023)**. Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Sarkis (Org.). **Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia.**, n° 16. São Paulo: Perseu, 2018. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/286/237>. Acesso em: 20 de julho de 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª Ed. Rev. e Ampl. Campinas, SP. 1995.
- _____. **O que é sindicalismo**. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os Sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, vol. 28, n° 75, set./dez. 2015, pp. 511-528. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/abstract/?lang=pt>. Acesso: 22 de junho de 2023.
- ANDRADE, Cassio Guilherme Franco. **Entre bancos e Espadas: Os Bastidores da Mediação no Sindicato dos Bancários do Pará (1964-1974)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOITO JR, Armando. **De volta ao novo corporativismo: a trajetória política do Sindicalismo brasileiro**. São Paulo em Perspectiva, vol. 8, n° 3, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 62-63, 1986, pp. 69-72.
- CARVALHO, André Cutrim. **A dinâmica do capital e o avanço da fronteira no Pará: uma perspectiva de compreensão histórica a partir da “Operação Amazônia” em 1966-1979**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2021. Disponível em: https://www.pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021_CARVALHO_ANDRE DISSERTACAO.pdf. Acesso: 21 de agosto de 2023.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT/TESE n° 10: Pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta e pela Base**. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/116>. Acesso: 07/09/2022.
- _____. **Resoluções da Plenária Nacional da CUT**. Pampas Palace Hotel - São Bernardo do Campo – SP, 1985. Disponível em: <https://cedoc.cut.org.br/d/sistema/plenarias/112/arquivo/plenaria-nacional-da-cut-1985.pdf>. Acesso: 22 de junho de 2023.

- _____. **Resoluções da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora**. Praia Grande (SP) – Colônia de Férias dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, São Paulo, 1981.
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. **Revista de Sociologia Política**, n° 25, 2005, pp. 83-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 26 de junho de 2023.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **Getúlio Vargas [recurso eletrônico] ensaio biográfico e organização** (Série perfis parlamentares; n° 72). 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.
- DIAS, Everardo. **A História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Edaglit, 1962.
- DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FONTES, Edilza. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. **Opsis**, Catalão-GO, vol. 14, n° 1, 2014, pp. 340-360. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272590572_O_golpe_civil-militar_de_1964_no_Para_Imprensa_e_memorias. Acesso: 16 de julho de 2023.
- _____. Sindicalismo e Movimento Operário em Belém: 1945 a 1947. **Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas**. Belém: UFPA/CFCH, abr./jun., 1998, pp. 85-107.
- FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)**. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE-UFRJ), 2014, p. 101
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Número de sindicatos por central sindical – 1988-1992**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-jose-sarney-1985-1990/mapas/numero-de-sindicatos-por-central-sindical-1988-1992onda>. Acesso: 21 de junho de 2022.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 1, n° 5, 2002, pp. 314-332.
- GUIMARÃES JÚNIOR, Mário Costa de Paiva. **Conlutas: uma nova proposta para a organização dos trabalhadores no Brasil? 2010**. 129 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18699>. Acesso: 29 de janeiro de 2024.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução: Camila Dias. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana; BEZERRA Tássia Stêfany Lima. A Amazônia: Expansão do Capital e Apropriação dos Recursos Naturais. **G&DR**, v. 12, n° 2, p. 208-227, maio/agosto de 2016, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/2319/522/4882>. Acesso: 14 de julho de 2023

- HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4^o Ed. 2000.
- IANNI, Octávio. O ciclo da revolução burguesa. In: O'DONNEL, Guilherme & SCHMITTER, Philipe. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 94-99.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. 5^a Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 537-538.
- LOPES, Poliana. **O Movimento Diretas Já e a Cobertura do Jornal Zero Hora: uma Análise a partir da Agenda-Setting**. Monografia de Especialização, História, Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo, Universidade Feevale. Rio Grande do Sul, 2007.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MANCE, Euclides André (org.). **Cadernos de textos n° 6. ANAMPOS**. Relatório dos Encontros Nacionais (a concepção e o papel estratégicos do Movimentos Sindical e Popular, 1980-1989). Centro de Formação Irmã Araújo, Curitiba, 1990.
- MESQUITA, Lindolfo. Magalhães Barata: o Pará e sua história. **Jornal do Commercio**. Belém, 1944. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/magalhaes-barata-o-para-e-sua-historia/>. Acesso: 12 de junho de 2023.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NUNES, Paulo Giovane Antonino. **O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista**. Saeculum [S.l.]. n° 4-5, 1999.
- OLIVEIRA, Helder Canal de. Os sindicatos e os movimentos sociais na “Era Vargas”. **Horizonte Científico** (Uberlândia), vol. 5, 2011, pp. 1-29. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/5346>. Acesso: 01 de agosto de 2023.
- PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: a Trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boitempo, 1996.
- _____. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós 1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- _____. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985. **Revista de Estudos Brasileiros**, vol. 3, n° 4, 2016, pp. 24-37.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese doutorado em História, Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.
- PINHEIRO, Raimundo Amilson de Souza. **“Abaixo o Figueiredo. O povo não tem medo. Mais arroz e mais feijão, abaixo a Repressão”**: Quando professores entraram em cena em Belém (1979-1986). Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós-graduação em História (PPHIST/UFGA). Belém, 2015.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro:

- Editora Fiocruz, 2000. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso: 12 de janeiro de 2022.
- RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina** (Estruturas de poder e forças insurgentes). Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. **Uma casa para celebrar e gritar**: resistência e fé na luta pelo direito de morar. In: VI Encontro Do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades - ANPUH, 2016, Rio de Janeiro. História das Religiões, Literatura, Conceitos e Identidades, 2016. v. VI. p. 281-294.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. 133 p. ISBN 978-85-7982-024-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf>. Acesso: 06 de março de 2023.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1988
- SANTANA, Marcos Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, nº 13, outubro de 2008, pp. 279-309. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p279>. Acesso: 01 de agosto de 2023.
- SANTOS, Kauan Willian dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores**: as intencões de organização política através da Aliança anarquista e o sindicalismo revolucionário em São Paulo durante a Primeira Guerra Mundial. São Paulo: ITHA (Instituto de Teoria e História Anarquista), 2016.
- SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. Disputas de Memória: Memórias das Atuações do MR8 (1975-1985). In: **XXVII Simpósio Nacional de História Anpuh**: Conhecimento Histórico e diálogo Social, Natal, 2013.
- SIQUEIRA, Edir Veiga. **A Disputa para o governo do Pará no pós Ditadura Militar de 1964**. Belém, 2010.
- SOUZA, Caio de Lucas Oliveira. **Nasce a CUT Pará**: memórias, embates e novos atores na construção de uma central classista, independente e de luta (1981-1984). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). Universidade do Estado do Pará. Belém, 2021.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966
- TEIXEIRA, Rodrigo. **Para onde foi a CUT?** Do Classismo ao Sindicalismo Social-Liberal (1978-2000). Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22009>. Acesso: 22 de junho de 2023.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. Multinacionais e Peleguismo no Brasil: O Caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador. **Sociedade e Estado**, v. II, nº 1, E 2, 1987, pp. 89-13.
- TOURAINÉ, Alain. **O retorno do ator** – Ensaio sobre sociologia. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operário Inglesa** (vol. I). Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. 2ª Ed. São Paulo. Paz e Terra, 1998.
- VASCONCELLO, Gilberto Felisberto. Estruturas de poder e estratificação social no Brasil: leitura e crítica da sociologia política de Darcy Ribeiro. **Lócus: Revista de história, Juiz de Fora**, v. 25, nº 2, p.275-289, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/download/28223/22406/115187>. Acesso: 22 de junho de 2023.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antônio Gramsci**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, jan./jun. 1999.
- WESTIN, Ricardo. **Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros**. Brasília: Política, Ed. 81, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros>. Acesso: 22 de julho de 2023
- ZANETTI, Lorenzo. **O “Novo No Sindicalismo” Brasileiro - Características, Impasses e Desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, 1993. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/9188>. Acesso: 15 de agosto de 2023.